

Universidade Federal do Rio de Janeiro - **UFRJ**
Escola de Comunicação – **ECO**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – **CNPq**
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – **IBICT**

**EM BUSCA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: A GESTÃO DA
INFORMAÇÃO NAS BASES DE DADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASILEIRA COM O USO DA ABORDAGEM DE ANÁLISE DE DOMÍNIO**

CLÁUDIO JOSÉ SILVA RIBEIRO

Orientadora:

Profa. ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA
PPGCI – Convênio CNPq/IBICT –
UFRJ/ECO

RIO DE JANEIRO

2001

**EM BUSCA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: A GESTÃO DA
INFORMAÇÃO NAS BASES DE DADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASILEIRA COM O USO DA ABORDAGEM DE ANÁLISE DE DOMÍNIO**

CLÁUDIO JOSÉ SILVA RIBEIRO

claudio.ribeiro@rj.previdenciasocial.gov.br / cribeiro@unisys.com.br

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – em convênio com a Escola de Comunicação – ECO – da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

RIO DE JANEIRO

2001

PÁGINA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: EM BUSCA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NAS BASES DE DADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA COM O USO DA ABORDAGEM DE ANÁLISE DE DOMÍNIO

AUTOR: CLÁUDIO JOSÉ SILVA RIBEIRO

BANCA EXAMINADORA:

ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA – Orientadora
IBICT – Ph.D. Polytechnic of Norton London/ICNAA – Londres, Inglaterra

LENA VANIA RIBEIRO PINHEIRO
IBICT – Dr.^a em Comunicação e Cultura – UFRJ/ECO

RUBENS NASCIMENTO MELO
PUC – Dr. em Banco de Dados – Pontifícia Universidade Católica – RJ

MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ – suplente
IBICT – Dr.^a em Comunicação e Cultura – UFRJ/ECO

Conceito:

Data: 17 de Dezembro de 2001

RIBEIRO, C. J. S. **Em busca da organização do conhecimento:** a gestão da informação nas bases de dados da Previdência Social Brasileira com o uso da abordagem de Análise de Domínio. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Convênio UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro.

RESUMO

Para desenvolver processos de organização do conhecimento é necessário compreender o ambiente informacional, os sistemas aplicativos e seus dados, além dos estoques e fluxo de informações. O presente trabalho estuda o uso da abordagem da Análise de Domínio, como artefato para apoio ao processo de organização do conhecimento na Previdência Social Brasileira. Dentro deste contexto é apresentada a essência da relação entre dados e informação, bem como, o uso destes, como insumo para o entendimento dos conceitos de relevância e possíveis abordagens para o uso da Análise de Domínio. São apresentadas considerações que endereçam para a questão da Informação na Previdência Social e para os esforços de organização do conhecimento que ocorreram ao longo dos últimos anos. A técnica de JAD foi utilizada para conduzir a dinâmica de investigação. Os resultados obtidos contribuirão para gerar melhores produtos, tornando disponível para a sociedade em geral um conjunto mais abrangente de informações previdenciárias e assistenciais, trazendo melhorias no relacionamento entre Estado e Cidadão.

Palavras-chave: Análise de Domínio, Relevância, JAD, Organização do Conhecimento e Previdência Social.

ABSTRACT

In order to develop knowledge organization process within a given context, to understand the information environment, application systems and there data as well as its information stocks and information flow. The present work studies the use of Domain Analysis approach as an artifact to support the knowledge organization process at the Brazilian Social Security. In this context it is presented the essence of the relation between data and information on the basis of the concept of relevance and on the use of Domain Analysis. Taking into consideration the information questions in the Social Security and on its efforts towards knowledge organization in the last few years. The JAD technique was used as a tool to conduct the investigation. The results obtained may contribute to the generation of better products to make available a wider set of social security and social assistance information increasing the relationships between the State and Citizens.

Key-words: Domain Analysis, Relevance, JAD, Knowledge Organization and Social Security.

À minha esposa Ana Cristina, por entender e me apoiar no cumprimento de mais esta etapa de nossas vidas. Às minhas filhas Ana Clara e Mariana, por toda a alegria e inspiração que me trouxeram, ao nascerem e passarem a fazer parte da minha vida.

Agradecimentos

Aos meus pais Edison e Nélia, pois graças ao seu apoio, incentivo e exemplo, é que pude chegar até aqui.

A minha irmã Jeanine e as minhas avós Ulysséa e Elza, tios Jairo, Ignez, além da prima Isabela, pelo apoio, compreensão nas ausências e também pelos livros que a Isabela me emprestou.

A minha sogra Alice, pelo esforço dispendido em cuidar da minha esposa e filhas, me deixando livre para concluir o meu trabalho.

A minha sogra Alice e minha esposa Ana, pelo apoio na revisão do Português.

A minha orientadora Profa. Rosali pela paciência e insistência.

A Dataprev, pelo incentivo à pós-graduação que permitiu que eu concluísse mais esta etapa da minha vida profissional.

Aos demais professores do IBICT, que sempre estiveram à disposição para me auxiliar no desenvolvimento deste trabalho.

Um agradecimento especial para Ilce, por ter me ajudado nos detalhes do formato e das referências bibliográficas.

A todo o pessoal da secretaria do IBICT, especialmente ao Abneser, que sempre esteve pronto a me auxiliar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Comportamento da evolução dos postos de trabalho	Pág. 8
Figura 2	- Ciclo de evolução do conhecimento	Pág. 15
Figura 3	- Pirâmide do conhecimento de JAENECKE	Pág. 41
Figura 4	- Disposição recomendada para a realização de sessão de JAD	Pág. 46
Figura 5	- Plano de julgamento da relevância	Pág. 51
Figura 6	- Modelo espacial da relevância	Pág. 55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Relacionamento entre dados, informação e conhecimento	Pág. 13
Tabela 2	- Exemplos de informação disponíveis no AEPS	Pág. 19
Tabela 3	- Critérios de julgamento da relevância para usuários finais	Pág. 53
Tabela 4	- Comparação entre abordagens do cognitivismo e visão do domínio específico	Pág. 63
Tabela 5	- Tabela contendo a classificação do nível de acesso às informações	Pág. 81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	- Associação Brasileira de Estudos Populacionais
AEPS	- Anuário Estatístico da Previdência Social
ARIST	- Annual Review of Information Science and Technology
ASIS	- American Society for Information Science
CADPF	- Cadastro de Pessoas Físicas
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAT	- Comunicação de Acidente de Trabalho
CBO	- Código Brasileiro de Ocupação
CEF	- Caixa Econômica Federal
CEI	- Cadastro Específico do INSS
CI	- Contribuinte Individual
CIPS	- Catálogo de Informações da Previdência Social
CNAE	- Código Nacional de Atividade Econômica
CND	- Certidão Negativa de Débito
CNIS	- Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNPJ	- Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CRPS	- Conselho de Recursos da Previdência Social

DARDO	- Sistema tabulador de dados e gerador de relatórios genérico para arquivos padrão DBF ou TXT.
DATAMEC	- Empresa de Processamento de Dados que atende a CEF e MTbE
DATAPREV	- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FIRJAN	- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FPAS	- Fundo de Participação da Assistência Social
GFIP	- Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
GPS	- Guia da Previdência Social
GRAF	- Gerência Regional de Arrecadação e Fiscalização
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEIA	- Sistema de Informações Descentralizadas e Integradas da Arrecadação
INPC	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	- Instituto Nacional de Seguro Social
IOB	- Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPLAN RIO	- Empresa Municipal de Informática – Rio de Janeiro
JAD	- Joint Application Design
JASIS	- Journal of the American Society for Information Science
MPAS	- Ministério da Previdência e Assistência Social

MTbE	- Ministério do Trabalho e Emprego
PNB	- Produto Nacional Bruto
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
RGPS	- Regime Geral da Previdência Social
SAA	- Sistema de Autorização de Acesso
SARCI	- Sistema de Acesso a Recolhimentos de Contribuinte Individual
SAT	- Seguro de Acidente de Trabalho
SCA	- Sistema de Controle de Acesso
SERPRO	- Serviço de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda
SGT	- Sistema Gerador de Tabelas
SINTESE	- Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas
SISLEX	- Sistema de Legislação, Jurisprudências e Pareceres
UF	- Unidade da Federação
WWW	- World Wide Web

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	VII
LISTA DE TABELAS	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	IX
1 INTRODUÇÃO	1
2 A RELAÇÃO ENTRE DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	7
2.1 AS FONTES DE INFORMAÇÃO COMPONENTES DO ESTOQUE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	17
2.2 REPRESENTANDO DADOS E INFORMAÇÕES PARA A COMUNIDADE DE USUÁRIOS DO DOMÍNIO SOB ANÁLISE	42
3 A ANÁLISE DE DOMÍNIO E O REFERENCIAL TEÓRICO	47
3.1 CONHECENDO A RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES PARA COMPREENDER MELHOR O DOMÍNIO	47
3.2 AS POSSÍVEIS ABORDAGENS PARA ANÁLISE DE DOMÍNIO	56
4 ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS	67
4.1 DELIMITANDO O DOMÍNIO A SER PESQUISADO	67
4.2 AS REUNIÕES DE LEVANTAMENTO	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

7	ANEXOS	93
	Anexo 1 - Boletim de Informação da GFIP	94
	Anexo 2 - Meta-dados e Meta-informações do CNIS disponíveis no CIPS ..	102
	Anexo 3 - Dados de CI no CNIS disponíveis no AEPS	115
	Anexo 4 - Tabulações no IDEIA	123
	Anexo 5 - Tabulações nos Grupos de Informação GFIP	137
	Anexo 6 - Artigo no Jornal do Brasil de 22/07/2001 sobre a inversão do Ônus da Prova	148
	Anexo 7 - Artigo no Jornal do Brasil de 07/08/2001 sobre a redução da burocracia na aposentadoria	158

1 INTRODUÇÃO

A Previdência Social Brasileira paga, mensalmente, aproximadamente 18 milhões de benefícios com características distintas, chamadas de espécies de benefício, que necessitam de um tratamento diferenciado entre eles. Além disto, a Previdência arrecada, mensalmente, as contribuições de salário para financiar os custos de Seguridade Social no Brasil. São cerca de 35 milhões de empresas, que possuem Atividades Econômicas com características diferentes e 5,5 milhões de Contribuintes Individuais, posicionados em diversos patamares de contribuição. Adicionalmente, existem aproximadamente 1 milhão de processos judiciais que tramitam na justiça, onde a Previdência Social é ré ou autora e, como consequência prática destas atividades, centenas de milhares de dados e informações são incorporadas mensalmente nos estoques da própria Previdência.

Todo este conjunto de informações é permeado pelo Cadastro Nacional de Informações Sociais, que objetiva registrar toda a vida laborativa das pessoas que possuem algum relacionamento com a Previdência Social. Armazenando a coleção de vínculos e remunerações de cada pessoa, o que permitirá mais à frente o cálculo dos valores de remuneração inicial de benefício, independente do segurado apresentar e comprovar a relação de contribuições realizadas durante toda sua vida.

Face ao grande volume de dados e informações existentes, a complexidade do assunto e o alto impacto que as decisões neste campo podem acarretar na sociedade, os gestores das linhas de ação da Previdência Social precisaram se tornar “homens de negócio”. Tiveram que incorporar práticas do mercado privado nas atividades de gestão dos órgãos públicos, dentre outras evoluções no próprio comportamento, eles necessitaram ter ciência da variedade de dados existentes, que estavam escondidos na maioria dos processos de trabalho. Entretanto, este processo foi feito de maneira empírica e sem embasamento teórico, o que reduziu a cobertura no atendimento às necessidades de informação dos usuários.

O Planejamento Estratégico, as Estratégias Empresariais, a definição do Negócio e suas perspectivas, são temas que tem como fundação principal o conjunto de dados e informações de uma organização. Aliando estes temas, com o mapeamento dos

processos internos de negócio, as habilidades, saberes e o porte tecnológico da organização, é possível se obter uma ampla visão do fluxo de informações do Negócio.

Adicionalmente, a verificação e a aferição da qualidade nos processos de produção, coleta, organização, armazenamento, indexação, recuperação e disseminação seletiva de informação consolidada para um usuário, para assimilação e uso, sustenta o processo de gestão em uma linha de Negócio. Administrar é realizar tarefas através de pessoas, é orientar a execução de atividades para atingir objetivos, para realizar uma ação e obter um resultado. Segundo Lima afirma:

[...]a informação funciona como elo de ligação, matéria prima para o pensamento, tomada de decisão, solução de problemas, desenvolvimento de atitudes, aprendizado e as atividades especificamente relacionadas ao funcionamento psicológico e ao comportamento das pessoas.¹

De forma cada vez mais intensa vislumbra-se a importância do tratamento da informação nas organizações do mundo contemporâneo.

A sociedade passou a sofrer do “estresse informacional”, com grande quantidade e variedade de informações, mas, muitas vezes, com baixo nível de qualidade. O homem começou a descobrir o papel diferenciador da informação no processo de gestão do Negócio. O amplo uso de artefatos tecnológicos possibilita que a informação esteja disponível rapidamente, segundo Furlan afirma:

Esse novo macroambiente social e organizacional cria condições para o estabelecimento de um sistema acelerado de criação de riqueza que depende cada vez mais da troca de dados, informação e conhecimento. Na era da Tecnologia da Informação, nosso potencial está limitado somente a nossa criatividade, inovação e imaginação. Ou você faz parte do rolo compressor ou faz parte da estrada [...]²

A Previdência Social passou a seguir a tendência que norteia o ambiente de gestão administrativa da maioria das empresas na atualidade. Buscar diferenciação através de uma estratégia de acesso e comunicação de produtos e serviços de forma interativa e eletrônica. Ou ainda, ser diferenciada pelos serviços agregados que deverão ter alto grau de acessibilidade imediata, pois devem estar disponíveis 24h/dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, contemplando informações sobre todas as condições de pagamento de benefícios, crédito, cobranças e contribuições.

¹ LIMA, 1999a, p. 4

² FURLAN, 1994, p. 13

Segundo Kotler :

A tecnologia impulsiona uma outra grande força, a globalização. A visão de McLuhan de ‘aldeia global’ é agora uma grande realidade. Um executivo em Bangcoc que queira comprar este livro pode digitar www.amazon.com em seu teclado, informar o número de seu cartão de crédito e receber o livro dentro de poucos dias pelo correio. Um atacadista de flores em Colônia, na Alemanha, que esteja sem estoque de rosas vermelhas pode fazer seu pedido e receber de Tel Aviv, na manhã seguinte, toda a carga aérea dessas flores.³

Devemos entender que estamos entrando em uma “nova era” e que a Informação é o ingrediente mais importante deste contexto. Há possibilidade de um amplo acesso – baseado na interatividade das redes de Intranet/Internet – onde estão se constituindo comunidades virtuais de consumo, que também devem ser consideradas na determinação da abrangência das estratégias de negócio.

O grande volume e a imensa diversidade de informações na Previdência Social Brasileira emolduram o cenário bastante fértil para o estudo do comportamento destas informações. Atualmente, o processo de análise e geração de informações possui duas grandes vertentes: a primeira contemplando os sistemas de informação clássicos onde, a partir de uma determinada necessidade de informação dos usuários, é informatizado o conjunto de procedimentos associados a estas necessidades; a segunda, contemplando o grupo de informações gerenciais e estratégicas, que ☐ingüí os processos de evolução, melhoria e controle das ações da Previdência Social Brasileira.

O desenvolvimento de soluções na primeira vertente, está apoiado por um processo padronizado de construção, tendo como base uma Metodologia para o Desenvolvimento de Sistemas. Com isto, o desenvolvimento de sistemas clássicos para recuperação de informação faz parte de um processo totalmente sob controle, onde é possível verificar eficiência e eficácia nas soluções apresentadas.

Entretanto, por ser uma disciplina pouco explorada na Previdência, a segunda vertente está sendo conduzida com base em processos pouco organizados e artesanais, gerando um grande esforço nesta atividade e pouca efetividade nos resultados alcançados. ☐ingüísticos☐te, o processo de tomada de decisão está centrado na reunião das informações obtidas nestes esforços e, principalmente, caracterizado por um

³ KOTLER, 1999, p. 16

baixo grau de abrangência e cobertura, dificultando a Gestão de Relacionamento entre o Estado e os Cidadãos.

O objetivo da presente pesquisa é explorar o uso da abordagem de “Análise de Domínio” no mapeamento de informações na Previdência Social, visando facilitar o processo de disseminação e uso destas informações, além de auxiliar na Organização do Conhecimento e contribuir para a gestão do “negócio Previdência”.

O ponto de partida foi o levantamento de artigos e publicações sobre a “Análise de Domínio”, buscando contextualizá-la na Ciência da Informação. Como este é um assunto recente na área, este levantamento foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Com base no material reunido sobre “Análise de Domínio” e sobre assuntos correlatos como Organização do Conhecimento, Relevância e Meta-teorias, foi desenhado o quadro conceitual que serviu de pano de fundo para fundamentar a pesquisa, expondo os principais conceitos que serviram de base para a experimentação prática. O aprofundamento teórico destes assuntos buscou trazer uma visão adequada do relacionamento entre dados, informação e conhecimento, como um tripé de sustentação do processo de organização do conhecimento no contexto da presente pesquisa.

Com o auxílio de meta-teorias, foi possível trabalhar na confecção de modelos e simulações – representados através de listas de dados e informações, ou ainda, por meio de símbolos gráficos – que serviram como instrumentos de auxílio ao entendimento da realidade estudada, visto que, por meio do uso destes elementos, foi possível “reduzir” a complexidade desta realidade alvo de investigação. Com os conceitos de Relevância, foi possível buscar uma melhor identificação das necessidades de informação, buscando contribuir para entender, priorizar e delimitar os dados e informações que faziam parte do campo sob estudo, facilitando o processo de levantamento de dados desenvolvido com a comunidade de usuários envolvida na presente pesquisa.

Foram reunidas diferentes fontes de informação no âmbito da Previdência Social dentro do domínio em análise, dentre as quais podemos destacar: Catálogo de Informações da Previdência Social (CIPS), Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), Boletim de Informação da Guia de FGTS e Informações da Previdência Social (GFIP). Foi também considerada a documentação de sistemas de recuperação de informação, dentre eles o SÍNTESE, SISLEX e o tabulador DARDO, além da relação

de dados agregados já gerados e disponíveis para os usuários (IDEIA e Grupos de Informação GFIP).

Como o assunto Previdência Social é extremamente vasto, além de bastante rico em relação à necessidade de dados e informações, foi preciso estabelecer um ponto de corte para o domínio em análise. O ambiente de informações escolhido foi o CNIS, visto que este Cadastro permeia a grande maioria, senão a totalidade, dos processos de trabalho da Previdência Social. Foram observados os dados e informações sobre quatro elementos de análise:

- Empregadores: razão social, dados cadastrais, quantidade de empregados e volume de salários entre os principais;
- Trabalhadores: dados cadastrais;
- Vínculos e remunerações: relação entre o trabalhador e a empresa, contendo, dentre outros dados, os afastamentos do trabalhador, a relação de salários recebidos pelo trabalhador, a contribuição previdenciária devida, além da contribuição que foi realizada pela empresa;
- Contribuintes individuais: dados cadastrais e suas contribuições.

Objetivando complementar as informações levantadas nos documentos e produtos de informação identificados anteriormente, foram realizadas Reuniões com a comunidade de usuários e pesquisadores de diversas instituições públicas e privadas, dentre elas o IPEA, IBGE, CEF, MTbE, provocando o debate entre os participantes, quando foram registradas as impressões e os principais requisitos de informação percebidos. A técnica de coleta de dados utilizada nas reuniões foi o JAD⁴ (“Joint Application Design”), originária do desenvolvimento de sistemas, que trouxe para o presente trabalho um alto grau de participação dos indivíduos interessados em resultados rápidos e de consenso. No transcorrer das reuniões, foram apresentadas e debatidas as diferentes “visões” dos usuários sobre cada informação – ou grupo de informações – em análise, sempre tendo como ponto de partida as informações que já estavam disponíveis no ambiente.

⁴ AUGUST, 1993, p. 6

Cumpre destacar que nas sessões de JAD, o papel do mediador é extremamente importante para o sucesso do levantamento de dados. Este indivíduo faz, em paralelo, a coleta e a análise dos dados que estão sendo levantados, objetivando identificar e mapear a necessidade de informações da comunidade. Neste ponto, como veremos no desenvolvimento desta pesquisa, foi importante o conhecimento do mediador sobre os princípios norteadores da abordagem de Análise de Domínio, para definir de forma clara a abrangência do assunto em questão. Durante o debate foi obtido o consenso sobre a necessidade e relevância das informações para a comunidade, bem como, da definição da prioridade para que as mesmas estejam disponíveis, suas fontes e definição mais detalhada. O consenso obtido foi registrado como a representação da necessidade da informação para a comunidade de usuários.

Utilizando a abordagem de “Análise de Domínio”, o que propomos nesta pesquisa é prover à Previdência Social, um instrumento de auxílio no mapeamento da coleção de informações, de forma a facilitar o uso e a disseminação destas. O entendimento do ambiente de dados e informações da Previdência, a busca da fundamentação teórica e o desenvolvimento de método de investigação junto a comunidade de usuários, emolduram o cenário onde foi desenvolvida esta pesquisa. O processo de experimentação permitiu observar a aplicação da abordagem da Análise de Domínio em um terreno extremamente rico de dados e informações.

Este esforço poderá ser considerado como o ponto de partida, indicando caminhos para a organização do conhecimento da Previdência Social brasileira.

2 A RELAÇÃO ENTRE DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

A tríade dados, informação e conhecimento tem impulsionado diferentes teorias na atualidade sobre gestão do conhecimento. Explorar a relação entre estes elementos foi peça fundamental para avaliar a principal fonte de dados do trabalho: o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais). Contudo, para observar e entender melhor estes componentes, foi necessário investigar o fluxo de informações, seu comportamento, sua demanda e oferta, além das necessidades de informação, da comunidade envolvida no domínio que era alvo de estudo .

Segundo Davenport, os administradores precisam ter uma perspectiva holística para assimilar as mudanças repentinas no ambiente de negócios e adaptar-se às novas e mutantes realidades sociais:

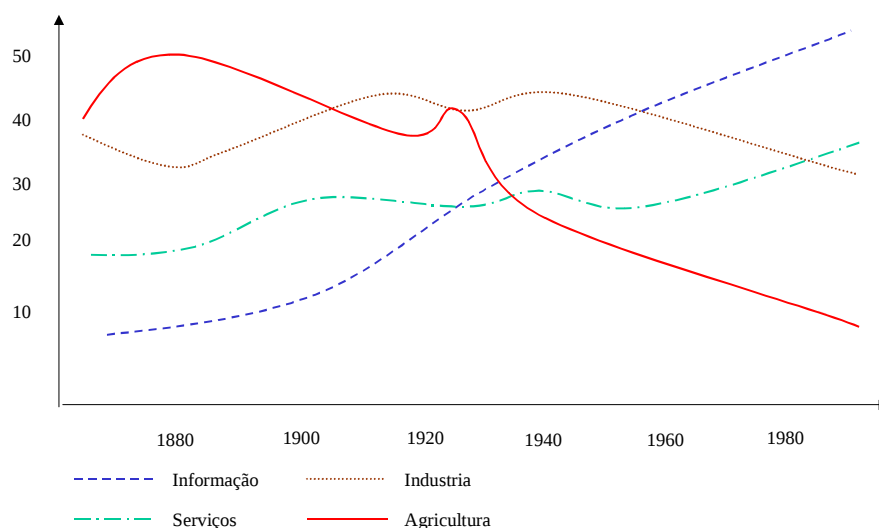
Essa nova abordagem eu chamo de *ecologia da informação* , enfatiza o ambiente de informação em sua totalidade, levando em conta os valores e as crenças empresariais sobre informação (cultura); como as pessoas realmente usam a informação e o que fazem com ela (comportamento e processos de trabalho); as armadilhas que podem interferir no intercâmbio de informações (política); e quais sistemas de informação já estão instalados apropriadamente (sim, por fim a tecnologia).⁵

Maital⁶ também afirma que o principal negócio nos dias de hoje é a informação. As implicações na tomada de decisões são amplas, visto que, informação é um produto muito diferente de automóveis ou aparelhos de televisão. Além disto, a mão-de-obra que produz informação também é bastante diferente da que produz videocassetes ou computadores pessoais. Se observarmos a Figura 1, veremos o comportamento da evolução dos postos de trabalho nas principais vertentes do mundo de negócios.

⁵ DAVENPORT, 1998, p. 12

⁶ MAITAL, 1996, p. 103

Figura 1 – Comportamento da Evolução dos Postos de Trabalho



Fonte: Maital⁷

Maital afirma que ao traçarmos um paralelo entre as águas de um rio e a informação, podemos entender que conhecimento é a própria água que teria sido recolhida por baldes inteligentes, já destilada, purificada e organizada; que este é o papel das pessoas e das empresas, que tem os indivíduos como o seu principal propulsor, visto que, conhecimento se expande na medida em que é consumido e dividido com outras pessoas. Uma das tarefas básicas dos executivos que conduzem empresas é, portanto, garantir que o fluxo de informação e a quantidade de conhecimento existente dentro de uma empresa se mova livremente e rapidamente, partindo das pessoas que o possuem para os que necessitam dele. Maital continua:

[..]Já disse que as economias da ex-União Soviética e da Europa Oriental entraram em colapso não por causa de planejamento, mas porque o fluxo de informações era rigidamente limitado, como forma de controlar a sociedade. Um sistema mundial moderno, onde quase todos são mantidos intencionalmente na escuridão, em relação a quase tudo, não pode funcionar.⁸

⁷ MAITAL, 1996, p. 104

⁸ ibid., p. 103

Encontramos em Richers a afirmação de que o conhecimento é a base do poder, não apenas político ou empresarial, mas, no seu sentido mais amplo, o poder de se comunicar, de ensinar e de convencer.

[...] conhecimento puro e simples não é suficiente para se conseguir exercer o poder em proveito próprio ou de outros. O conceito de conhecimento é abstrato, intangível, que se consegue transmitir apenas a alguém através da capacidade de comunicação. Além do talento inato ou adquirido da transmissão de conhecimentos, essa capacidade depende de uma outra variável que está se tornando cada vez mais significativa na medida em que o mundo se volta à tecnologia: a informação.⁹

Richers também afirma que, é certo o entendimento do que a informação mudou muito nas últimas décadas. Ela evoluiu de um fato simples e corriqueiro, que possuía repercussão limitada, para algo que está se tornando, cada vez mais um conhecimento de causa que auferir poder. A expressão “poder” deve ser entendida no seu sentido mais amplo, como, por exemplo, usar conhecimento para angariar vantagens econômicas. Além disto, podemos armazenar dados e informações, para utilizá-los posteriormente, tirando proveito dos fatos registrados, desta forma, não seria exagero afirmar que: “Cada vez mais a informação está se tornando um meio de formação de riquezas econômicas.”¹⁰

Richers observa ainda que, ao longo dos anos, as riquezas sempre estiveram associadas apenas a três grandezas: à riqueza natural, ao trabalho e ao capital. Na medida em que a informação começa a fazer parte deste seleto grupo, ela enobrece, podendo ser inclusive, elevada ao pedestal dos ingredientes tidos como básicos para o cálculo do **PNB** – Produto Nacional Bruto. Continua afirmando que inicialmente, alguns economistas resistirão a idéia de convidar uma quarta variável à exclusiva família dos fatores de produção e que um dos argumentos que certamente será utilizado para impedir sua ascensão a este patamar de destaque, é que um fator de produção é tangível e escasso. A informação não satisfaz a nenhum destes critérios, visto que é intangível e facilmente acessível, portanto, não escassa. Entretanto, estes argumentos não resistiriam a uma análise mais fria: O fato dos três fatores de produção serem tangíveis é meramente circunstancial; já o argumento de ser escasso, este sim é mais difícil de ser contrariado pois a informação é transparente, ela se torna rapidamente de domínio público a partir do momento em que alguém a descobriu e a comunicou.

⁹ RICHERS, 1996, p. 234

¹⁰ *ibid.*, p. 234

Richers complementa que, no passado, não existiam diversos meios de comunicação – como o rádio, o telefone, o fax, a TV por satélite ou o computador – e isto contribuía para que a transmissão se restringisse ao corpo a corpo entre os indivíduos. Ainda hoje, costuma-se associar a informação aos dados que são recebidos, transmitidos e processados.

A getsão do conhecimento vai alterar radicalmente a maneira como os executivos tomam decisões sobre mão-de-obra, capital e conhecimento. Maital apresenta algumas situações onde poderemos observar alguns aspectos e suas implicações:

Fato: Conhecimento, ao contrário do trabalho, capital ou materiais, se expande, e quanto mais é compartilhado mais intensamente é utilizado.

Implicação: Os executivos terão que encontrar maneiras inovadoras de promover a cooperação, tanto dentro de suas empresas como também no relacionamento com outras empresas, inclusive com grandes concorrentes, que levem a um maior compartilhamento do conhecimento.

Fato: Conhecimento é criado, compartilhado e disseminado mais rapidamente e melhor nas empresas menores do que nas grandes.

Implicação: Os executivos precisarão encontrar maneiras de remodelar suas organizações, transformando unidades grandes e confusas em unidade menores e com reações mais rápidas, onde o conhecimento poderá fluir para todos os seus participantes com velocidade suficiente para permitir reações rápidas e alterar as condições no mercado e na tecnologia.

Fato: O custo médio do conhecimento é extremamente alto, mas o custo marginal de esclarecimento de mais uma pessoa ou grupo é muito pequeno, uma vez que o conhecimento já exista.

Implicação: Mais produtos e serviços baseados no conhecimento serão vendidos como títulos de clubes, para assinantes e não unidade por unidade.¹¹

Segundo Albagli¹², a passagem para uma Era da Informação e do Conhecimento vem exigindo a constituição de novos espaços e instrumentos de regulação política e jurídico-administrativa. As novas tecnologias de comércio eletrônico, o amplo uso de internet, as garantias e direitos de propriedade intelectual, a desregulamentação e os novos cenários no ambiente de telecomunicações, a mudança do conceito de emprego para trabalho, além das novas formas de educação, impõem a necessidade de novas regras e normas que ordenem os processos de geração, acesso, fluxo, disseminação e uso de informações e conhecimento, bem como regulem as novas práticas e relações que giram em torno dessas atividades.

¹¹ MAITAL, 1996, p. 104

¹² ALBAGLI, 1999, p.290

Todas estas afirmações nos levaram a pensar que: Se existem nos estoques de dados da Previdência Social centenas de milhares de dados operacionais e informações agregadas, então por que não □ingüís-los de forma efetiva na criação do conhecimento ? O papel do conhecimento e da informação nas políticas de transformação de negócios, incorporou produtos culturais e cognitivos, como insumos para o seu funcionamento. Como o uso de dados, informações e conhecimento é um campo recente na maioria das organizações do mundo contemporâneo, é necessário desenvolver esforços para conseguirmos um maior grau de efetividade no trabalho de organização do conhecimento. De acordo com Nonaka e Takeuchi : “A constatação de que o conhecimento é o novo recurso competitivo atingiu o ocidente como relâmpago.”¹³

Combinar todas estas abordagens, até transformarmos a informação em conhecimento para a organização, traz a tona um questionamento essencial: ***Como identificar a minha necessidade de informação ?*** É preciso organizar, coletar e definir as informações de maneira clara, objetivando facilitar o armazenamento e posterior recuperação.

O conhecimento está presente nas mentes dos indivíduos de uma organização e nos processos de trabalho desta. Assim sendo, entendemos que o conhecimento pode ser organizado e enriquecido para compartilhamento atual e futuro. O principal desafio existente no ambiente de gestão administrativa e empresarial, na maioria das empresas do mundo atual é como criar e organizar o fluxo de informação entre pessoas e processos de trabalho, tornando disponível as informações, o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. A organização do conhecimento agrega valor às informações, pois é com base na organização do conhecimento que os usuários conseguem obter informações corretas no tempo necessário e, a partir daí, tomar decisões rápidas e precisas, tão importantes na atualidade, pois, a informação é a essência do conhecimento. Nonaka e Takeuchi afirmam que: “O conhecimento nas organizações só é criado por indivíduos e cristalizado no nível do grupo por meio do diálogo, de discussões, do compartilhamento de experiências ou da observação.”¹⁴

¹³ NONAKA, TAKEUCHI, 1997, p. 6

¹⁴ *ibid.*, p. 280

Encontramos em Castells a afirmação que, nos últimos anos, presenciamos o surgimento de uma economia “informacional e global”:

A economia é informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação.¹⁵

Podemos entender que a informação, que traz a possibilidade de gerar conhecimento no indivíduo e em seu grupo, pode ser qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo social. A assimilação da informação é um processo de interação entre o receptor e uma determinada estrutura de informação, que vem gerar modificações em seu estado cognitivo, produzindo conhecimento e se relacionando com a informação recebida.

Se conhecimento é uma alteração provocada no estado cognitivo do indivíduo e caracterizarmos a finalização do processo de aceitação da informação como assimilação da informação, podemos entender que este é o destino final da informação: a criação de conhecimento modificador e inovador no indivíduo e seu contexto.

Segundo Davenport, a informação é a conexão entre dados brutos e o conhecimento. A Tabela 1 a seguir, ilustra esta relação:

¹⁵ CASTELLS, 1999, p. 87

Tabela 1 – Relação entre Dados, Informação e Conhecimento

Dados	Informações	Conhecimento
Simples observações sobre o estado do mundo • Facilmente estruturados • Facilmente obtido por máquinas • Frequentemente quantificados • Facilmente transferíveis	Dados dotados de relevância e propósito • Requer unidade de análise • Exige consenso em relação ao significado • Exige necessariamente a mediação humana	Informação valiosa da mente humana Inclui reflexão síntese e contexto • De difícil estruturação • De difícil captura em máquinas • Frequentemente tácito • De difícil transferência

Fonte: Davenport¹⁶

Para buscar o melhor entendimento dos processos de organização do conhecimento, necessitamos identificar claramente as necessidades e anseios da comunidade de indivíduos que fará uso destas estruturas de informação – identificação da demanda. A partir deste entendimento, o profissional da informação deve procurar efetuar o registro deste universo de informações através de estratégias para Representação da Informação, visando produzir soluções que satisfaçam a estes anseios, ou seja, utilizando a demanda de informações para definir melhor a oferta.

Kobashi nos diz que:

Os estudos de Representação da Informação apresentam diferentes abordagens teóricas e práticas, com maior ou menor ênfase em aspectos cognitivos, lingüísticos e comunicacionais, focalizando ora os domínios do conhecimento, ora os sistemas de informação, ora a relação dos usuários com os repositórios de informação.¹⁷

¹⁶ DAVENPORT, 1998, p. 18

¹⁷ KOBASHI, 1996, p. 11

A representação da informação pode assim ser vista como um processo da comunicação, já que tem por finalidade promover a circulação da informação. Para que esta circulação seja eficaz, é necessário que o processo de representar informação esteja inserido no contexto comunicativo em que se efetua, levando em consideração aspectos como: objetivos institucionais, tipos de usuários e demandas, além da própria estrutura organizacional. De acordo com Bates¹⁸, representar informações – quando você está indexando ou formulando uma estratégia de busca, ou ainda, auxiliando a alguém a identificar que informação quer buscar – é diferente de entender e conhecer informações.

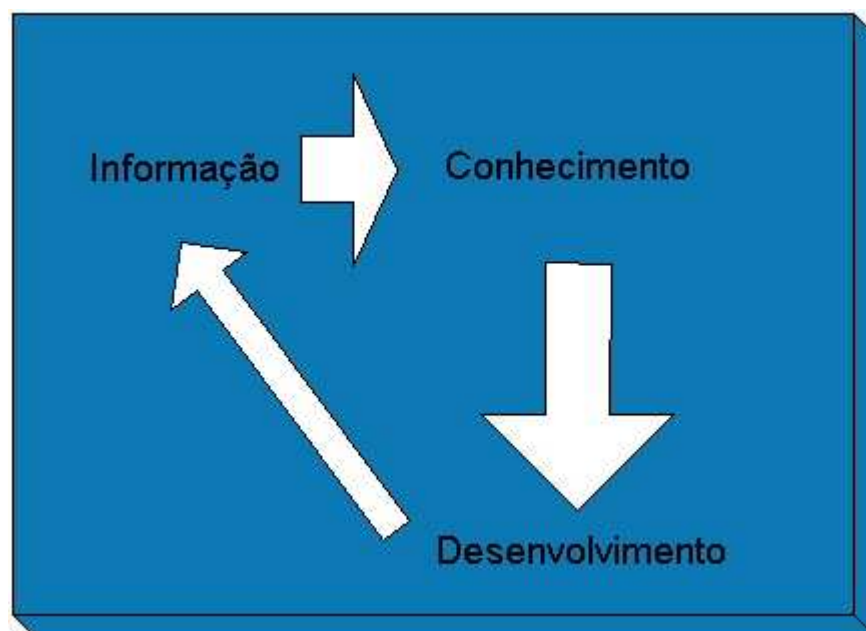
Observando os esforços de representação de informação nas bases de dados da Previdência Social, podemos tomar como exemplo uma base que contenha a coleção de vínculos e remunerações, com as seguintes características: dados do segurado/contribuinte, dados da empresa com a qual foi firmado o vínculo, data inicial do vínculo, dados de salário do vínculo (12 ocorrências de registro mais o 13º salário), dados de afastamento por motivo de acidente ou ainda doenças do trabalho. Além do Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) e Unidade da Federação (UF) do vínculo, poderemos aferir, dentre outras informações que podem ser extraídas deste conjunto de dados, o comportamento da evolução/migração da mão-de-obra de uma determinada atividade econômica em relação as regiões geográficas do país. A partir desta informação, podem ser traçadas políticas de incentivo – por meio de isenção de impostos, cessão de terrenos, incentivos financeiros, dentre outros – para fixação de pessoas em áreas de interesse.

Outro exemplo para a mesma base de dados: se observarmos o comportamento da evolução dos dados de motivo de afastamento do trabalho poderemos verificar uma alta incidência de doenças, e/ou acidentes de trabalho em uma determinada região. Com base nesta informação, poderemos avaliar a necessidade de iniciarmos um programa de conscientização para, por exemplo, reduzir acidentes de trabalho, ou ainda campanhas de educação, saúde, além de novas práticas sociais.

¹⁸ BATES, 1999, p. 1045

Se observarmos todas as considerações já feitas no presente trabalho, podemos afirmar que o ciclo representado pela Figura 2 esteja em prática no escopo deste trabalho, onde estamos abordando uma forma de organizar o conhecimento na Previdência Social Brasileira, a partir do conjunto de dados e informações disponíveis em suas bases eletrônicas. Segundo Barreto¹⁹ afirma, o objetivo da Ciência da Informação é criar condições para a reunião da informação institucionalizada e sua distribuição adequada para o público, de forma a possibilitar o desenvolvimento do próprio indivíduo e do ambiente em que este está inserido.

Figura 2 – Ciclo da Evolução do Conhecimento



Fonte: Barreto²⁰

¹⁹ BARRETO, 1998, p. 122

²⁰ *ibid.*, p. 123

Quando iniciamos esforço de representar e tratar a coleção de dados disponíveis em qualquer organização, estamos organizando o conhecimento para, dentre outros objetivos, auxiliar no processo de tomada de decisão. Os dados e as informações de uma organização devem ser considerados como patrimônio da empresa, o real conhecimento destes trará amplos benefícios às práticas de gestão desta empresa. Lima²¹ afirma que a informação tem que ser conduzida como insumo estratégico na gestão da organização e é condição essencial para o desenvolvimento industrial, tecnológico, econômico e social.

Ao desenvolvermos estudos em campos do conhecimento, precisamos buscar o entendimento de componentes que fazem parte do ambiente alvo de análise. Este entendimento é essencial, visto que é desta forma que tentaremos minimizar as dificuldades que possam surgir no processo de representação da informação. Geertz afirma que:

Dada a semelhança entre as visões do mundo e até a maneira como focalizam o objeto de seus estudos (um enfoque no qual “para conhecer a cidade é preciso conhecer suas ruas”) pareceria que advogados e antropólogos foram feitos um para o outro e que o intercâmbio de idéias e de argumentos entre eles deveria fluir com enorme facilidade. No entanto, essa sensibilidade pelo caso individual pode tanto dividir como unir e, embora o homem que dirija um iate e um outro que plante uvas possam ter uma admiração recíproca pelo significado da vida do outro, isso não implica que tenham assunto em comum para conversar. O advogado e o antropólogo, ambos *connoisseurs* de casos específicos, peritos em assuntos práticos, estão na mesma situação. O que os distancia e separa é sua própria afinidade eletiva.²²

Para conhecer os componentes do nosso contexto sob análise, precisávamos de algo que nos auxiliasse a compreender melhor o ambiente de informações da Previdência Social: “Precisávamos conhecer a cidade e suas ruas”. Buscar este entendimento contribui para homogeneizar os enfoques e abordagens para organizar e representar o conhecimento de, por exemplo, uma área de atuação da Previdência Social.

²¹ LIMA, 1999b, p. 16

²² GEERTZ, 1997, p. 249

2.1 AS FONTES DE INFORMAÇÃO COMPONENTES DO ESTOQUE DE DADOS DA PREVIDÊNCIA

Os esforços na tentativa de organizar o conhecimento na Previdência, remontam ao início dos anos 90 e foram materializados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), na proposta de construção do Catálogo de Informações da Previdência Social (CIPS), além dos sistemas SÍNTESE e SISLEX.

Entretanto, a produção e disseminação de informações na Previdência Social ainda é feita de maneira dispersa, desestruturada, segundo critérios estabelecidos por cada campo de conhecimento, o que resulta, freqüentemente, em duplicação de esforços, deficiência e demora no atendimento às solicitações. Tornar disponíveis informações confiáveis, por meio da eficiente administração de recursos informacionais, tanto para subsidiar o processo de tomada de decisão no âmbito da Previdência Social quanto para assegurar visibilidade para a sociedade no exercício da sua cidadania, é de vital importância.

O estoque de dados, sejam eles elementares ou agregados, que está materializado em bases de dados operacionais, residentes nos computadores da Previdência, já são utilizados para apoiar os processos de tomada de decisão no ambiente da Previdência. Atualmente, existem esforços em prática na Previdência que executam a tabulação destes dados, objetivando gerar informações, que são entregues em mídia digital (CD) para que possam ser manipuladas pelos usuários. Estes esforços nasceram do interesse de técnicos do INSS e da Dataprev, em municiar a Previdência Social de informações que pudessem melhorar o seu processo de gestão.

Borko²³ afirma que as instituições encarregadas da transmissão do conhecimento devem buscar de forma constante o nível de adequação às necessidades de comunicação da sociedade, visto que um dos principais fatores que acarretam esta inadequação é a velocidade com que o conhecimento evolui. Como na grande maioria das disciplinas, a Ciência da Informação tem instrumental teórico e prático, possível de ser explorado em diferentes contextos de sistemas de recuperação de informação.

²³ BORKO, 1968, p. 4

Segundo Dahlberg²⁴, estamos tendo acesso a um volume de conhecimento coletado, aprofundado e maturado por muitos séculos, que, contudo, somente hoje tem sido reconhecido como um campo do conhecimento com autonomia. Este campo precisa achar o seu lugar na sociedade e demanda ser reconhecido como um sistema em cada ciência.

Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS)

O AEPS trouxe uma maior transparência nos dados da Previdência, por meio da coleção de análise estatísticas sobre seus dados básicos. Por reunir agregações de informações sobre os segurados, benefícios, arrecadação, acidentes de trabalho, assistência social, previdência complementar e do setor público, dentre outras, se tornou um instrumento essencial na definição de políticas, bem como, no acompanhamento e disseminação de informações da Previdência para os usuários em geral. Em um processo de melhoria contínua, que tem sido subsidiada por variadas demandas de informações e pelos constantes desafios apresentados por seus usuários, o AEPS tem tido um substancial aumento de sua abrangência, maior seletividade e diversificação de dados.

Organizado em 18 seções – Benefícios de Prestação Continuada, Serviços Previdenciários, Acidentes de Trabalho, Contribuintes da Previdência Social, Arrecadação, Fiscalização, Cobrança, Procuradoria, CRPS, Finanças, Contabilidade, Auditoria, Recursos de Atendimento, Previdência Complementar, Previdência do Setor Público, Assistência Social, Indicadores Econômicos e Demografia – o AEPS reúne diversas informações, agregadas e classificadas pelos principais dados em cada área de negócio. No Anexo 3, desta dissertação, apresentaremos as informações constantes no AEPS, que foram observadas na definição do domínio alvo de estudo. A Tabela 2 reúne exemplos de informações agregadas do anuário.

²⁴ DAHLBERG, 1993, p. 211

Tabela 2 – Exemplos de informações disponíveis no AEPS:

Seção	Informação agregada
Benefícios de Prestação continuada	total de benefícios por espécie e faixa de valor; valor mensal de benefícios concedidos, segundo grupos de espécie; valor de aposentadorias urbanas por tempo de contribuição, concedidas por espécie e sexo, segundo os anos de serviço do segurado;
Serviços Previdenciários	estatísticas de reabilitação profissional, segundo as grandes regiões e unidades da federação; quantidade e valor de exames médicos periciais, segundo as grandes regiões e unidades da federação;
Acidentes de Trabalho	quantidade de acidentes de trabalho registrados, por motivo, segundo o Setor de Atividade Econômica; quantidade mensal de acidentes de trabalho, liquidados por consequência;
Contribuintes da Previdência Social	quantidade de contribuintes e valor da contribuição, por sexo, segundo o tipo de contribuinte; quantidade de contribuinte, por tipo, segundo a faixa de recolhimento; número médio mensal de contribuintes para o RGPS, por sexo, segundo os grupos de idade;

Tabela 2 (continuação):

Seção	Informação agregada
Arrecadação	quantidade de empresas com matrícula CEI, incluídas e excluídas do cadastro, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação; valor mensal arrecadado pela Previdência Social, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação;
Fiscalização	quantidade e valor mensal resultante de ação fiscal; valor de recolhimentos resultante de ação fiscal, por poste de empresa, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação;
Cobrança	quantidade de débitos administrativos, por tipo de instituição, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação; quantidade e valor de parcelamentos de débitos administrativos recolhidos, seguindo as Grande Regiões e Unidades da Federação;
Procuradoria	quantidade mensal de ações que tramitaram na procuradoria por tipo de ação, valor total arrecadado pelas procuradorias estaduais; valor mensal arrecadado pelas procuradorias estaduais em ações judiciais, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação;
CRPS	julgamento de processos do CRPS emitidos, por tipo de decisão, segundo o assunto;

Tabela 2 (continuação):

Seção	Informação agregada
Finanças	fluxo de caixa mensal consolidado do INSS;
Contabilidade	valor mensal das receitas do FPAS²⁵, segundo as principais rubricas; valor mensal das receitas do FPAS pelas principais rubricas, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, valor mensal das despesas do INSS, segundo as principais rubricas
Auditoria	quantidade de localidades auditadas e benefícios irregulares apurados pelo sistema de auditoria na área do Seguro Social, por clientela, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação; demonstrativo das atividades da Auditoria Geral e das Auditorias Estaduais, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação;
Recursos de Atendimento	unidades de atendimento do INSS, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação; quantidade de servidores do MPAS segundo a categoria funcional;

²⁵ Conjunto de rubricas do Fundo de Participação da Assistência Social

Tabela 2 (continuação):

Seção	Informação agregada
Previdência Complementar	entidades fechadas de previdência privada, por tipo de entidade, segundo a discriminação da massa abrangida; investimentos das entidades fechadas de previdência privada, por tipo de patrocinadora, segundo as modalidades de investimento;
Previdência do Setor Público	quantidade de servidores estatutários, por faixas de idade, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação; quantidade de municípios e população abrangida pela Previdência do Servidor Público Municipal;
Assistência Social	quantidade de famílias atendidas nos serviços, projetos e programas assistenciais, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação; valores executados em serviços, projetos e programas assistenciais, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação;
Indicadores Econômicos	evolução do salário mínimo; evolução do INPC;
Demografia	pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação; óbitos registrados por sexo, segundo os grupos de idade;

Catálogo de Informações da Previdência Social (CIPS)

O CIPS foi criado por meio da Portaria Ministerial nº 1.603, de 09 de novembro de 1994, com o intuito de normatizar o processo de produção de informações necessárias à formulação de políticas para gestão previdenciária. Este instrumento busca relacionar uma coleção de Metadados para uso pela Previdência, onde é apresentada a definição, características principais, dentre elas a fonte e o responsável pela sua alimentação e manutenção, além dos respectivos classificadores que podem trazer alguma semântica para os Metadados que ali estão relacionados. É um instrumento de grande valia na identificação das novas necessidades de informação para usuários da Previdência, visto que, é a partir dele que podemos vislumbrar uma parte do conjunto de dados e informações já em uso pelo ambiente em análise. Segundo Oliveira: “[..] Metadados podem ser vistos como um livro de regras da organização, que determina como os dados são capturados e manipulados. Sua importância não deve ser subestimada para o sucesso das empresas no mundo comercial.”²⁶

O CIPS é dividido em 11 capítulos que cobrem as grandes áreas de atuação do INSS, quais sejam:

- Seguro Social: Benefícios, Acidentes do Trabalho, Perícia Médica, Reabilitação Profissional e Serviço Social;
- Arrecadação: Arrecadação, Fiscalização e Cobrança;
- Procuradoria;
- Auditoria;
- Finanças;
- Orçamento;

²⁶ OLIVEIRA, 2001, p. 31

- Contabilidade;
- Engenharia e Patrimônio;
- Recursos Humanos e
- Recursos de Atendimento e Informações sociais (CNIS);

As informações relativas aos temas Benefícios, Arrecadação, Fiscalização, Cobrança e Procuradoria são produzidas pela Dataprev. As informações relativas a RAIS são produzidas pelo Ministério do Trabalho, processadas pelo SERPRO e posteriormente são enviadas à Dataprev em uma fita que alimenta o CNIS. As demais informações são produzidas pelo INSS.

As informações constantes neste instrumento apresentam os seguintes atributos:

- **Descrição:** corresponde ao conceito da informação, definido conjuntamente pelo administrador, pelo gestor e pelo disseminador da informação;
- **Unidade:** é a unidade básica da medida da informação;
- **Periodicidade da geração dos dados primários:** é o intervalo de tempo não qual o dado primário é gerado;
- **Processo de coleta e obtenção:** é o resumo dos procedimentos adotados para geração da informação desde o documento de entrada de dados até o veículo de disseminação;
- **Fontes de dados primários:** corresponde ao meio a partir do qual a informação é gerada (documentos de entrada de dados, ex GRPS, CAT, etc.);
- **Responsável pelos dados primários:** órgão que define os parâmetros da fonte a partir do qual serão coletados os dados primários;
- **Responsável pelo processamento:** órgão que processa os dados e a fonte dos dados primários para obtenção da informação;

- **Nome** (do veículo de disseminação): corresponde ao meio (boletins, relatórios, sistemas informatizados, etc.) a partir do qual a informação pode ser recuperada;
- **Atualização** (do veículo de disseminação): periodicidade de atualização e disponibilização da informação no veículo de disseminação;
- **Classificadores**: correspondem aos detalhamentos ou níveis de desagregação de informação;
- **Disseminador**: é o órgão responsável pelo veículo de disseminação de informação;
- **Gestor**: é o órgão que define e gerencia o processamento de obtenção da informação.

São exemplos de informações encontradas no CIPS: Benefícios - Quantidade de Requerimentos de benefícios encerrados/indeferidos, quantidade de benefícios concedidos, valor de benefícios de prestação única concedidos; Arrecadação – valor da arrecadação de reclamação trabalhista, quantidade de processos de restituição, quantidade de fiscais de contribuição previdenciária, etc. No Anexo 2 desta dissertação, apresentaremos as informações constantes no CIPS, que foram observadas na definição do domínio alvo de estudo.

Sistema SÍNTESE

O sistema SÍNTESE constitui-se como fonte oficial e principal instrumento de disseminação de informações da Previdência Social, servindo também para apoiar a geração de consultas para o AEPS e para o CIPS. O SÍNTESE é um sistema de apoio à tomada de decisões, nos níveis gerencial e estratégico, que objetiva divulgar um amplo conjunto de informações, abrangendo grandes temas relativos à Previdência Social.

A base de dados do SÍNTESE possui uma base de informações mantida em um computador de grande porte e por um Sistema de Recuperação de Informações mantido em ambiente Windows. Essas informações são de caráter agregado como, por exemplo, a quantidade e o valor das aposentadorias concedidas. Portanto, nesta base de dados não

se encontram, por exemplo, dados cadastrais de beneficiários, informações individualizadas sobre a situação de uma aposentadoria, ou ainda, a lotação individual de servidores da Previdência. Esta base também não contempla as informações textuais, como transcrições de legislação.

Por ser uma Base de Dados integrada, é possível a análise de informações, não apenas isoladamente mas também por comparação com fenômenos correlatos. Assim, por exemplo, pode-se analisar o comportamento da arrecadação previdenciária não apenas em valores absolutos, mas comparando-a com a despesa, a evolução do dólar, a inflação ou outros indicadores econômicos. O sistema SÍNTESE utiliza algumas características que serão expostas a seguir:

- **Temas de Interesse:** Um tema de interesse é utilizado, essencialmente, para organizar as informações;
- **Séries Históricas:** Séries Históricas, no SÍNTESE, são um conjunto de observações referentes a um determinado fenômeno ao longo do tempo e distribuídas por até três Espaços, ou por Unidade Temporal;
- **Espaços das Séries:** Espaços no SÍNTESE dividem-se em duas categorias:
 - o **Espaços Geográficos:** por exemplo estado, município ou país;
 - o **Espaços não Geográficos:** por exemplo feminino, masculino, faixa de idade, etc.

- **Unidade Temporal das Séries:** O SÍNTESE considera as seguintes Unidades Temporais:

Ano	Semestre	Trimestre
Bimestre	Mês	Quinzena
Decêndio	Semana	Dia

Uma série armazenada segundo a unidade Dia, pode ser recuperada como mensal, trimestral ou anual. Entretanto, se a série estiver armazenada por Mês, não pode ser recuperada como Dia e sim por Ano, Bimestre, Trimestre, etc.

Se levarmos em consideração, por exemplo, a população brasileira, podemos ter uma Série referente à população recenseada, desde o primeiro censo, de dez em dez anos. É possível obter também outras Séries correlatas, para cada Unidade da Federação, ou mesmo para cada Município, Faixa Etária e Sexo. Para um mesmo **Tema** ou **Áreas de Interesse**, pode-se definir um conjunto de Séries correlatas.

- **Tema ou Áreas de Interesse:** Uma área de interesse é o conjunto de Séries relativas a um determinado tema. O Sistema organiza as Séries em 4 (quatro) Temas Básicos ou Grandes Áreas de Interesse:
 - o **Previdência Social;**
 - o **Demografia;**
 - o **Trabalho;**
 - o **Síntese** (contendo informações sobre o próprio sistema Síntese).

Assim, as séries referentes às contribuições previdenciárias fazem parte da Grande Área de Interesse: **Previdência Social** e, dentro dela, estão contidas na área: **Arrecadação**. Ainda compondo a Grande Área da Previdência

Social, está a área de interesse de **Benefícios**, por exemplo, que contém, entre outras, as subáreas **Benefícios Emitidos** e **Benefícios Concedidos**.

- **Quadro:** é a estrutura pela qual as Séries são mostradas aos usuários. O quadro é uma matriz de linhas e colunas, divididas em áreas:
 - o **Área de Referência às linhas;**
 - o **Área de Referência às colunas e**
 - o **Área de Dados.**

Grupos de Informação GFIP

Por meio dos dados básicos da GFIP, é possível extrair e tabular diversas informações que podem auxiliar na definição de políticas sociais. As Médias Salariais por Região Geográfica, o quantitativo de vínculos²⁷ agrupados por atividades econômicas das empresas e a quantidade de licenças maternidade por Unidade da Federação, são exemplos de informações que já estão disponíveis no Boletim Informativo da GFIP. Estas informações, são obtidas das bases operacionais do CNIS e tabuladas utilizando o software DARDO, para então, serem registradas em CD's que são distribuídos pela comunidade de usuários gestores da Previdência Social.

Os CD's contendo os grupos de informações da GFIP estão divididos nos seguintes assuntos: Grupo 1 – Informações sobre Empresas e Estabelecimentos, Grupo 5 – Informações sobre Empregados, Grupo 6 – Informações sobre autônomos, Grupo contendo informações sobre Entidades Filantrópicas e Grupo contendo informações sobre Afastamentos dos Vínculos Empregatícios. Abaixo relacionaremos os grupos e os principais dados que fazem parte do grupo:

²⁷ Um vínculo é uma relação formal e contratual entre empresa e trabalhador.

Grupo 1 – Empresas e Estabelecimentos

- Tipo de estabelecimento
- Código do estabelecimento (número do CNPJ ou CEI)
- Competência da GFIP
- FPAS
- CNAE
- Região
- UF
- Município
- Natureza Jurídica
- Quantidade de Vínculos
- Remuneração Total
- Remuneração Total de 13º. salários
- Quantidade de Autônomos
- Remuneração de Autônomos
- Alíquota SAT
- Valor total de Salário Família
- Quantidade Total de Rescisões
- Valor GFIP Declarado
- Valor GFIP Pago
- Faixa de Vínculo

- Valor Total de Acidente do Trabalho
- Quantidade Total de Acidente do Trabalho

Grupo 5 – Empregado

- Identificador do Trabalhador (número do PIS/ PASEP do empregado)
- Tipo de identificação do estabelecimento do empregado
- Código do estabelecimento (número do CNPJ ou CEI)
- Competência da GFIP
- Data de Admissão do Empregado
- Valor da Remuneração do Empregado
- Valor do 13º. salário do Empregado
- CNAE
- Região
- UF
- Município
- Ocupação (CBO)
- Data da Rescisão
- Causa da Rescisão
- Tempo de Serviço
- Natureza Jurídica
- Renda em Salários Mínimos

Grupo 6 – Autônomo

- Identificador do Trabalhador (número do PIS/ PASEP do empregado)
- Tipo de identificação do estabelecimento do empregado
- Código do estabelecimento (número do CNPJ ou CEI)
- Competência da GFIP
- Valor da Remuneração de cada Autônomo
- CNAE
- Região
- UF
- Município
- Natureza Jurídica
- Renda em Salários Mínimos

Entidade Filantrópica

- Tipo de estabelecimento
- Código do estabelecimento (número do CNPJ ou CEI)
- Valor do Grau de Filantropia
- Competência da GFIP
- FPAS
- CNAE
- Região
- UF

- Município
- Natureza Jurídica
- Quantidade de Vínculos
- Remuneração Total
- Remuneração Total de 13º. salários
- Quantidade de Autônomos
- Remuneração de Autônomos
- Alíquota SAT
- Valor total de Salário Família
- Quantidade Total de Rescisões
- Valor GFIP Declarado
- Valor GFIP Pago
- Valor Total de Acidente do Trabalho
- Quantidade Total de Acidente do Trabalho

Afastamento

- Identificador do Trabalhador (número do PIS/ PASEP do empregado)
- Tipo de estabelecimento
- Código do estabelecimento (número do CNPJ ou CEI)
- Data de Admissão do Empregado
- Data de Início do Afastamento
- Data de Fim do Afastamento

- Causa de Afastamento
- Valor da Remuneração do Empregado
- Valor do 13º. salário do Empregado
- Competência da GFIP
- Região

Informações sobre empregados, que podem possuir vínculo ou não, seus afastamentos, que podem ocorrer por motivo de doença ou acidente de trabalho, além dos dados de empresas e sua coleção de contribuições, podem ser obtidas a partir dos dados elementares da GFIP e da GPS. De acordo com Nonaka e Takeuchi²⁸, a informação é um meio necessário para se extrair e construir conhecimento e podemos observar as informações sobre dois enfoques: a informação “sintática” (ou o volume de informações) e a informação “semântica” (ou o significado). O aspecto sintático pode ser um tanto problemático, visto que ele trata a medição do fluxo de informações, enquanto o aspecto semântico é mais importante para a criação do conhecimento, pois concentra-se no significado transmitido. Logo, entendemos que a informação é um fluxo de mensagens e que o conhecimento é fruto deste próprio fluxo, contudo, existe uma componente extremamente ativa na obtenção da força resultante, as crenças e os compromissos do detentor, visto que estes fatores podem influenciar no entendimento do conteúdo deste fluxo.

Nos Anexos 1 e 5 desta dissertação, apresentaremos as informações constantes tanto no Boletim de Informações da GFIP quanto nos Grupos de Informação GFIP, que foram observadas na definição do domínio alvo de estudo.

Sistema IDEIA

O conjunto de CD's do sistema IDEIA tem por objetivo tornar disponível informações para melhorar a qualidade dos dados de Arrecadação, Fiscalização e Cobrança, além de apoiar o INSS e MPAS com informações gerenciais para tomada de decisão. Este produto procura democratizar as informações, a partir de demandas

²⁸ NONAKA, TAKEUCHI, 1997, p. 64

geradas por diversos órgãos da Previdência, dentre eles, a Coordenação Geral de Arrecadação e a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. O conjunto de CD's tem como público alvo diversos órgãos do MPAS, Direção Geral do INSS, Gerências Executivas e Agências da Previdência Social.

Apresenta diferentes grupos de informação sobre Débitos Administrativos Ativos, Parcelamentos Administrativos, Créditos Ativos e Inativos por meio Judicial, Cobranças de Empresas, além de informações sobre Fiscalização e Guias de Pagamento da Previdência. Estas informações permitem, por exemplo, tabulação de dados agregados por: Unidade da Federação, por tipo de empresa, por porte de estabelecimento e por volume de contribuição.

Contudo, apesar da variedade e volume de informações mapeadas e registradas neste produto, muitas outras informações ainda podem ser exploradas na Previdência, visto que o IDEIA cobre apenas as linhas de Negócio de Arrecadação, Fiscalização e Cobrança. Estas informações são obtidas das bases operacionais da área de Arrecadação e tabuladas utilizando o software DARDO para, então, serem registradas em CD's que são distribuídos para gestores específicos da Diretoria de Arrecadação do INSS.

Os CD's são divididos nos seguintes assuntos: Cobranças, Empresas, GPS e Estabelecimentos. Abaixo relacionaremos os grupos e os principais dados que fazem parte dos assuntos GPS e Cobrança:

Grupo GPS – Processo de seleção: Graf de Localização

- Arrecadação por banco: valores arrecadados por cada Banco.
- Valor por rubricas: valores arrecadados por cada rubrica: 6, 9, 10 e 11 da GPS.
- Arrecadação por código de pagamento: valores arrecadados por código de pagamento.
- Arrecadação por competência: valores arrecadados por competência.
- Arrecadação por data de pagamento: valores recolhidos por data de pagamento.

- Arrecadação exclusiva de outras entidades: valores recolhidos para outras entidades.
- Arrecadação por tipo de receita: apresenta a Arrecadação Previdenciária, discriminada por tipo de receita: Empresa, Benefício, Patrimônio, Débito Administrativo, Parcelamento Administrativo, Crédito Judicial, Parcelamento Judicial, Contribuinte Individual e demais receitas.
- Ausência de dados cadastrais: informa ocorrência de problema nos dados cadastrais (falta/erro de informação).
- Contribuição sobre prestação de serviços: apresenta retenções sobre Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
- Contribuição relativa a Reclamações Trabalhistas: valores recolhidos oriundos de Reclamações Trabalhistas.
- Recolhimento menor que R\$ 25,00.
- Recolhimentos para Terceiros maior que o INSS: recolhimento para Terceiros superior ao recolhimento para INSS .
- Recolhimentos de Terceiros muito maior que recolhimento para INSS: valores de Terceiros muito superiores aos valores do INSS.

Grupo Cobrança

- Tabelas: Grupo Débito – Processo de seleção:
 - Valor e quantidade de Débitos Ativos.
 - Média de tempo de existência dos débitos.
 - Média de tempo do processo na situação.
 - Total de débitos sem movimentação a mais de 60 dias (sem Refis).

- Lista dos débitos sem movimentação a mais de 60 dias (sem Refis).
- Tabelas: Grupo Débito Inativo – Processo de seleção:
 - Valor e Quantidade de Débitos Inativos.
- Tabelas: Grupo Parcelamentos Ativos (administrativos e judiciais) – Processo de seleção:
 - Valor saldo e quantidade de parcelamentos.
 - Valor saldo e quantidade de parcelamentos em atraso: seleciona débitos em atraso.
 - Valor e quantidade de parcelamentos, por natureza jurídica.
 - Valor e quantidade de parcelamentos ativos, com mais de 3 parcelas em atraso.
- Tabelas: Parcelamentos Inativos – Processo de seleção:
 - Quantidade de Parcelamentos Inativos.
- Tabelas: Grupo Cobrança por Empresas – Administrativo – Processo de seleção:
 - Total de empresas no âmbito administrativo.
 - Lista das empresas com opção ao Refis – Administrativo.
 - Lista das Empresas com opção ao Refis – Total.
- Tabelas: Grupo Crédito Ativo – Processo de seleção:
 - Valor e quantidade dos créditos ativos, por fase.
 - Média de permanência dos créditos na fase.
 - Média do tempo de existência dos créditos na procuradoria.

- Valor e quantidade de créditos ajuizados, por PPS.
 - Total de créditos maiores que R\$ 1.000.000,00, por PPS.
 - Total dos créditos por rubrica de atualização.
 - Total de créditos por vínculo.
- Tabelas: Grupo Título – Processo de seleção:
 - Quantidade de pagamentos por competência (12 meses).
 - Valor pago por competência (12 meses).
 - Quantidade de pagamentos débito em conta, por banco.
 - Valor pago por débito em conta, por banco.

Grupos Empresa e Estabelecimentos

- Quantidade de empresas e estabelecimentos por faixa de arrecadação.
- Quantidade de empresas e estabelecimentos por CNAE.
- Valor total de arrecadação por tipo de empresas e estabelecimentos.

Contamos ainda nas bases operacionais da Previdência Social, com os dados e informações individualizados para cada empresa, também conhecidas como contribuintes solidários. Este conjunto de informações, em conjunto com as disponíveis no sistema IDEIA, poderá viabilizar ações mais pró-ativas e dinâmicas, em relação aos processos de arrecadação e fiscalização. Estes processos estão relacionados a todo e qualquer dever de contribuir ou pagar a Previdência Social.

A possibilidade de evolução no processo de gestão de negócios incorpora uma dinâmica mais profissional no estabelecimento das políticas do estado, facilitando ainda mais a vida do cidadão. Segundo Passos afirma:

A adoção dos modelos de gestão de alta performance no Brasil exigirá verdadeira revolução tanto nas formas como estão hoje estabelecidas as relações entre capital e trabalho [...] como nas profundas alterações sobre o tipo de bases de informação requeridas para viabilizar essa nova forma de gestão.

Desde logo podemos apontar três grandes níveis analíticos diferenciados: [...] c) aqueles de natureza sistêmica capazes de servir aos interesses intra e inter empresas, mas também aos diferentes tipos de agentes sócio-econômicos da sociedade civil e dos aparatos públicos do estado.²⁹

No Anexo 4 desta dissertação apresentaremos o processo de tabulações no sistema IDEIA, que foi realizado na definição do domínio alvo de estudo.

Sistema SISLEX

As informações sobre legislação constantes no SISLEX abrangem diferentes assuntos, permitindo um acesso fácil e recuperação imediata de diferentes leis e documentos. O sistema SISLEX foi instituído pela portaria do MPAS Nº 3.466, de 25 de julho de 1996, e tem por objetivo: manter e atualizar por meio de publicação informatizada, o vasto acervo de legislação, normas, pareceres e jurisprudência que são de interesse dos diversos órgãos componentes da Previdência Social. Neste sentido, foram promovidos esforços para gerar de uma base de informações, como fonte de consulta integrada, de fácil acesso ao servidor da Previdência, de modo a colaborar para maior produtividade e eficiência do trabalho, utilizando-se um poderoso editor de padrão hipertexto que contém, em suas bases de dados, legislação, pareceres, normas e jurisprudência sobre a Previdência e Assistência Social.

O sistema SISLEX foi concebido com o intuito de dotar os órgãos da Previdência Social de uma base de dados informatizada, como fonte de consulta integrada, atualizada e de fácil acesso, sobre legislação em geral, de modo a alcançar maior produtividade e eficiência do servidor da Previdência e Assistência Social. Outros objetivos foram alcançados, dentre eles, a redução da circulação e pesquisa manual de documentos em papel; permitir a disseminação para todos os pontos onde o acervo seja

²⁹ PASSOS, 1999, p. 69

necessário como instrumento de consulta; bem como, facilitar e flexibilizar o acesso de forma rápida, segura e com alta disponibilidade. Suas bases de dados abrangem os seguintes assuntos:

- Estrutura Organizacional da Previdência Social e seus respectivos Regimentos;
- Normas e Atos Administrativos da Previdência Social;
- Plano e Regulamento de Benefícios da Previdência Social;
- Plano e Regulamento de Custeio da Seguridade Social
- Previdência Complementar;
- Assistência Social;
- Legislação Federal de Previdência Social;
- Medidas Provisórias Seleccionadas;
- Administração Financeira;
- Portarias Ministeriais / Orientações Normativas/SPS;
- Consultoria Jurídica / Pareceres Seleccionados;
- Controle Interno;
- Procuradoria Geral;
- Recursos Humanos;
- Seguro Social;
- Manuais de Arrecadação e Fiscalização;
- Serviços Gerais / Engenharia e Patrimônio;
- Conselho de Recursos da Previdência Social;

- Publicações do: MPAS / INSS / DATAPREV / IOB;
- Pareceres;
- Jurisprudência;
- Vademecum da Legislação Federal com os Códigos Civil, Penal, Defesa do Consumidor, Comercial, Tributário Nacional, Consolidação das Leis do Trabalho, além da Constituição da República e das Súmulas do Supremo Tribunal Federal – STF e do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
- Manuais de Consulta das Central de Informações da Previdência Social / Central 191;
- Auditoria;

Todos estes são artefatos que apoiam o processo atual de organização do conhecimento no ambiente da Previdência. Mensalmente, os contribuintes da Previdência Social, sejam eles empregados de empresas, contribuintes autônomos, contribuintes empresários, empregadas domésticas, empregadores e trabalhadores rurais, realizam seus pagamentos para a Previdência Social, por meio de Agências Bancárias. Os dados são coletados pelos bancos e repassados para a Previdência, onde é feita a validação e posterior agregação, para em seguida armazenar os dados e informações resultantes em suas bases. Os esforços relacionados anteriormente possuem um objetivo comum, organizar o conhecimento a partir da coleção de dados operacionais que estão residentes nas bases da Previdência. Conforme Gomez³⁰ expõe em artigo publicado na revista *Ciência da Informação*, é possível utilizarmos o ambiente de sistemas de recuperação de informação, para equacionarmos as demandas particulares de informações, além disto, os estudos sobre o ambiente informacional se desenvolvem de forma concomitante com o desenvolvimento de soluções em Tecnologia da Informação e da então denominada “Indústria do Conhecimento”.

Um dos processos de transformação de negócios que tem sido promovido na Previdência Social, adota como premissa básica o uso da tríade: dados, informação e conhecimento. Se observarmos a pirâmide da Gestão do Conhecimento (Figura 5),

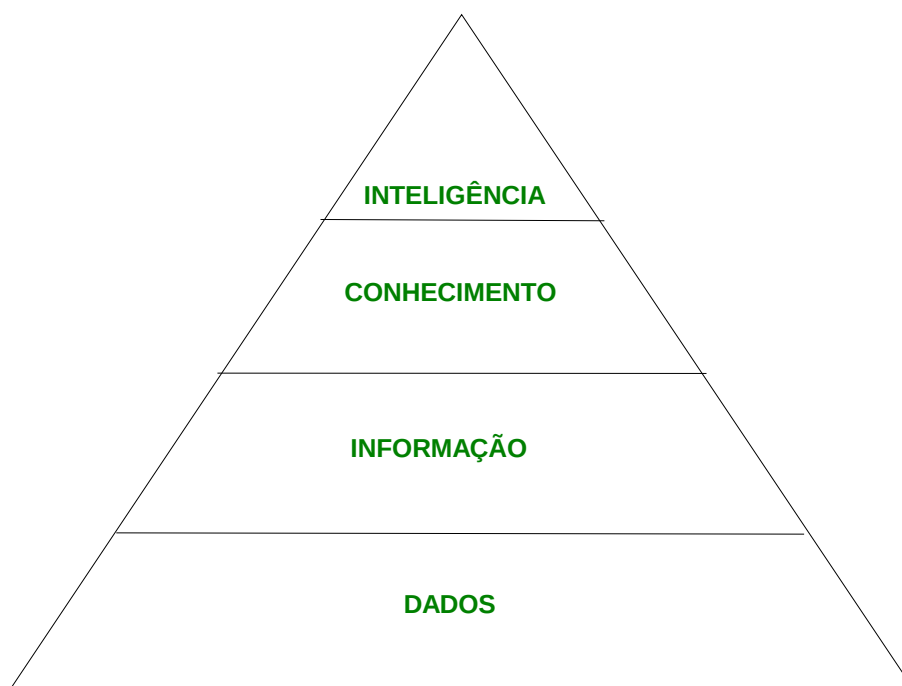
³⁰ GOMEZ, 1984, p. 107

podemos perceber que a Previdência Social tem desenvolvido esforços para “escalar a pirâmide do conhecimento”, ou seja, transformar dados em informação e conhecimento (Anexo 7). O maior argumento que está presente em todas as discussões sobre os rumos da Previdência no Brasil é a “Inversão do Ônus da Prova”. Inverter o Ônus da Prova significa utilizar os dados e informações residentes nos estoques eletrônicos e computadorizados, para tomar decisões em relação aos processos de cada segurado, estes processos estão relacionados com todos os direitos de segurados receberem benefícios da Previdência Social, sejam eles seus contribuintes ou não³¹.

Richers³² afirma que bancos de dados serão a fonte de informações para as empresas, armazenando e atualizando continuamente dados, sobre o mercado e suas necessidades, sumarizando-os e agregando-os para uso posterior.

Figura 3 – Pirâmide da gestão do conhecimento

Pirâmide da Gestão do Conhecimento



Fonte: JAENECKE.

³¹ O sistema de financiamento da Previdência Social Brasileira tem características de repartição e não de capitalização, ou seja, os recursos de contribuição são repartidos entre contribuintes e não contribuintes (Assistência Social).

³² RICHES, 1996, p. 230

Nos dias de hoje, todo o ônus de comprovação de relacionamento com a Previdência Social ainda recai sobre os ombros do cidadão. Alterar este processo trará inúmeras vantagens para o gerenciamento da Previdência, além da melhoria da imagem e o fornecimento de mais informações à sociedade, conforme publicado recentemente em jornal de grande circulação (Anexo 6).

Como um esforço preliminar, a Previdência Social já vem desenvolvendo ações no sentido de inverter este ônus da comprovação. Se observarmos a página da Previdência na Internet – disponível em <http://www.previdenciasocial.gov.br> – podemos verificar diversos serviços que já permitem aos segurados utilizar os dados e informações das bases da Previdência, como forma de comprovar os seus direitos. A Concessão de Salário Maternidade, a possibilidade de emissão de CND, o cadastramento de matrícula CEI, são serviços que só foram possíveis de se realizar, após o esforço de organização dos dados e informações residentes nos estoques da Previdência, contribuindo para a melhoria da relação estado *versus* cidadão.

Segundo Araújo afirma:

Consideramos que a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão de acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com maiores oportunidades para todos os cidadãos.³³

2.2 REPRESENTANDO DADOS E INFORMAÇÕES PARA A COMUNIDADE DE USUÁRIOS DO DOMÍNIO SOB ANÁLISE

Entender e observar o contexto em análise é um trabalho árduo. Portanto, foi necessário recorrer a técnicas que pudessem auxiliar no cumprimento de mais esta tarefa. Decidiu-se então pelo uso de técnicas de levantamento e representação, que permitissem a geração de listas e modelos gráficos, pois segundo Rumbaugh et al.³⁴ afirmam um modelo é obtido por meio de abstrações da realidade. A abstração é uma fundamental capacidade humana que nos permite lidar com coisas complexas.

³³ ARAÚJO, 1999, p 155

³⁴ RUMBAUGH et al., 1994, p. 23

Rumbaugh et al. continuam e afirmam: “Engenheiros, analistas e artesãos vem construindo modelos há milhares de anos para testar projetos antes de executá-los.”³⁵

Encontramos em Vickery³⁶, a afirmação que o uso de modelos e meta-teorias pode auxiliar a representar de forma equivalente os pressupostos das áreas de conhecimento. Cientistas da informação em diferentes momentos e contextos tem adotado diversas formas de representação do conhecimento público em sistemas de informação. Vickery continua:

Uma área do conhecimento pode ser representada por um conjunto de entidades, seus atributos e respectivos valores. Entre entidades existem vários relacionamentos do tipo um-para-um, um-para-muitos e muitos-para-muitos (sistemas de bancos de dados relacionais).³⁷

Além disto, outra característica que contribuiu para capturar as informações e organizar o conhecimento nas sessões de levantamento, foi a facilidade de abstração da realidade, praticada por analistas de sistemas, dentro do domínio em análise. Para definição de sistemas de recuperação de informação, os técnicos da área da informática desenvolvem habilidades para classificação em campos específicos de conhecimento, pois as técnicas de levantamento para construção de sistemas de recuperação da informação, levam em consideração alguns princípios que também são chamados de Análise de Domínio. Para construir estes sistemas, os analistas necessitam observar o ambiente, representá-lo de maneira clara para o grupo de usuários que são responsáveis pelos processos de trabalho que é alvo de análise.

Conforme Sodhi³⁸ afirma, o processo de Análise do Domínio consiste da reunião, organização e análise para identificar necessidades de uso e reutilização de informações. Encontramos em McMenamin e Palmer³⁹ a afirmação de que os sistemas interativos se concentram na relação causa-efeito entre o ambiente e o sistema, e que um dos artefatos amplamente utilizados na representação desta relação é o Modelo de Dados. Segundo Furlan et al⁴⁰ afirmam, a definição de um Modelo de Dados serve para mediar a comunicação entre o pessoal técnico de Processamento de Dados e os usuários

³⁵ RUMBAUGH et al., 1994, p. 23

³⁶ VICKERY, 1997, p. 457

³⁷ *ibid.*, p. 465

³⁸ SODHI, SODHI, 1998, p.123

³⁹ McMENAMIN, PALMER, 1991, p.18

⁴⁰ FURLAN et al, 1988, p.80

da empresa. Para definir entidades e objetos, o analista necessita de alto poder de abstração para efetuar a análise do domínio do problema. A partir desta análise ele pode visualizar os diversos tipos de elementos (ou "coisas") existentes no mundo real, ou ainda, no universo classificador⁴¹, representando estes elementos através de listas e representações gráficas que contêm as necessidades de uso das informações pela comunidade de usuários.

Além disto, também encontramos na ciência da computação, técnicas contemporâneas de levantamento para construção de sistemas de recuperação da informação, dentre elas a Análise Orientada a Objeto, que utilizam um tipo de Análise de Domínio para observar a realidade que é objeto de estudo. Segundo Yourdon: "[...] a modelagem de informações pode mapear diretamente do domínio do problema aos Objetos no modelo. Este aperfeiçoamento no mapeamento é considerável, mas um detalhamento no mapeamento é necessário." ⁴²

Encontramos a definição de modelo de informação em Shlaer e Mellor:

[...] um Modelo de Informação consiste numa organização e notação gráfica apropriadas para descrever e definir o vocabulário e a conceitualização do domínio de um problema.[...] A idéia de um Modelo de Informação é a de descrever os:

- objetos;
- atributos destes objetos,
- relacionamentos entre estes objetos. ⁴³

Estávamos conseguindo reunir insumos e artefatos, para o desenvolvimento do trabalho de identificação do contexto das informações. O uso de abstrações da realidade para auxiliar a compreender o ambiente que era alvo de estudo, facilita de sobremaneira o levantamento dos dados e necessidades de informação. Entretanto, ainda faltava uma dinâmica que fosse adequada para o trabalho de levantamento das informações, segundo uma visão global, pois uma das etapas planejadas era fazer a coleta de dados e informações junto a comunidade de usuários do contexto das informações.

Segundo Davenport⁴⁴, todas as organizações necessitam conhecer o que acontece ao seu redor: consumidores, concorrentes e políticas governamentais. Para que estas organizações se preparem para responder as questões formuladas elas precisam:

⁴¹ EPSTEIN, 1973, p. 153

⁴² YOURDON, COAD, 1992, p. 23-24

⁴³ SHLAER, MELLOR, 1990, p. 8 e 15

- adaptar-se ao mundo exterior;
- investigar esse mundo em busca de transformações a que deve responder;

Como forma de atender a estes pressupostos e conhecer melhor a necessidade de informações, que deveriam estar disponíveis para a comunidade, nada mais efetivo do que perguntar para esta comunidade.

Conforme Costa⁴⁵ afirma, a técnica de JAD objetiva, principalmente, extrair informações de um grupo de usuários, por meio de reuniões de trabalho, em substituição às entrevistas individuais de levantamento. Isto faz com que o processo seja altamente participativo e, principalmente, produtivo e de consenso. Segundo Carvalho⁴⁶ afirma em seu trabalho sobre o enfoque participativo no projeto de bases de informação, para desenvolver ações participativas, é pré-requisito o envolvimento das pessoas e a predisposição para o diálogo. Encontramos em August⁴⁷ a afirmação de que a técnica de JAD vai além do formato tradicional de entrevistas individuais, uma vez que permite que os técnicos envolvidos na concepção e desenvolvimento do projeto, possam definir com eficiência e de maneira produtiva o que os usuários necessitam do sistema.

Encontramos também em Costa⁴⁸, as principais razões pelas quais deve-se praticar reuniões de levantamento pr meio do uso de JAD: as decisões são sempre tomadas em consenso, o líder e mediador da sessão procura eliminar as barreiras de comunicação existentes, existem papéis muito bem definidos para os participantes, o processo de trabalho é altamente estruturado e a existência e o uso de recursos visuais dinamiza o trabalho. Abaixo é descrito o conjunto de papéis de cada participante e em seguida, a Figura 6 apresenta a disposição recomendada para a realização da dinâmica.

Mediador/Facilitador: responsável pela condução da reunião, deve seguir métodos e procedimentos que ajudem o grupo a concentrar esforços nas tarefas planejadas para a sessão.

Apoio/Documentador: auxiliar do facilitador, é responsável pelo registro das decisões e especificações produzidas.

⁴⁴ DAVENPORT, 1998, p. 247-248

⁴⁵ COSTA, 1994, p. 1

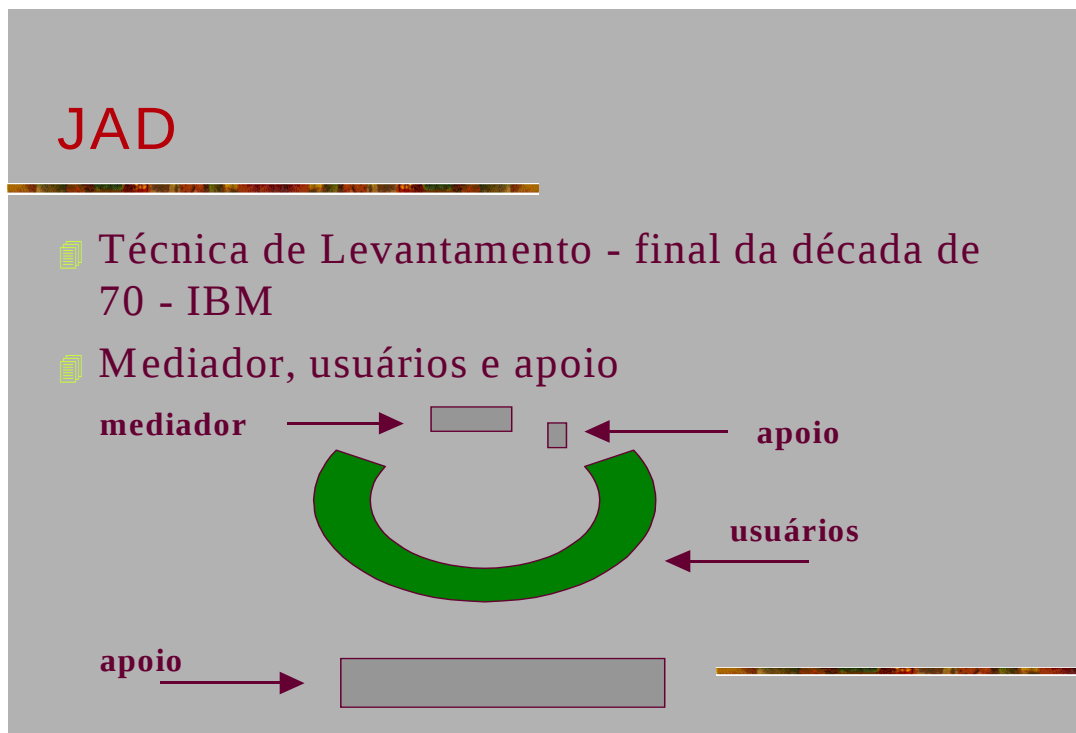
⁴⁶ CARVALHO, 1998, p. 7

⁴⁷ AUGUST, 1993, p. 6

⁴⁸ COSTA, 1994, p. 13

Usuários/Equipe: são os responsáveis pelo conteúdo da sessão. Representam as áreas envolvidas no projeto. Os participantes são escolhidos entre as pessoas-chave das áreas de negócio, sejam do nível operacional ou gerencial. O importante é que na sessão não haja distinção hierárquica, ou seja, no âmbito da reunião, todos são usuários.

Figura 4 – Disposição recomendada para a realização de sessão de JAD



Fonte: Costa⁴⁹, ajustada pelo autor desta dissertação.

Após identificar a coleção de dados e informações que compõem o contexto escolhido, incorporar técnicas de levantamento e representação das necessidades de dados e informação, estávamos aptos a dar prosseguimento à pesquisa.

⁴⁹ COSTA, 1994, p. 32

3 A ANÁLISE DE DOMÍNIO E O REFERENCIAL TEÓRICO

A Análise de Domínio pressupõe a identificação clara dos limites e do contexto do assunto que está sob análise. Para que o estabelecimento destes limites esteja alinhado com as necessidades de informação dos usuários, torna-se necessário e fundamental levarmos em consideração a relevância das informações para a comunidade de usuários, envolvida no processo de investigação e utilização. Segundo Saracevic⁵⁰, existe um forte relacionamento entre o contexto e a relevância das informações que fazem parte dele. Ou seja, para observarmos o contexto, precisamos levar em consideração a relevância das informações.

Após desenvolver o tema relevância, estaremos aptos a tratar a essência da Análise de Domínio, que nos permite compreender melhor os domínios do conhecimento. Como abordagem de Análise de Domínio é recente na Ciência da Informação, ainda não existem muitos autores devotados a este tema. O principal personagem que atua neste campo é Bigger Hjørland, como poderá ser percebido ao longo deste capítulo.

3.1 CONHECENDO A RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES PARA COMPREENDER MELHOR O DOMÍNIO

Os conceitos de relevância, apresentados por Saracevic⁵¹, apoiam a abordagem de Análise de Domínio, visto que estes conceitos estão estritamente relacionados ao ponto de vista do usuário no contexto que está em análise. Saracevic⁵² continua e afirma que, as informações existentes em um contexto ou domínio, necessitam de um tratamento especial em relação a sua relevância para Sistemas de Recuperação de Informação. As características de cada conjunto de dados e informações, dependem diretamente do uso que cada indivíduo fará deste conjunto. A associação da relevância para um sistema (relevância da fonte) e relevância para o usuário (relevância para o destinatário), além do julgamento desta para um determinado conjunto de informações, documentos ou sua representação, devem ser utilizados como parâmetros para se analisar o conjunto de respostas que o sistema pode fornecer.

⁵⁰ SARACEVIC, 1996, p. 206

⁵¹ SARACEVIC, 1970, p. 112

⁵² *ibid.*, p.118

Saracevic⁵³ afirma que a relevância tem um propósito básico, no caso de sistemas de informação, que é prover informação “relevante” aos usuários, sejam individuais ou em grupo. Alguns aspectos⁵⁴ sobre relevância foram enumerados e extraídos de debates no período de 1960 a 1966, dentre eles:

- apenas o próprio usuário pode julgar o critério de relevância dos documentos para si e para o seu uso, isto é, o julgamento da relevância é subjetivo;
- para o mesmo usuário o julgamento da relevância pode mudar ao longo do tempo, isto é, as mudanças no conjunto cognitivo devem ser contabilizadas no julgamento da relevância;
- vários tipos de julgamentos podem existir em decorrência dos diferentes propósitos de cada conjunto de informações, ou seja, podem depender das necessidades de consulta, do ambiente do usuário e das intenções de uso.

Segundo Saracevic⁵⁵, relevância também expressa o critério de efetividade em recuperação de informação, sejam eles objetos representativos de textos, imagens, sons, etc. A recuperação de informações pode remeter a 4 grandes questões sobre relevância: natureza, manifestação, comportamento e efeitos.

A natureza endereça para a questão: A relevância pode ser considerada, definida e pode servir de base para todas as outras investigações sobre manifestações de relevância, comportamento e efeitos ?

A manifestação endereça para as questões: Quais são os diferentes caminhos e contextos em que relevância pode se manifestar ? Qual é uma tipologia ou taxonomia apropriada para futuras utilizações em esclarecimentos e explorações ?

⁵³ SARACEVIC, 1970, p. 111

⁵⁴ *ibid.*, p. 120

⁵⁵ SARACEVIC, 1996, p. 203

O comportamento endereça para as questões: Qual é a variabilidade no comportamento de observação da relevância para capturar contextos e variáveis ? Em particular, qual é o comportamento em relação a busca, recuperação e uso ?

Os efeitos são endereçados para a questão: Como utilizar relevância para trabalhos teóricos e experimentais, no desenvolvimento de sistemas de Recuperação de Informação, processos, algoritmos e na sua evolução ?

Saracevic continua e afirma que, em ambiente de comunicação, nos processos de busca e transmissão de informação, além de outros processos de interação entre comunidades, os seus membros usam relevância. Eles usam para filtrar, acessar, inferir, classificar, priorizar, associar, aceitar, rejeitar e outros processos e papéis similares. Relevância é uma característica básica do ser humano, é um mecanismo interno que nos acompanha junto com nosso processo cognitivo.

Se observarmos a comunicação em termos de troca de mensagens entre fonte e destinatário, com a possibilidade de interferências de ruídos e a inclusão de processo de *feedback*, ou retroalimentação de informações, podemos entender a relevância como um critério para estabelecer um processo efetivo de comunicação entre fonte e destinatário.

Saracevic⁵⁶ nos diz que a Relevância estabelece uma relação entre elementos que compõem o conhecimento, principalmente a literatura e a sua representação em sistemas de arquivos. Ela pode ser interpretada como uma relação entre qualquer um destes diferentes elementos, como por exemplo: na visão de sistemas de arquivos, a relevância é interpretada como uma relação entre o conteúdo do sistema e como este conteúdo é manipulado (representado e recuperado).

Se posicionarmos a relevância dentro do contexto situacional, continua Saracevic, é possível visualizar a natureza subjetiva da relevância. Ela endereça para características ligadas aos indivíduos, sua natureza, seu estoque de conhecimento, sua capacidade de mudar e evoluir dinamicamente e seus gostos individuais.

⁵⁶ SARACEVIC, 1996, p. 204

Spink, Greisdorf e Bateman⁵⁷ apresentam dois modelos para avaliarmos as dimensões da relevância. O primeiro, trata do nível e do grau de relevância, onde é apresentado o plano de julgamento (Figura 3), contendo em seu eixo vertical, os **cinco níveis de relevância proposto por Saracevic**⁵⁸ e no eixo horizontal as ordenadas positivas e negativas.

Os cinco níveis de relevância propostos por Saracevic:

Relevância do Algoritmo ou do Sistema: relação entre a pesquisa e os objetos de informação (textos) recuperados ou não pelo sistema, por meio de um algoritmo.

Relevância do Assunto ou do Tópico: relação entre o assunto ou o tópico expresso na pesquisa e o assunto coberto pelos textos de recuperação. É assumido que ambas as pesquisas e os textos podem ser identificados a partir de um tópico ou assunto.

Relevância Cognitiva ou Pertinência: relação entre o estado do conhecimento e a necessidade de informações do usuário.

Relevância Situacional ou Utilidade: relação entre a situação, tarefa ou o problema e os textos recuperados.

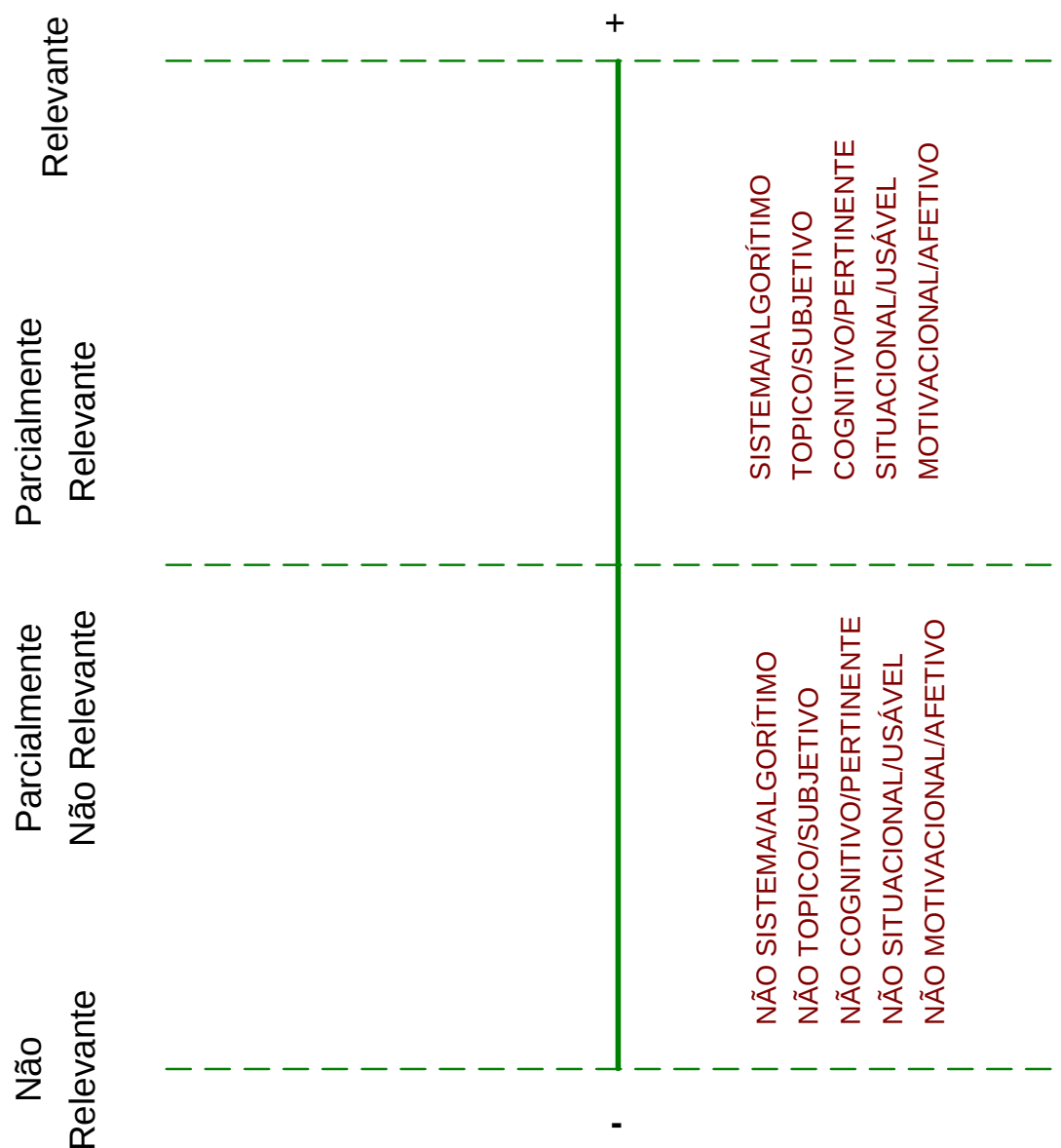
Relevância Afetiva ou Motivacional: relação entre as intenções, metas e motivações para o usuário e os textos recuperados pelo sistema.

Neste modelo, cada critério de relevância do usuário pode ser posicionado dentro de um ou mais níveis, dentre os cinco propostos por Saracevic, ao longo do eixo vertical e os graus de relevância são avaliados dentro de uma das quatro regiões do eixo horizontal – altamente relevante, parcialmente relevante, parcialmente não relevante e não relevante. O julgamento final é a análise de cada nível em relação à região que o critério foi posicionado.

⁵⁷ SPINK, GREISDORF, & BATEMAN, 1998, p. 5

⁵⁸ SARACEVIC, 1996, p. 215

Figura 4 – Plano de julgamento da relevância



Fonte: Spink, Greisdorf e Bateman⁵⁹

Spink, Greisdorf e Bateman⁶⁰ também investigaram os critérios para o julgamento pelos usuários finais, segundo itens relevantes, parcialmente relevantes e não relevantes, que estão apresentados na Tabela 2. Os itens relevantes foram, em geral,

⁵⁹ SPINK, GREISDORF, & BATEMAN, 1998, p. 10

⁶⁰ *ibid.*, p. 6

os itens que responderam às questões do usuário. Para itens relevantes, os critérios obtidos de usuário final foram: o sentimento de excitação; a inclusão de termos de pesquisa para os usuários finais; especificidade de suas pesquisas, ou de suas questões. Os itens não relevantes foram aqueles que não conseguiram responder às questões do usuário. Contudo, os usuários finais também conseguiram identificar critérios para os itens parcialmente relevantes, por que:

1. Podem responder ao problema da informação, mas usuários finais não foram habilitados a determinar o uso da informação provida por sistemas de recuperação;
2. Não foi provida informação suficiente para determinar alta relevância para o problema da informação;
3. Não foram específicos o suficiente, ou incluíram conceitos adicionais nos itens julgados relevantes;
4. Foi provido material interessante, entretanto, a resposta não respondeu diretamente à indagação do usuário.

Tabela 3 – Critérios de julgamento da relevância para usuários finais

Critério para itens relevantes	Critério para itens parcialmente relevantes	Critério para itens não relevantes
Excitação Incluído em meus argumentos de pesquisa Foi específico para a minha pesquisa Respondeu a minha questão Todos os conceitos que eu estava procurando foram incluídos na minha pesquisa A imagem de que eu estou procurando algo perceptível no documento	Cronologia Informação insuficiente Parcialmente em acordo com o assunto No alvo, entretanto, muito técnico Informação duplicada Contendo múltiplos conceitos * Contendo bons recursos e boas referências * Contendo múltiplos conceitos * Identificando conceitos relacionados * Podem ser outras oportunidades *	Sem utilidade Sem significado para os argumentos de pesquisa Linguagem errada Não houve entendimento do contexto Registros duplicados

* indica que o critério parcialmente relevante pode modificar o problema de informação do usuário final

Fonte: Spink, Greisdorf e Bateman⁶¹

O segundo modelo de relevância, apresentado por Spink, Greisdorf e Bateman⁶², demonstra a relevância observada dentro de três dimensões: manifestações de inferências de relações (níveis de relevância), graus de relevância e tempo. A primeira dimensão deste modelo espacial foi desenvolvida por Saracevic, que sugeriu que a noção cognitiva de relevância é interativa, uma relação dinâmica entre a inferência e as intenções de busca em um contexto. A segunda dimensão, no eixo horizontal, apresenta

⁶¹ SPINK, GREISDORF & BATEMAN, 1998, p. 11

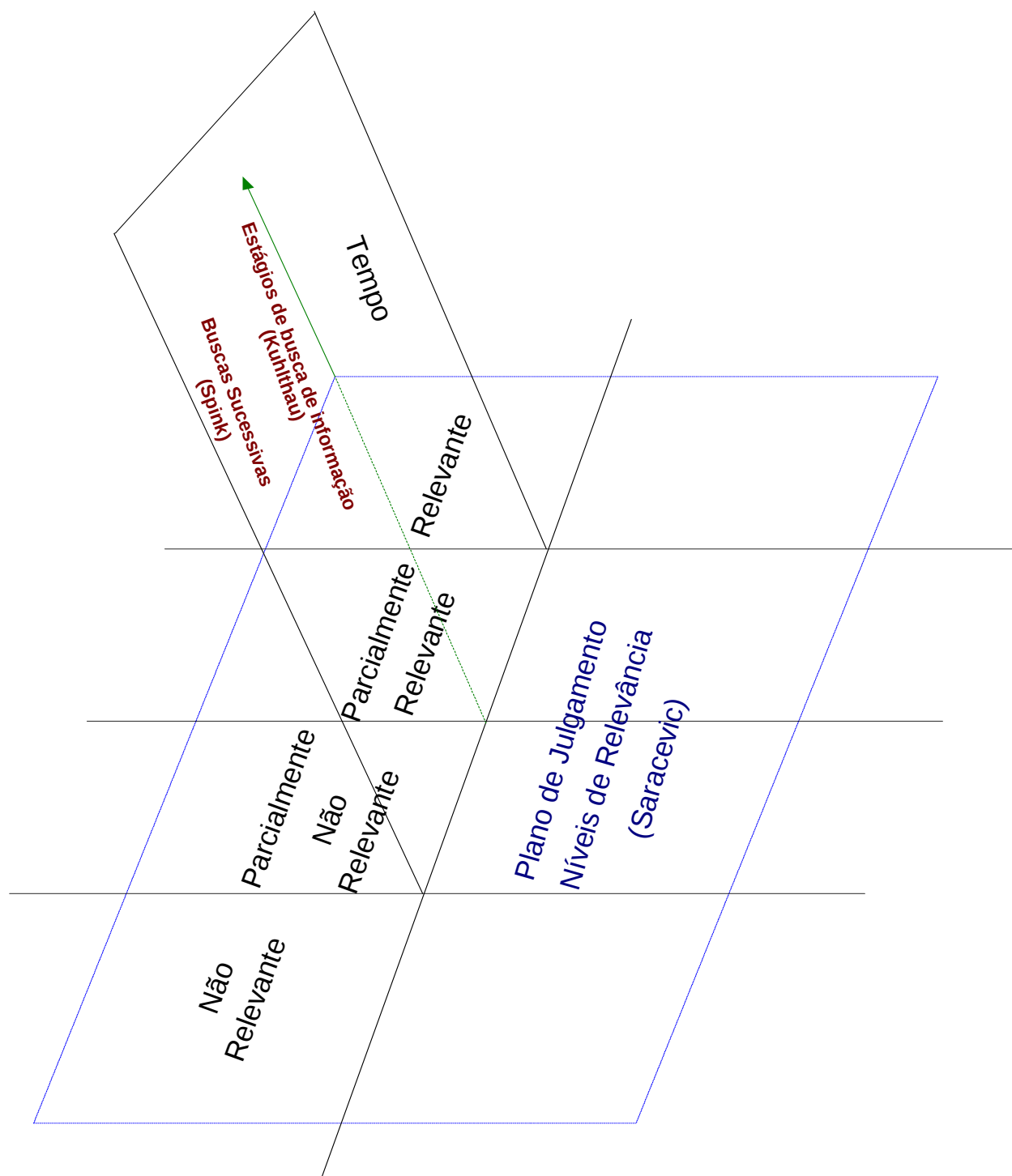
⁶² ibid., p. 6

o julgamento de relevância em 4 regiões: altamente relevante, parcialmente relevante, parcialmente não relevante e não relevante. A diferença entre os quadrantes de parcialmente relevante e parcialmente não relevante pode ser definida como: **Parcialmente relevante** – representa o julgamento que reafirma a existência de inferências como manifestação da relevância; **Parcialmente não relevante** – representa o julgamento que muitas inferências não são fortes o suficiente para rejeitarmos totalmente a relação, como não relevantes no momento do julgamento.

Spink, Greisdorf e Bateman continuam e afirmam que podemos identificar as inferências relacionais e não relacionais do usuário, indicando o grau de relevância em um ou mais momentos, e como o documento ou a representação deste está sendo julgado. Embora este plano de julgamento exista em um momento específico no tempo, para um determinado contexto, pesquisas têm moldado o aspecto dinâmico da relevância, relacionado ao estado do conhecimento do usuário, estado do problema e estado cognitivo.

Na Figura 5 apresentamos o modelo espacial de relevância com três dimensões: nível, grau e tempo. Este é também apresentado para prover uma abordagem prática e integrada para investigações futuras e modelar julgamentos de relevância do usuário.

Figura 5 – Modelo espacial da relevância



Fonte: Spink, Greisdorf e Bateman⁶³

⁶³ SPINK, GREISDORF & BATEMAN, 1998, p. 12

3.2 AS POSSÍVEIS ABORDAGENS PARA ANÁLISE DE DOMÍNIO

Segundo Hjørland⁶⁴, os principais precursores da Análise de Domínio foram Bates, Amba e Iyer e Taylor. Outro tema de destaque na abordagem de Análise de Domínio é tratado por Saracevic em seus trabalhos sobre relevância e análise de assuntos. Além destes trabalhos, Hjørland cita Henry Evelyn Bliss (1870-1955), Mills, o próprio Hjørland em publicação anterior, Whitley e Ranganathan (1892-1972), afirmando que a prática da teoria da classificação é um tipo de Análise de Domínio

Hjørland⁶⁵ esclarece que este assunto já havia sido tratado no encontro ASIS de 1993, sob o título “Debatendo Diferentes Abordagens para Estudar a Organização da Informação”. Neste debate houve a proposta de se desenvolver o tema com 4 grandes vertentes: o paradigma dos objetos, o paradigma da comunicação, o paradigma do comportamento e o paradigma da cognição.

Segundo estas 4 grandes vertentes, Hjørland continua afirmando que, para entender o melhor caminho para organizar as informações é necessário: analisar a natureza dos objetos de informação auto-contidos, ou contidos nela mesma – o paradigma dos objetos; estudar as necessidades dos usuários, entendendo o que os leva a formular perguntas e suas respectivas respostas – o paradigma da comunicação; observar como as pessoas, que são fontes de informação em potencial, interagem – o paradigma do comportamento; e estudar como as pessoas pensam – o paradigma da cognição.

Hjørland⁶⁶ observa que a disciplina Bibliometria também contribui para o entendimento de Análise de Domínio, pois na visão de Tague-Stutcliffe and Stutcliffe e Derek J. de Solla Price, a bibliometria pode apresentar informações valiosas sobre disciplinas e sobre a relação entre elas.

⁶⁴ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 401

⁶⁵ *ibid.*, p. 410

⁶⁶ *ibid.*, p. 403

Conforme Hjørland⁶⁷ afirma, a Bibliometria pode auxiliar no entendimento de como as coisas foram desenvolvidas, mas não auxilia na interpretação deste desenvolvimento. Neste campo, são desenvolvidos vários estudos sobre análise de citação e o uso de documentos, entretanto, muito pouco é entendido sobre as consequências que estes trabalhos trazem para a Ciência da Informação.

Hjørland⁶⁸ complementa, com afirmações que destacam a importância da análise estatística através da análise de citação. Contudo, podemos entender que esta estratégia é diferente da proposta por ele na Análise de Domínio, que busca contemplar uma análise qualitativa, histórica e funcional das informações. Na análise quantitativa, partimos do pressuposto que houve uma boa análise qualitativa e que para realizar este tipo de análise, podemos utilizar a Análise de Domínio. Ou seja, estas estratégias podem ser complementares.

Hjørland⁶⁹ continua e aborda a importância dos métodos de Análise de Domínio e Estatístico, contudo, ressalta que é mais simples para a Análise de Domínio incorporar a estatística do que ocorrer o contrário. Baseado em métodos estatísticos, existem esforços na Ciência da Informação que tentam substituir a Recuperação da Informação baseada nas interações humanas, com o uso de algoritmos automatizados e implementados em computador. Entretanto, os algoritmos de pesquisa utilizados não apresentam de forma clara os critérios de relevância utilizados.

Dentro da abordagem da recuperação estatística, onde o termo é observado e analisado independente do contexto em que aparece, Hjørland⁷⁰ ilustra com o exemplo do termo **Ouro** que pode surgir em contextos diferentes – em uma abordagem de características químicas (metal pesado, difícil de ser dissolvido por ácidos), ou segundo uma abordagem da economia (reservas e parâmetros da economia), ou ainda, segundo uma abordagem da ficção (relacionado a reis e princesas, saúde e prosperidade, felicidade) – desta forma, uma recuperação através de algoritmos de contabilização de ocorrências pode trazer algumas distorções na interpretação das consultas. Existe um grau de insatisfação no uso desta abordagem, apesar de existirem bons trabalhos

⁶⁷ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995., p. 403

⁶⁸ HJORLAND, 1996, p. 334

⁶⁹ *ibid.*, p. 335

⁷⁰ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 413

desenvolvidos nesta linha, estes trabalhos tem contribuído muito pouco na melhoria da efetividade da recuperação de informações.

Hjorland⁷¹ prossegue afirmando que, segundo as idéias de Patrick Wilson e Jaenecke, a maioria das publicações contém a periferia do conhecimento e não o cerne deste. Encontramos em Jaenecke⁷² a visão de que o conhecimento pode ser observado segundo camadas, onde teríamos o conhecimento essencial na camada mais interna, o conhecimento periférico na camada intermediária e na camada mais externa, o pseudo-conhecimento. O conhecimento essencial é apresentado em poucas publicações e a grande maioria das publicações disponíveis apresenta o conhecimento periférico e o pseudo-conhecimento.

Ou seja, segundo Hjorland⁷³, a Bibliometria e as análises estatísticas podem mostrar as tendências sociológicas no desenvolvimento do conhecimento, mas a interpretação deste conhecimento tem que se basear no ambiente, na sociologia e filosofia da ciência. Do ponto de vista da análise de domínio, Bibliometria e Infometria são métodos que precisam ser complementados por outros e todos estes podem estar apoiados em uma metodologia mais abrangente, a Análise de Domínio.

Segundo Hjorland⁷⁴, na Ciência da Informação o paradigma domínio-analítico é o melhor caminho para se entender a informação e estudar o domínio do conhecimento como pensamento das comunidades. Segundo esta perspectiva, devemos levar em consideração os seguintes fatores: O estudo da organização do conhecimento, a estrutura, os padrões de cooperação, a linguagem, as formas de comunicação, os sistemas de informação, os critérios de relevância, os reflexos destes trabalhos nas comunidades e o seu papel na sociedade, além das necessidades de informação individuais, o conhecimento de cada um e o seu critério de relevância.

O conjunto de dados e informações da Previdência Social é vasto, além disto, os processos de investigação na vertente de informações para apoio à tomada de decisão são desenvolvidos de maneira artesanal. Isto dificulta a padronização no seu processo de

⁷¹ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 413

⁷² JAENECKE, 1994, p. 6

⁷³ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 413

⁷⁴ *ibid.*, p. 400

construção e disseminação, quesitos tão importante no desenvolvimento de processos de trabalho, segundo as dimensões da qualidade de serviços.

Como o quantitativo de serviços oferecidos para a sociedade tem que estar disponível em diferentes pontos do país, estes esforços podem ser realizados por grupos distintos e em diferentes regiões, principalmente em decorrência da capilaridade geográfica da Previdência Social. Para que o processo de tomada de decisão relacionado a estes serviços ocorra com dinamismo, velocidade e qualidade, é preciso lançar mão dos dados e informações residentes nas bases de dados da Previdência Social, recuperados por meio de artefatos que tenham sido construídos com qualidade.

Hjorland⁷⁵ afirma que para definirmos domínios em campos do conhecimento, precisamos avaliar: o conhecimento declarativo (saber o que), o conhecimento procedural (saber como) e o conhecimento condicional (saber quando e onde). Estas estratégias podem ocorrer tanto de forma tácita quanto explícita. Contudo, não podemos tratar domínios como disciplinas, visto que eles não são sinônimos. A disciplina é composta por três elementos: um domínio, um conjunto de regras ou generalizações e uma história.

Palmer⁷⁶ afirma que determinar os limites de abrangência do grupo de informações que será alvo de estudo não é uma tarefa fácil, uma vez que não sabemos definir adequadamente o que constitui um domínio. Se buscarmos compreender os padrões de comunicação e informação, baseados nos papéis e práticas dos grupos, isto poderá auxiliar no projeto de ambientes de colaboração de informações, uma vez que não sabemos definir adequadamente o que é um domínio. Por outro lado, para entender as codificações e o conteúdo das informações, os grupos de usuários precisam estar alinhados com os tipos de dados utilizados por esta comunidade (textos, imagens, sons, dentre outros tipos de dados).

⁷⁵ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 404

⁷⁶ PALMER, 1999, p. 1139

Beghtol⁷⁷ corrobora a posição de Palmer, afirmando que não sabemos ao certo como definir um assunto e esta afirmação serve para definirmos o domínio em estudo também. Domínios estão em constante mudança, alterando de tamanho e de forma, principalmente em decorrência de artefatos que têm sido freqüentemente incorporados aos limites conhecidos da produção do conhecimento. Se isto acontece, como poderemos definir de forma clara o domínio ?

Hjorland⁷⁸ ilustra a importância da definição do domínio, por meio da relação entre o escritor e seus leitores. O estabelecimento dos temas que serão abordados na publicação, depende do que os leitores querem saber ou não. Se o escritor pode materializar este desejo na sua publicação, isto deve ser muito mais importante do que os propósitos do próprio escritor. Em outras palavras, a explicitação das intenções no texto, não pode ser julgada apenas no ato de identificarmos a associação entre a intenção do escritor e a respectiva representação no texto. Este julgamento é melhor realizado no âmbito da identificação entre a reciprocidade entre o escritor e o leitor, mediada pelo texto em questão.

Palmer⁷⁹ observa que devemos ser cuidadosos ao definir um domínio, pois podemos decidir apenas incorporar os laços e relacionamentos com outros grupos. É importante que busquemos o entendimento do ambiente, sua complexidade, a natureza e estrutura das informações, para que possamos desenvolver trabalhos mais completos sobre usuários e suas relações em um domínio relevante.

Palmer continua, apresentando que podemos trabalhar em busca de como estender modelos de domínios dinâmicos, o seu crescimento e evolução, além das suas necessidades e estratégias. Isto deve ser tão importante quanto o entendimento dos atores, fronteiras, interações e vocabulários, que trabalham de forma conjunta no processo de produção de informação e criação do conhecimento.

⁷⁷ BEGTHOL, 1995, p. 194

⁷⁸ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 408

⁷⁹ PALMER, 1999, p. 1140

Segundo Hjørland⁸⁰, a filosofia e a teoria da ciência tem sido movida de teorias fundamentais como empirismo e racionalismo, debatendo que a ciência é construída de elementos derivados dos sentidos (empirismo e positivismo) ou do pensamento (racionalismo). As visões positivista e racionalista da ciência procuram entender a linguagem como símbolos do conhecimento existente. Nesta visão, a linguagem não contribui para a percepção da realidade, é funcionalmente limitada para comunicar o conhecimento já estabelecido no âmbito individual. Esta visão do conhecimento enfatiza a percepção individual, livre das tradições culturais. A tradicional visão é substituída por uma tendência mais holística, não só reconhecendo a importância da linguagem na percepção da realidade, mas também, introduzindo a história, cultura e dimensões sociais nas teorias do conhecimento e da ciência.

Hjørland⁸¹ aborda a Metodologia do Individualismo (MI), citando Little e Sinha, que definem a MI como o ponto de vista que observa o conhecimento como um estado mental individual, oposto a visão do conhecimento como social, ou como processo, ou ainda como produto cultural. Este ponto de vista consiste em um estudo do processo cognitivo isolado do contexto social e da história do desenvolvimento destes processos.

Hjørland continua, afirmando que em oposição a MI está a Metodologia do Coletivismo (MC), que muitas vezes também é chamada de Metodologia do Holismo. A abordagem da Análise de Domínio compreende um conjunto de atores que possui uma visão global, estruturas de conhecimento individual, crenças, critérios de relevância por assunto, estilos particulares de cognição, dentre outros. Os indivíduos devem ser vistos como membros de grupos de trabalho, disciplinas, pensamentos ou discursos da humanidade. Em outras palavras, Ciência da Informação deve ser melhor observada como ciência social do que como ciência cognitiva.

⁸⁰ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 408

⁸¹ *ibid.*, p. 409

Com base nestas constatações, era preciso definir uma dinâmica de levantamento com a comunidade de usuários, que pudesse traduzir o desejo da coletividade e não apenas visões individuais. Entender o relacionamento e obter consenso dos resultados decorrentes do processo de investigação, era condição primordial para a realização do trabalho.

Hjorland⁸² aborda a questão da descoberta das leis, princípios e regulamentações que auxiliarão no projeto de sistemas de informação, através do estudo do comportamento e do pensamento. Isto não deve ser estudado com base no comportamento isolado dos usuários, mas sim na construção de princípios otimizadores de certas práticas sociais da natureza humana. Se exemplificarmos com a construção de um sistemas de informações da Geografia da Escandinávia, é óbvio para que cumpramos tal objetivo, devemos analisar a região como realmente ela é para os geógrafos (autoridades cognitivas) e não apenas como os outros usuários deste sistema pensam que ela é.

A partir do entendimento de todos os esforços já realizados no ambiente de informações da Previdência Social foi possível constatar o quão dinâmico é este campo. A cada produto de informação disponível, estava atrelada uma vasta coleção de dados que poderiam trazer impactos no domínio sob análise. Estes produtos foram descritos no sub-capítulo de contextualização do problema da pesquisa.

Hjorland⁸³ apresenta as afirmações de Márcia Bates, na sessão sobre análise de domínio da Conferência ASIS de outubro de 1993, onde afirma que a Ciência da Informação necessita não só de estudos mais orientados ao cognitivismo, mas também de estudos orientados ao domínio. Ao defender os estudos sobre domínio como uma nova abordagem na Ciência da Informação, Bates sugere uma integração teórica entre as linhas contemporâneas de pesquisa na área. Esta integração pode ser atingida com a mudança de alguns pressupostos sobre o cognitivismo.

Nesta direção, análise de domínio – que constrói uma teoria da cognição mais socio-cultural, pragmática e realista – representa uma teoria alternativa ao fenômeno do cognitivismo. Desta forma, as teorias de análise de domínio e cognitivismo, não são

⁸² HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 411

⁸³ *ibid.*, p.413

pontos de vista complementares, mas sim pontos de vista mutuamente exclusivos, como podemos observar na tabela comparativa entre as abordagens do cognitivismo e a visão do domínio específico, relacionadas na Tabela 3. Além disto, existe a necessidade de, não só a Ciência da Informação mas outras Ciências Sociais também, concentrar mais seus estudos na direção de teorias mais holísticas, incorporando o conhecimento das culturas onde os Sistemas de Informação estão inseridos.

Tabela 4 – Comparação entre abordagens do cognitivismo e visão do domínio específico

Cognitivismo	Visão do Domínio Específico
A prioridade é entender as necessidades isoladas do usuário. Intermediações entre produtores e usuários com ênfase no entendimento psicológico.	Prioridade é entender as necessidades do usuário a partir de uma perspectiva social e das funções dos sistemas de informação em áreas ou disciplinas.
Foco no usuário individual. Observa o contexto da disciplina como parte da estrutura cognitiva de um indivíduo.	Foco no conhecimento do domínio ou no estudo comparativo de diferentes domínios. Observa o indivíduo dentro do contexto da disciplina
Inspirada principalmente na Inteligência Artificial e na psicologia cognitiva.	Inspirada principalmente no conhecimento das estruturas de informação dentro de domínios
A ênfase da teoria psicológica é no papel das estruturas cognitivas.	A ênfase da teoria psicológica é na interação entre atitudes, estratégias e no conhecimento.
Os conceitos centrais são: a estrutura do conhecimento individual, o processamento individual de informações e a memória.	Os conceitos centrais são: comunicação científica e profissional, documentos (incluindo bibliografias), disciplinas, assuntos, estruturas de informação, paradigmas, etc.
Metodologia caracterizada por uma abordagem individual.	Metodologia caracterizada por uma abordagem coletiva.
Exemplos de aplicação: Interfaces de usuário	Exemplos de aplicação: Classificação / representação por assuntos

Tabela 4 – Comparação entre abordagens do cognitivismo e visão do domínio específico (continuação)

Cognitivismo	Visão do Domínio Específico
Teoria implícita do conhecimento: principalmente “racionalista” / “positivista”.	Teoria do conhecimento: Realismo científico / formas de construtivismo social.
Posição ontológica implícita: Idealismo subjetivo.	Posição ontológica: Realismo.

Fonte: Hjørland⁸⁴

Conforme Hjørland⁸⁵ afirma, existe um papel muito próximo entre abordagens epistemológicas e abordagens filosóficas. As filosóficas, sobre usuários, seus comportamentos e sua cognição são muito importantes em Ciência da Informação. Contudo, abordagens epistemológicas, que também representam a visão básica dos usuários e sua cognição, possibilitam uma visão mais global e holística sobre o ambiente em análise. Esta abordagem em Ciência da Informação é traduzida por meio de objetos, que são materializados em informação coletiva e estruturas de conhecimento. Esta tradução pode ser interpretada como um conjunto de disciplinas específicas, ou ainda, estruturas interdisciplinares, que também são posicionados como domínios do conhecimento.

É possível classificar as abordagens epistemológicas em três grandes grupos: empirismo, racionalismo e historicismo, afirma Hjørland⁸⁶. O século 20 foi dominado pela filosofia do empirismo, especialmente até 1950. Com a revolução dos computadores tivemos uma nova tendência, o racionalismo, que dominou os anos 70 e 80. Já na década de 90, o historicismo começou a dominar a epistemologia. A Ciência da Informação tem sido dominada por diferentes pontos de vista, relacionados ao empirismo e racionalismo, entretanto, nos últimos anos as visões interpretativas, históricas e neopragmáticas estão começando a influenciar a disciplina.

Hjørland continua, e afirma que o empirismo nasceu sem nenhuma forma de conhecimento profundo, pois todo o embasamento desta abordagem vem do

⁸⁴ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 412

⁸⁵ HJORLAND, 1998, p. 608

⁸⁶ *ibid.*, p. 607

conhecimento obtido pelos usuários e suas experiências. Neste século, este ponto de vista tem sido fortemente suportado pela análise dos comportamentos, o que tem influenciado a Ciência da Informação em diferentes caminhos. Já o racionalismo, por outro lado, observa as experiências individuais como uma forma limitada para alcançar o conhecimento, uma vez que as características individuais de cada ser decorrem, não apenas dos sentidos e experiências, mas são características que nascem com os indivíduos. As pessoas precisam ter que “se disfarçar psicologicamente” para entender o sentido das coisas. O historicismo parte dos mesmos pressupostos do racionalismo. Entretanto, adiciona os fatores culturais como uma forma que influencia fortemente a psicologia nos anos 90. Esta abordagem pode auxiliar no entendimento no processamento das informações entre os produtores e usuários, bem como no seu processo cognitivo.

Encontramos em Hjørland⁸⁷, a afirmação de que podemos entender e concluir que o principal pressuposto da abordagem de modelagem cognitiva dos usuários, é que um sistema de informações deve ter um modelo que represente as necessidades de informação dos usuários, e que, os documentos que servirão de insumos para a modelagem, devem ser identificados de acordo com estas necessidades. Entretanto, é estranho pensar que para conceber um sistema de informações para medicina, será necessário que pensemos na estrutura cognitiva de seus usuários individuais. Usuários têm seu conhecimento e hipóteses mutáveis, que fazem parte da relação cognitiva entre o escritor e o leitor, dentro de um domínio. Ou seja, o problema principal em Sistemas de Informação é também refletir o domínio, e não apenas as necessidades individuais dos usuários.

Segundo Hjørland⁸⁸ afirma, o termo sistemas de informação é fortemente associado a era dos computadores, entretanto, existem diversos outros sistemas de informação não computadorizados que devem ser considerados. Os sistemas de comunicação da ciência (e outros sistemas sociais) são mais antigos que os sistemas da era dos computadores e tem desenvolvido através dos séculos, conceitos como criticidade de informações, princípio de retórica e padrões para publicações.

⁸⁷ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 414

⁸⁸ HJORLAND, 1998, p. 618

O entendimento destes sistemas sociais é pré-requisito para estabelecer sistemas informatizados, objetivando conceber um sistema de informações mais eficiente.

Hjorland⁸⁹ complementa com uma importante perspectiva nos estudos em Ciência da Informação e a tentativa centrada na funcionalidade dos sistemas de informação. Analisando as funções e valores implícitos e explícitos, observando os canais de comunicação do ponto de vista do usuário, investigando as consequências dos valores, condições comerciais e não comerciais. Tudo isto pode contribuir na diagnose e conserto do mal funcionamento dos sistemas de informação, objetivando sempre a melhoria da qualidade destes sistemas.

Partindo-se deste entendimento, o que observamos neste tópico foi a necessidade de definição clara do domínio alvo de estudo. Além disto, o domínio deve incorporar os principais laços e relacionamentos com o ambiente, além da observação do fluxo de informações entre usuários. Finalmente, é preciso traçar uma estratégia para observar a necessidade de informações de maneira global e holística.

Por meio da reunião dos artefatos de representação da informação que fazem parte do domínio e, em paralelo, realizar dinâmicas de investigação de necessidades de informação, de maneira a atender a um determinado conjunto de usuários dentro de um contexto específico, foi possível definir de maneira clara o domínio, objetivando ter uma visão abrangente dos limites da pesquisa.

⁸⁹ HJORLAND, 1998, p. 619

4 ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O processo de análise do ambiente de dados operacionais, das estruturas de informação e dos sistemas informatizados, definiu de forma bastante clara quais os insumos necessários para que o processo de uso da Análise de Domínio pudesse ser praticado no âmbito da Previdência Social. Aliando estes insumos ao processo de investigação junto a comunidade de usuários, pudemos perceber que estávamos cobrindo grande parte, senão a totalidade, do domínio que estava sob análise.

Inicialmente, o primeiro ponto pesquisado foi a definição do domínio do problema. Em seguida, buscou-se incorporar novas “visões” ao contexto para delimitarmos melhor as fronteiras do trabalho.

4.1 DELIMITANDO O DOMÍNIO A SER PESQUISADO

A Previdência Social Brasileira é responsável pelas políticas de Seguridade Social no Brasil, isto traz um forte impacto e amplitude em seus atos, visto que atingem toda a nação. Observando-se apenas os aspectos geográficos, a Previdência está presente em todos os Estados e regiões do nosso país, que possui dimensões continentais. A capilaridade dos pontos de atendimento é extremamente alta, pois eles devem permitir o acesso de qualquer cidadão brasileiro, aos seus dados e informações registrados nas bases de dados da Previdência Social. Atualmente, estes pontos perfazem um total de 800 agências e 200 gerências executivas, sendo que nos próximos dois anos o quantitativo de agências e quiosques de auto-atendimento deverá crescer para 1400 pontos.

Como visto no tópico de contextualização do problema da pesquisa, existem no âmbito da Previdência diferentes abordagens para reunião de informações, com uma ampla coleção de dados operacionais, registrados em diversas bases de dados e vários produtos de informação. Isto demonstra o quanto é rico e fértil o ambiente de informações, que está disponível em diversas mídias de acesso, permitindo e facilitando o acesso para todos os usuários. A partir daí, podemos entender que a definição do domínio que foi alvo de estudo neste trabalho, é peça fundamental no sucesso do nosso esforço e na consecução dos nossos objetivos.

No contexto da Previdência Social, foi destacado o CNIS como um campo de estudo extremamente proveitoso, visto que ele é a essência dos dados da Previdência e permeia todos os outros Sistemas de Informação. Além do mais, com base nos dados do CNIS, centenas de políticas públicas podem ser desenhadas e ajustadas, trazendo maiores benefícios para a sociedade. O instrumento que mediará toda a nossa necessidade de informação é a GFIP. Este documento permite que, mensalmente, sejam obtidas informações, por meio de declarações que enriquecem os estoques da Previdência em relação aos empregados, empregadores, vínculos entre estes, afastamentos e salários.

Entretanto, como visto anteriormente, segundo a visão de Beghtol⁹⁰, domínios estão em constante mudança, alterando de tamanho e de forma. Para evitar consequências mais graves na definição do domínio, minimizarmos as dificuldades que possam surgir no decorrer dos encontros com a comunidade e obtermos sucesso na nossa empreitada, decidimos delimitar o campo de estudo.

O nosso objetivo foi interagir com a comunidade de usuários e, para extrair as necessidades de informação desta comunidade, precisávamos organizar as reuniões de levantamento, pois segundo Drucker afirma:

Poucos executivos sabem fazer perguntas do tipo: “De que informação necessito para fazer o meu trabalho ?” “Quando preciso delas ?” “De que forma ?” “E de quem devo recebê-las ?” “Que antigas tarefas devo abandonar ?” “Que tarefas devo executar de forma diferente ?” Praticamente ninguém pergunta: “Que informações devo dar ? A quem ? Quando ? De que forma ?”⁹¹

A preparação das reuniões envolveu, principalmente, o conhecimento do domínio em análise. Para isto, foram considerados todos os elementos já observados no desenvolvimento **do capítulo 2.1**, principalmente, a estrutura e os padrões de cooperação, a linguagem, as formas de comunicação, os sistemas de informação e o posicionamento de todos estes componentes em relação aos critérios de relevância, **apresentados no capítulo 3.1.**

⁹⁰ BEGTHOL, 1995, p. 194

⁹¹ DRUCKER, 2001, p. 67

Foram reunidas diferentes fontes de informação dentro do domínio: Boletins de Informação da GFIP (Anexo 1), os meta-dados e meta-informações disponíveis no CIPS (Anexo 2) e no AEPS (Anexo 3) sobre o domínio em estudo, além da relação de dados agregados já gerados e disponíveis para os usuários, materializadas nas soluções IDEIA (Anexo 4) e CD's de Grupos de Informação GFIP (Anexo 5).

Com o Boletim de Informações da GFIP, foi possível avaliar e compreender a variedade de informações que já estava sendo apresentada para a comunidade, segundo um padrão convencional de publicação e comunicação. Através da análise das informações que já estavam disponíveis neste Boletim, foi possível observá-las e avaliá-las em relação aos critérios de julgamento da relevância para a comunidade (apresentados na Tabela 3 deste trabalho) e ao plano espacial da relevância (apresentado na Figura 5 deste trabalho). Para cada informação, eram feitos os questionamentos e os resultados eram registrados para confirmação posterior com a comunidade de usuários.

Com os dados e informações descritos no AEPS, foi possível perceber por meio de medidas estatísticas dos dados operacionais, as agregações e totalizações, a frequência das ocorrências e, principalmente, as tendências e desvios dos valores ao longo dos anos. As informações estatísticas apresentadas, também foram observadas em relação aos critérios de julgamento registrados na Tabela 3 e ao plano espacial da relevância apresentado na Figura 5.

O AEPS é um dos esforços de organização do conhecimento, que utiliza métodos de análise estatística para representar e materializar uma visão sobre a necessidade de informação dos usuários. Contudo, a utilização apenas deste método não se demonstrou adequada, visto que foram percebidas lacunas de informação que só foram identificadas por meio de troca de experiências entre os envolvidos no processo de investigação. O Anuário Estatístico da Previdência Social é a materialização da análise quantitativa dos dados e informações, contudo, ao analisar o seu conteúdo, é possível verificar que estamos observando apenas algumas dimensões descritas no plano de julgamento de relevância. Se avaliamos suas informações mediante os cinco níveis de relevância propostos por Saracevic, poderemos perceber que **a relevância cognitiva ou pertinência e a relevância afetiva ou Motivacional**, não são perfeitamente satisfeitas. Esta avaliação permitiu, dentre outras coisas, a visualização de novos grupos de informação que foram apresentados aos usuários.

Outro ponto observado como consequência do processo de análise foi que tanto o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), quanto o Boletim Informativo da GFIP, são pouco flexíveis e contém o conjunto de informações que são importantes na visão de alguns gestores da Previdência. Além disto, estes produtos foram concebidos segundo os anseios, desejos e necessidades de informação de técnicos (analistas e programadores) envolvidos na sua concepção. Ou seja, estes artefatos apresentam a periferia do conhecimento e não a sua essência.

Com os meta-dados existentes no CIPS, foi possível conhecer as informações que estavam disponíveis, com suas respectivas fontes para geração e obtenção, a definição de cada tipo de dado, sua frequência de extração, os classificadores e principalmente, os sistemas de informação que estavam associados a cada informação e os respectivos grupos de usuários. A partir desta análise foi possível delimitar o contexto, incorporando os diferentes sistemas de recuperação de informação que atuam nas informações e bases eletrônicas de dados. Com base nesta identificação foi possível entender e conhecer melhor o processo existente para a geração dos dados primários, bem como o seu relacionamento com outros sistemas de informação.

Com a relação de dados já disponíveis nos sistemas IDEIA e Grupos de Informação GFIP, foi possível efetuar novas análises sobre os dados que faziam parte destes sistemas. O uso da coleção de dados operacionais, tabulados pelo sistema DARDO e disponível em mídia digital, permitiu uma grande flexibilidade na manipulação, além da velocidade na obtenção de novas combinações de dados, gerando novas simulações que possibilitaram a identificação de “lacunas de informação”. Através da combinação dos campos disponíveis nos respectivos sistemas, que foram descritos no **capítulo 2.1**, foram elaboradas propostas contendo novas informações para avaliação do grupo de usuários.

A delimitação dos componentes do domínio alvo de estudo, foi complementada com as séries históricas do SÍNTESE, sobre o comportamento das espécies de benefício ao longo dos anos, fazendo uso dos temas de interesse: Previdência Social e Trabalho, classificados por espaços geográficos ou elementos da estrutura organizacional. Utilizando também a classificação por unidade temporal, foi possível obter dados e informações sobre a evolução do comportamento da força de trabalho, por meio do análise dos valores arrecadados e benefícios concedidos.

Além disto, o conjunto de documentos e legislações sobre o tema, registrados no SISLEX, que contempla toda a legislação previdenciária, permitiu uma visão dos documentos e instrumentos que regulam e norteiam o funcionamento da Previdência Social e, em consequência, o ambiente do CNIS. Foram observados os seguintes documentos: Estrutura Organizacional da Previdência, Normas e Atos Administrativos, Plano e Regulamento de Benefícios, Plano e Regulamento de Custeio, Assistência Social, Medidas Provisórias, Portarias Ministeriais, além dos Manuais de Arrecadação e Fiscalização.

Conforme Palmer⁹² afirma, determinar os limites de abrangência do assunto não é um trabalho fácil, uma vez que não sabemos definir adequadamente o que constitui um domínio. Para entender as codificações e o conteúdo das informações, os grupos de usuários precisam estar alinhados com os tipos de dados utilizados por esta comunidade (textos, imagens, dentre outros tipos). Com base na reunião do material relacionado anteriormente e mais alguns debates internos para complementar informações, estávamos prontos para este primeiro encontro e, principalmente, com o domínio delimitado.

Quando os produtos de informação existentes na Previdência Social foram analisados e verificados em relação aos níveis de relevância apresentados por Saracevic e aos planos de julgamento relacionados anteriormente **no capítulo 3.1**, percebeu-se que havia um amplo terreno de exploração.

Outro produto de informação que também foi alvo de análise foi o Grupo de Informações GFIP. Apesar deste produto não ter sido concebido à luz da necessidade de informações da comunidade de usuários na Previdência Social, tem sido considerado satisfatório. A combinação de dados e fatos, obtidos a partir do documento GFIP, aliados ao uso da ferramenta de tabulação DARDO, permitiram uma maior flexibilidade, cobertura e atendimento às diferentes necessidades de informação de seus usuários.

O sistema IDEIA também manipula dados e informações por meio do tabulador DARDO. Este conjunto de dados e informações tem seu foco principal na área de Arrecadação, contudo, segundo o conjunto de dados apresentados no **capítulo 2.1**,

⁹² PALMER, 1999, p. 1139

podemos perceber que existe um forte relacionamento entre os dados de Arrecadação e Informações Sociais, pois ambas as áreas tratam o mesmo conjunto de dados primitivos. Os grupos GPS e Empresas / Estabelecimentos do sistema IDEIA, precisavam incorporar visões dos grupos de Empregado, Autônomo, Empresas e Estabelecimentos dos Grupos de Informação GFIP. Logo, como consequência disto, foi necessário incorporar os laços e relações com esta área.

Neste exato momento, foi possível vislumbrar a necessidade de realizar um processo de investigação junto a comunidade de usuários das informações da Previdência Social. Existiam diferentes fontes de informação, contudo, nenhuma delas expressava os desejos e anseios da comunidade, no âmbito das Informações Sociais. São produtos de informação que foram desenvolvidos à luz das necessidades dos gestores, sem que houvesse uma participação ativa do grupo de usuários finais e da própria sociedade.

Como observado no **capítulo 3**, um dos pontos principais no entendimento do domínio em análise é o perfeito mapeamento das fronteiras deste domínio e, é claro, se conseguirmos incluir diferentes “visões” neste domínio, o conjunto de informações levantadas será mais completo e atenderá um maior elenco de indivíduos. Após o trabalho de identificação do domínio, análise do fluxo de informações, avaliação dos documentos e dos sistemas de informação, foram observadas as diversas “lacunas de informação”. A partir daí, decidiu-se complementar os dados e avaliar novas necessidades de informação, incorporando novas “visões” no domínio. Este esforço contemplou não apenas os novos desejos de informação, mas também o aspecto das autorizações de acesso a cada grupo de dados e informações existente.

Os resultados foram obtidos de uma forma bem pragmática, e usando uma técnica extremamente contemporânea para realizar a investigação.

4.2 AS REUNIÕES DE LEVANTAMENTO

A primeira sessão de JAD foi realizada no dia 07/03/2001 nas instalações da FIRJAN. Como o objetivo do encontro era colher dados sobre a necessidade de informações da comunidade de usuários, de maneira complementar ao conjunto que já estava mapeado pela Previdência Social, o público alvo era formado por técnicos de

diversas instituições. Foram convidados diversos organismos, dentre os quais o IPEA, CEF, MTbE, DATAMEC, ABEP, FIRJAN, IBGE e IPLAN.

O mediador estava incumbido de estimular o debate, ouvindo as colocações, registrando-as e buscando obter consenso entre os participantes, caso houvessem divergências nas questões que estavam sendo debatidas. Para isto, os fundamentos da análise de domínio se fazem presentes. É fundamental o conhecimento do domínio do problema em análise, visto que os debates podem ser desenvolvidos em qualquer direção da área de conhecimento em análise. Conforme Hjorland⁹³ afirma, o conhecimento surge de maneira fragmentada, desorganizada e obscura e, como consequência natural disto, cabe ao mediador dirigir a sessão de forma que os participantes não se percam no debate, nem tampouco discutam em outra direção que não esteja dentro do domínio sob investigação.

O início do levantamento teve como provocativo as próprias palavras do Sr. Ministro da Previdência Social, José Cechin, sobre a necessidade de complementar as informações já geradas pela Previdência. A partir daí, iniciou-se o trabalho de busca de novas informações junto a comunidade reunida.

Os primeiros debates ocorridos na reunião foram: o consenso sobre a natureza do encontro, a qualidade do material apresentado pela Previdência Social e a oportunidade que estava sendo dada à comunidade de expressar as suas necessidades de informação. O papel do Estado de propor políticas, tornando disponível as informações sobre Previdência e Trabalho para a sociedade, estava sendo praticado em toda a sua plenitude, além de estar promovendo e assegurando o envolvimento da própria sociedade na definição dos principais indicadores para o assunto em questão.

Para cada nova necessidade identificada, era realizada uma ampla explanação sobre o ambiente de dados operacionais e documentos em estudo. Eram apresentados aos usuários, informações sobre todos os elementos que haviam sido identificados na atividade de delimitação do domínio, **conforme apresentado no capítulo 4.1** – estavam sendo colocados em prática os pressupostos da análise de domínio. Segundo Hjorland⁹⁴ afirma, um documento pode servir para diferentes propósitos e para diferentes grupos de

⁹³ HJORLAND, 1996, p. 83

⁹⁴ HJORLAND, 1998, p. 611

usuários, o resultado da análise dos documentos e dos assuntos deve refletir as necessidades de informação destes grupos. Adicionalmente a isto, os critérios de evolução do acervo de informações são norteados pela principal questão: como satisfazer a necessidade de informações dos usuários ? Este questionamento deve ser feito aos usuários atuais e projetada para os usuários futuros, objetivando a qualidade do conteúdo da base de dados⁹⁵.

A combinação de todas estas abordagens facilitou o trabalho de levantamento das necessidades de informação para a comunidade que estava envolvida no trabalho. Conforme Hjørland⁹⁶ afirma, praticarmos a teoria da classificação é um tipo de Análise de Domínio e as “teorias da informação” não são vistas apenas como teorias em Ciência da Informação, mas também podem ser observadas como teorias na Ciência da Computação. Entendemos que a maioria dos trabalhos em Ciência da Informação é de natureza pragmática e que por trás de determinadas atividades, existem sempre certos pressupostos que podem ser analisados e estendidos como na filosofia.

A partir da análise do comportamento, das características dos documentos e do padrão de comunicação foi possível identificar a necessidade de informações da comunidade usuária. De acordo com Hjørland⁹⁷, o conhecimento surge quando buscamos enquadrar os documentos e seu conteúdo dentro do contexto do domínio em análise. Entretanto, as maiores dificuldades encontradas na dinâmica de investigação que estava sendo conduzida, estavam relacionadas a manutenção do foco do debate no domínio do problema sob análise.

Com o uso de técnicas de modelagem, a representação da informação foi sendo desenhada e registrada em listas, para posteriormente ser validada pela comunidade.

Contornadas as dificuldades encontradas ao longo dos trabalhos, foi possível complementar as necessidades de informação e como resultado deste encontro com os usuários, são apresentadas a seguir, as listas obtidas e o relato das considerações obtidas durante o debate:

Necessidade de Informações: Temporalidade dos dados

⁹⁵ PEREIRA, RIBEIRO, TRACTENBERG, MEDEIROS, 1999, p. 217

⁹⁶ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 401

⁹⁷ HJORLAND, 2000, p. 35

- Período de disponibilidade dos dados.
- Mídia de fácil manipulação e acesso.

Necessidade de Informações: Dados e Informações sobre o mercado de trabalho

- Mercado de trabalho nos municípios – frequência mensal (fonte RAIS)
- Mercado de trabalho nos municípios – frequência anual (fonte RAIS)
- Mercado de trabalho nos municípios – postos de trabalho vagos (fonte CAGED)

Necessidade de Informações: Dados relativos a Sinistros (acidentes de trabalho, mortes, etc)

- Formulação de políticas para controle e acompanhamento da qualidade do conteúdo dos campos, preenchidos pelo setor privado.

Necessidade de Informações: Dados sobre escolaridade

- Formulação de políticas para controle e acompanhamento da qualidade do conteúdo dos campos, preenchidos pelo setor privado.

Necessidade de Informações: Dados sobre faixas etárias

- Formulação de políticas para a captação de dados.
- Formulação de políticas para controle e acompanhamento da qualidade do conteúdo dos campos, preenchidos pelo setor privado.
- Uso de amostras para efetuar o controle de qualidade.
- Uso de amostras para análise estatística (painéis demográficos prospectivos).
- Uso de amostras para análise estatística (painéis demográficos retrospectivos).

Necessidade de Informações: Dados agregados e classificados por campo sexo

- Média Salarial.
- Quantidade de vínculos.
- Quantidade de autônomos.

Ficou esclarecido que os campos já disponíveis do Boletim da GFIP já contemplam grande parte das necessidades, contudo, os pesquisadores procurarão detalhar estes atributos específicos em um próximo encontro.

Necessidade de Informações: Dados sobre o estoque de trabalhadores

- Agregados e classificados por município (via GFIP).
- Agregados e classificados por município (via CAGED).
- Média de remuneração.
- Mobilidade do mercado de trabalho através do acréscimo ou decréscimo da mão-de-obra.
- Avaliação da migração da mão-de-obra.
- Dados agregados compostos por micro-dados não individualizados para ser entregue aos pesquisadores dos principais institutos, que trabalham com acompanhamento de mão-de-obra e mercado de trabalho..

Nesta questão houve uma grande contribuição do MTbE, visto que este Ministério já um produto que atende a esta demanda e está apoiado em uma política de acesso em três níveis, sobre os dados originários da RAIS e CAGED: no nível 1 estão sumarizados os salários; no nível 2 é permitido um acesso a dados mais estruturados, com base em um sistema de tabulação chamado de SGT, distribuído em mídia digital (CD-ROM); no nível 3, também é distribuído uma mídia (CD-ROM) contendo o conjunto de microdados não individualizados.

Necessidade de Informações: Dados sobre deslocamento da massa salarial

- Permitir o estudo sobre o mercado de trabalho.

- Avaliar empregabilidade.
- Política para abertura de novas agências bancárias (CEF)

Necessidade de Informações: Sigilo de informações

- Criação de um comitê para definir a política de sigilo, com a participação de membros da sociedade e governo.
- Não pode haver informações individualizadas, somente dados agregados.

Ao término do evento, ficou definido que deveria haver oportunidade para experimentação prática do uso das informações que já estavam disponíveis. Após este esforço de uso, deveria ser promovido um novo encontro para realização de outros debates, visto que a prática poderia contribuir para o melhor entendimento do domínio do problema pelos envolvidos no debate. Conforme Hjørland⁹⁸ afirma, a maioria dos trabalhos na Ciência da Informação são de natureza pragmática, contudo, por trás de cada atividade existem certos pressupostos que podem ser analisados. Isto pode ser estendido como na filosofia, mas a filosofia não pode ditar os princípios de outras ciências. Deve haver uma cooperação, objetivando o melhor entendimento dos problemas da própria ciência.

A segunda reunião e a política de acesso das informações

Os dados operacionais da Previdência Social, ou seja, os dados que estão residentes nos bancos de dados dos sistemas de recuperação da informação, já possuem uma estratégia que controla o nível de acesso. Entretanto, as informações que estão sendo alvo de mapeamento e identificação neste domínio em análise, ainda não possuem uma estratégia que possa permitir o acesso diferenciado. Além das atribuições exercidas por cada indivíduo e o papel de cada um em um contexto mais amplo, é necessário identificar o quão relevante é cada informação para o grupo de usuários, visto que o domínio que está em estudo é o CNIS e, como vimos no capítulo anterior, as informações contidas neste cadastro servirão de fonte para a definição de políticas, além de serem de interesse para diversos segmentos da sociedade. Mais uma vez a técnica de

⁹⁸ HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995, p. 401

JAD foi utilizada, para obtermos de uma forma rápida e consensual, as categorias que irão permitir o acesso diferenciado as informações da Previdência Social.

O conjunto de reuniões teve, como público alvo, usuários gestores de informações em diferentes áreas da Previdência Social. Além de externar os anseios em relação ao uso de cada grupo de informações, os usuários exercitavam para “simular” e “inferir” o uso para cada grupo de usuários operacionais. Este trabalho foi conduzido de maneira análoga ao encontro relatado no tópico anterior. Para cada grupo de dados e informações que estavam sob debate, eram apresentados os elementos que haviam sido identificados na atividade de delimitação do domínio, conforme descrito no **capítulo 4.1**. Mais uma vez o mediador da dinâmica tinha um papel de destaque, visto que precisava conduzir o grupo para a obtenção do consenso, em relação as diversas impressões que estavam sendo observadas na reunião, além de efetuar os registros relativos ao que estava sendo apresentado, para posterior análise e considerações.

Como resultado da primeira reunião para debater o acesso, obtivemos uma lista contendo os níveis de acesso que estavam sendo propostos, os grupos de dados relacionados e as operações (consulta ou atualização) que poderiam ser efetuadas em cada grupo definido. Algumas questões foram levantadas, principalmente, nas prováveis combinações que poderiam ser feitas a partir dos níveis definidos e a sua provável implementação física – por meio de um sistema de controle de acesso⁹⁹.

Esta lista apresentava, em geral, dois níveis para cada grande grupo de dados: um nível permitia a visualização de todo o conjunto dos dados, e o segundo nível trazia algumas restrições que eram relacionadas pelos participantes.

⁹⁹ É um sistema computadorizado que objetiva controlar as permissões de acesso dos usuários aos sistemas aplicativos para realizar operações de: inclusão, alteração, exclusão e consulta aos dados.

Conforme Hjørland¹⁰⁰ afirma, uma importante perspectiva nos estudos em Ciência da Informação é a tentativa centrada na funcionalidade dos sistemas de informação: analisando as funções e valores implícitos e explícitos, observando os canais de comunicação do ponto de vista do usuário, investigando as consequências dos valores, condições de negociação (sejam sociais ou até mesmo comerciais). Tudo isto pode contribuir na diagnose e o ajuste do funcionamento dos sistemas de informação, objetivando sempre a melhoria da qualidade destes sistemas.

O termo sistemas de informação é fortemente associado a era dos computadores, entretanto, existem diversos outros sistemas de informação não computadorizados que devem ser considerados. Os sistemas de comunicação da ciência (e outros sistemas sociais também) são mais antigos que os sistemas da era dos computadores e, durante a sua existência, têm contribuído para o desenvolvimento de diversos conceitos tais como: criticidade das informações, princípio de retórica na comunicação e padrões para as publicações. Para conceber um eficiente sistema de informações baseado em computador, é necessário entender, primeiramente, estes sistemas sociais.

Foi sugerido aos participantes, que antes de validarmos os níveis que haviam sido apresentados, era necessário realizar exercícios práticos. Estas simulações tinham, por objetivo, verificar se os níveis que haviam sido definidos possuíam alto grau de cobertura, ou seja, estavam abrangendo a todos os dados envolvidos na definição de cada nível.

Uma segunda reunião foi marcada para efetuarmos a validação dos níveis de acesso às informações, mais uma vez estávamos reunidos para uma nova sessão de JAD, agora em Brasília, no anexo do Ministério da Previdência Social. Os participantes eram as mesmas pessoas que estavam na reunião de levantamento, ou seja, um grupo de usuários gestores da Previdência Social.

Dando continuidade aos trabalhos, mais uma vez a técnica de JAD havia sido escolhida para o desenvolvimento da sessão de levantamento. Na abertura dos trabalhos, houve posicionamento dos participantes sobre o domínio que estava em análise, foram apresentados os documentos que haviam sido gerados na reunião anterior, além de novos insumos terem sido agregados à dinâmica. Estes insumos foram o conjunto de

¹⁰⁰ HJØRLAND, 1998, p. 619

documentos relativos as novas características do novo Sistema para Autorização de Acesso (SAA), bem como a documentação dos sistema de informação Sistema de Controle de Acesso (SCA), Cadastro de Pessoas Físicas (CADPF) e Sistema de Acesso de Recolhimentos de Contribuinte Individual (SARCI).

A primeira questão colocada em debate, foi o entendimento de todos em relação ao material que havia sido gerado na reunião anterior e se os participantes haviam feito às simulações sobre o acesso das informações. Conforme exposto no **capítulo 3.1**, o julgamento da relevância das informações pode variar de indivíduo para indivíduo e, desta forma, a simulação do acesso a cada grupo de usuários a cada conjunto de informações, traria ao trabalho um grau de qualidade mais adequado, visto que estaríamos cobrindo as diferentes modalidades de uso e acesso as informações.

A cada grupo de informações, o mediador tratava de expor sua conceituação e explanava sobre a variedade de dados e informações que faziam parte do grupo. Eram então consultados os outros documentos relacionados ao grupo sob análise e verificada a existência de sistema de recuperação de informação associado, com o intuito de complementar o grupo de informações, caso fosse necessário. Após estes procedimentos, eram então verificadas as simulações que os gestores ficaram incumbidos de proceder. O mediador questionava quais os usuários eram candidatos a usarem as informações e se o nível de acesso que estava atribuído a eles era satisfatório para que eles pudessem executar o trabalho. Conforme Hjørland¹⁰¹ afirma, a abordagem de Análise de Domínio busca contemplar uma análise qualitativa, histórica e funcional das informações. Para entendermos o desenvolvimento histórico das estruturas de comunicação em um domínio, é necessário tomarmos o caminho dos padrões de comunicação e das estruturas de informação. Como resultado da reunião, foi gerado a Tabela 5, que representamos a seguir:

¹⁰¹ HJORLAND, 1996, p. 334

Tabela 5: Tabela contendo a classificação do nível de acesso às informações

NÍVEL – É uma classificação da confidencialidade de uma operação sobre o conjunto de dados de um sistema de recuperação de informação. Acesso de terceiros Segurado / Contribuinte – acesso permitido aos seus dados mediante consulta ao banco de senhas. Órgão Públicos em geral e Entidades Públicas interessadas em acessar o CNIS – autorização pelo Secretário Executivo e cadastramento pelo Administrador do SAA.					
SISTEMA	PROCESSO	OPERAÇÃO	DADOS	NÍVEL	OBS
CNIS	Informações Agregadas	Consulta	Todas (massa salarial, quantidade de vínculos e trabalhadores individualizados)	Nível 1	
CNIS	Informações Agregadas	Consulta	Nível 1 Exceto trabalhadores Individualizados	Nível 2	
CNIS	Recolhimento de CI	Consulta	Todos (recolhimentos GPs, GRPs-3, GRCI), atividades de CI	Nível 1	
CNIS	Recolhimento de CI	Consulta/ Atualização	Todos (recolhimentos GPs, GRPs-3, GRCI), atividades DE CI	Nível 1	

Tabela 5 (continuação):

SISTEMA	PROCESSO	OPERAÇÃO	DADOS	NÍVEL	OBS
CNIS	Recolhimento de CI	Consulta/ Atualização	Todos (recolhimentos GPs, GRPs-3, GRCI), atividades CI exceto a inclusão do valor de contribuição	Nível 1	Demais níveis serão atribuídos de acordo com a conceituação do SARCI, onde é permitido a inclusão, exclusão e alteração
CNIS	Pessoa Jurídica	Consulta	Todas	Nível 1	
CNIS	Pessoa Jurídica	Consulta	Nome, razão social, CNAE, endereço, CNPJ, natureza jurídica, histórico dos campos que estão disponíveis para este nível (nível 1 exceto dados complementares)	Nível 2	
CNIS	Pessoa Jurídica	Atualização	PENDENTE		Hoje não existe a atualização de dados. Isto será debatido com a Arrecadação
CNIS	Vínculos e remunerações	Consulta	Todas (vínculos, remunerações, CBO, agente nocivo, afastamentos e detalhes de vínculo)	Nível 1	

Tabela 5 (continuação):

SISTEMA	PROCESSO	OPERAÇÃO	DADOS	NÍVEL	OBS
CNIS	Vínculos e remunerações	Consulta	Vínculos, CBO, agente nocivo, afastamentos e detalhes de vínculo (exceto remunerações e histórico dos campos que estão disponíveis)	Nível 2	
CNIS	Vínculos e remunerações	Atualização	Todas exceto histórico	Nível 1	Demais níveis serão atribuídos de acordo com a conceituação da Retificação de Vínculos e Remunerações, onde é permitido a inclusão, exclusão e alteração de vínculos e remunerações
CNIS	Pessoa Física	Consulta	Todas as informações	Nível 1	
CNIS	Pessoa Física	Consulta	Todas as informações exceto endereço, telefone e e-mail	Nível 2	
CNIS	Pessoa Física	Atualização	Todas as informações	Nível 1	Demais níveis serão atribuídos de acordo com a conceituação do CADPF, onde é permitido a inclusão, exclusão e alteração de dados de pessoa física

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no **capítulo 2.1**, a Previdência Social é detentora de uma vasta coleção de informações que necessitam ser conhecidas e disseminadas para a sociedade em geral. Todos os esforços realizados até os dias de hoje surgiram, principalmente, em função das facilidades trazidas pela tecnologia disponível. A consequência desta abordagem, foi uma relação de dependência da solução proposta por estas tecnologias, causando reflexos no ambiente de informações alvo de disseminação. Ou seja, as evoluções e melhorias no processo de disseminação e uso estavam atreladas a própria evolução da tecnologia.

Além disto, foi possível perceber que as dificuldades existentes no ambiente de informações, não se restringem apenas aos aspectos tecnológicos, mas também ao próprio processo de mapeamento para disseminação e uso, visto que estes processos, via de regra, se originavam por meio de esforços isolados de grupos de técnicos e gestores das áreas de Negócio da Previdência Social. Este processos não detinham uma estratégia clara e bem definida para que os dados e informações fossem reunidos e organizados, bem como as necessidades de informação levantadas. Conseqüentemente, surgiram dificuldades para viabilizar melhorias no processo de organização do conhecimento, que causariam, naturalmente, reflexos no relacionamento da Previdência com a sociedade.

Outro ponto observado como consequência do processo de análise foi que tanto o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), quanto o Boletim Informativo da GFIP, são pouco flexíveis e contém o conjunto de informações que são importantes na visão de alguns gestores da Previdência. Além disto, estes produtos foram concebidos segundo os anseios, desejos e necessidades de informação de técnicos (analistas e programadores) envolvidos na sua concepção. Ou seja, estes artefatos apresentam a periferia do conhecimento e não a sua essência.

A pouca flexibilidade em se obter informações que se relacionam, entre temas ou assuntos específicos, é fruto da visão centrada em solucionar os problemas de informação pontuais, específicos de cada área de atuação da Previdência Social. Além de incorporar laços e relacionamentos com outros grupos, é preciso também buscar o entendimento do ambiente, sua complexidade, a natureza e estrutura das informações.

Antes de mais nada é preciso homogeneizar a forma de trabalho para a geração destes produtos de recuperação de informações. Logo, para iniciar o processo de homogeneização destas abordagens, é preciso definir antes um método de investigação e representação da informação. O uso da dinâmica de Análise de Domínio nos pareceu bastante adequada, visto que procura, antes de mais nada, identificar o contexto alvo de estudo e seus relacionamentos internos e externos.

A análise estatística como forma de avaliação e mapeamento das informações, não se mostrou muito adequada, visto que não contemplou o amplo espectro de comportamentos e tendências correlacionadas. Foi possível observar que o processo estatístico permitiu a tabulação e agregação de grandes temas, sem, no entanto, permitir que, à luz dos níveis de relevância propostos por Saracevic, sejam atendidos alguns dos critérios estabelecidos para as questões do usuário.

Outro ponto observado foi que, o processo de obtenção e geração do AEPS, partiu da visão de técnicos envolvidos na sua concepção e em necessidades de informação específicas. Para conseguir uma visão global do domínio, é necessária a participação de vários indivíduos relacionados ao uso da informação.

Seguindo-se esta estratégia, o levantamento de dados e informações por meio da participação de vários indivíduos, o primeiro ponto percebido foi a necessidade da definição clara do domínio do problema para todos os participantes do trabalho. A conclusão da primeira reunião, relatada no **capítulo 4.2**, foi a necessidade dos usuários terem “maior contato” com o ambiente de informações que estava sendo analisado. Ou seja, para se analisar um domínio é fundamental que toda a comunidade de usuários envolvida no trabalho, conheça os elementos que compõem este ambiente. A falha na disseminação do domínio que havia sido estabelecido, trouxe dificuldades no mapeamento dos dados, que auxiliariam na identificação da necessidade de informações da comunidade de usuários.

O uso do plano de julgamento da relevância, serviu para auxiliar na definição dos critérios de aceitação de cada grupo de informações que era avaliado, contribuindo para que as informações, componentes do contexto, ficassem contidas dentro das necessidades de informação dos usuários.

Contudo, mesmo com as dificuldades decorrentes da não disseminação por completo das informações e do domínio em análise para a comunidade, foi possível identificar alguns dados e informações complementares. Isto ocorreu, não só graças ao conhecimento “parcial” do assunto por parte dos participantes da reunião, mas também pelo uso da técnica de JAD. A troca constante de dados e informações entre os usuários durante o transcorrer da reunião, permitiu que houvesse o entendimento do domínio, a partir daí foram obtidas algumas listas contendo os dados e necessidades de informação da comunidade de usuários. O levantamento das necessidades do grupo de usuários se mostrou mais eficaz do que se houvesse “entrevistas individuais”, principalmente em função do intercâmbio de informações entre os usuários.

Como visto no **capítulo 2.2**, a técnica de JAD se mostrou adequada para a realização deste trabalho, demonstrando que por meio de debates e consenso em relação ao grau de relevância dos dados e informações, foi possível atingirmos os objetivos estabelecidos inicialmente. A utilização desta técnica, aliada com o uso de modelos, listas de dados e questões, permitiu representar de forma bastante imediata, rápida e de fácil visualização para todos, a relação de dados e informações que era obtida no transcorrer das reuniões. Também permitiu investigar e efetuar o levantamento da necessidade de informações da coletividade, segundo uma visão global e holística. Isto enriqueceu o trabalho, trazendo mais benefícios ao esforço, do que por meio de visões individuais.

O que se observa no segundo conjunto de relatos é que toda a comunidade de usuários envolvida no trabalho, conhecia os elementos que compunham o ambiente. Logo, o desenvolvimento da reunião e a posterior geração de um produto final, foi mais ágil e conclusiva.

Neste trabalho, os Estoques de Informação da Previdência Social foram componentes de destaque na composição do valor da informação e na organização do conhecimento. No entanto, estoques são estáticos, não produzem conhecimento por si só, esta produção só se efetiva a partir do processo de comunicação entre emissores e receptores, passando pelos estoques. A informação necessita ser transmitida e aceita como tal.

O processo de investigação e levantamento, apresentado neste trabalho, tem sido colocado em prática em outros esforços no âmbito da Previdência Social Brasileira. Com base na fundamentação teórica exposta nesta dissertação foi formulada uma proposta de trabalho que tem sido utilizada na investigação das necessidades de informação da comunidade envolvida.

Novos produtos de informação têm sido concebidos no âmbito da Previdência Social. Para que atendam cada vez mais os anseios, desejos e necessidades de informação da comunidade usuária, uma nova abordagem na construção destes produtos está sendo adotada. Novos métodos, técnicas e ferramentas devem ser incorporados, para auxiliar na definição destes estoques, de forma a atender melhor às expectativas da comunidade de usuários. Estas soluções devem ser flexíveis, para que possam acompanhar a velocidade das mudanças em curso na atualidade.

Só poderemos determinar o valor das informações se conseguirmos valorar também o conhecimento por ela gerado.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBAGLI, S. Novos espaços de regulação na era da informação e conhecimento. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus. 1999.
2. ANUÁRIO estatístico da Previdência Social. Rio de Janeiro: Ministério de Previdência e Assistência Social – MPAS/DATAPREV, 1988/1999.
3. ARAÚJO, E. A. de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de Organizações Não-Governamentais (ONG's) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, maio/ago.1999.
4. AUGUST, J. H. **JAD - Joint Application Design**. Tradução de Marcelo Melo Molinari.
5. BARRETO, A. A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago.1998.
6. BATES, M. J. The invible substrate of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science – JASIS**, v. 50, n. 12, p. 1043-1050, 1999.
7. BEGTHOL, C. “Facets” as interdisciplinary undiscovered public knowledge: S. R. Ranganathan in India and L. Guttman in Israel. **Journal of Documentation**, v. 51, p. 194-224, 1995.
8. INDICADORES do mercado de trabalho formal das empresas. Boletim Informativo da GFIP. Brasília: Ministério de Previdência e Assistência Social – MPAS, 2000-2001.
9. BORKO, H. Information Sience: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.
10. CARVALHO, E. C. **Enfoque participativo em Datawarehousing**: um estudo aplicado à área de mercado de trabalho. 1998. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Convênio UFRJ/ECO-CNPq/IBICT, Rio de Janeiro.

11. CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
12. COSTA, O. W. D. **JAD, Joint Application Design**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 1994.
13. CATÁLOGO de informações da previdência social. Rio de Janeiro: Ministério de Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social – MPS/INSS/DATAPREV, 1994. Ano 1.
14. DAHLBERG, I. Knowledge organization: Its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, v. 20, n.4, p. 211-222, 1993.
15. DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta na era da informação. Tradução d Bernadette Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 1998.
16. DRUCKER, P. F. **Administrando em tempo de grandes mudanças**. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.
17. EPSTEIN, I. **Cibernética e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1973.
18. FURLAN, J. D. **Reengenharia da informação**: do mito a realidade. São Paulo: Makron Books, 1994.
19. FURLAN, J. D. et al. **Engenharia da informação**. São Paulo: McGraw-Hill, 1988.
20. GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997.
21. GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. Informação e conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 107-114, 1984.
22. HJORLAND, B. Documents, Memory Institutions and Information Science. **Journal of Documentation** v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000.
23. HJORLAND, B. Theory and metatheory of Infomation Science: a new interpretation. **Journal of Documentation**, v. 54, n. 5, p. 606-621, 1998.

24. HJORLAND, B. Rejoinder: a new horizon for Information Science. **Journal of the American Society for Information Science – JASIS**, v. 47, n. 4, p. 333-335, 1996.
25. HJORLAND, B. **Information seeking and subject representation**. London: Greenwood Press, 1996.
26. HJORLAND, B. ALBRECHTSEN, H. Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. **Journal of the American Society for Information Science – JASIS**, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.
27. INGWERSEN, P. Cognitive Perspectives of information retrieval interaction: elements of a cognitive IR theory. **Journal of Documentation**, v. 52, n. 1, p. 3-50, 1996.
28. JAENECKE, P. To what end knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 21, n. 1, p. 3-11, 1994.
29. KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. **INFORMARE – Caderno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro,. v.2, n.2, p.11, jul./dez. 1996.
30. KOTLER, P. **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. Tradução de Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 1999.
31. LIMA, R. C. M. de. **Administração da informação**: uma visão holística. Rio de Janeiro. IBICT, 1999a.
32. LIMA, Regina C. M. de. **Sincronicidade, planejamento e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: IBICT, 1999b.
33. MAITAL, S. **Economia para executivos**: dez ferramentas essenciais para empresários e gerentes. Tradução de ARX Publicações. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
34. McMENAMIN, S. M.; PALMER, J. F. **Análise essencial de sistemas**. Tradução de Lars Gustav Erik Unonius. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

35. NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa.** Tradução de Ana Beatriz Rodrigues e Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
36. OLIVEIRA, R. **Administração de metadados: a chave de Data Warehousing.** 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
37. PALMER, C. L. Aligning studies of information seeking and use with domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science – JASIS**, v. 50, n. 12, p. 1139-1140, 1999.
38. PASSOS, C. A. K. Novos modelos de gestão e as informações. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.
39. PEREIRA, M. N. F.; RIBEIRO, C. J. S.; TRACTENBERG, L.; MEDEIROS, P. L. Bases de dados na economia do conhecimento: a questão da qualidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 215-222, maio/ago.1999.
40. RICHERS, R. **Surfando as ondas do mercado.** 2ª ed. São Paulo: RR&CA, 1996.
41. RUMBAUGH, J. et al. **Modelagem e projeto baseado em objetos.** Tradução Dalton Conde de Alencar. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
42. SARACEVIC, T. The concept of "relevance" in Information Science: an historical review. In: _____ (Ed.). **Introduction to Information Science.** New York: R. R. Bowker, 1970. p.111-154.
43. SARACEVIC, T. Relevance reconsidered 1996. Information Science: Integration in Perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE, 2 (COLIS, 2). Copenhagen, Denmark, 14-17 Oct.1996.
44. SHLAER, S.; MELLOR, S. J. **Análise de sistemas orientada para objetos.** Tradução de Ana Terzi Giova. São Paulo: McGraw-Hill, 1990.

45. SODHI, J., SODHI, P. **Software Reuse**: domain analysis and design process. New York: Mc Graw-Hill, 1998.
46. SPINK, A.; GREISDORF, H.; BATEMAN, J. Examining different regions of relevance: from highly relevant to not relevant. In: ASIS Annual Meeting, 61. **Proceedings**. /s.l/: ASIS, 1998. v.35.
47. VICKERY, B. Metatheory and Information Science. **Journal of Documentation**, v. 53, n. 5, p. 457-476, 1997.
48. YOURDON, E.; COAD, P. **Análise baseada em objetos**. Tradução CT Informática. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

7 ANEXOS

Anexo 1 - Boletim de Informação da GFIP

Ano 1 – Nº 5 – Fevereiro de 2001

BOLETIM INFORMATIVO GFIP*Indicadores do Mercado de Trabalho
Formal das Empresas***PREVIDÊNCIA SOCIAL**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA

Boletim Informativo GFIP – Avaliação dos Dados

José Cechin *

Alexandre Zioli Fernandes **

Este Boletim traz dados até o mês de dezembro de 2000. Nesse mês foram processadas as GFIP de, aproximadamente, 2,1 milhões de estabelecimentos. A massa salarial paga aos empregados declarada no mês de dezembro foi R\$12,7 bilhões, sendo distribuída entre 17,4 milhões de empregados. A remuneração nominal média dos empregados, que iniciou o ano com uma tendência de queda, recuperou-se a partir de abril e manteve-se em crescimento até dezembro, fechando a série histórica em R\$731,01. Em termos de rendimentos nominais, o ano de 2000 teve um desempenho superior ao observado em 1999, quando os salários médios mantiveram-se em queda até outubro, recuperando-se apenas nos dois últimos meses do ano. Porém, os aumentos nos salários nominais em 2000 não foram suficientes para recuperar as perdas do ano anterior e os salários reais médios ficaram abaixo do registrado em 1999¹.

1. Estabelecimentos Optantes pelo SIMPLES

1.a. Total de Estabelecimentos e de Vínculos

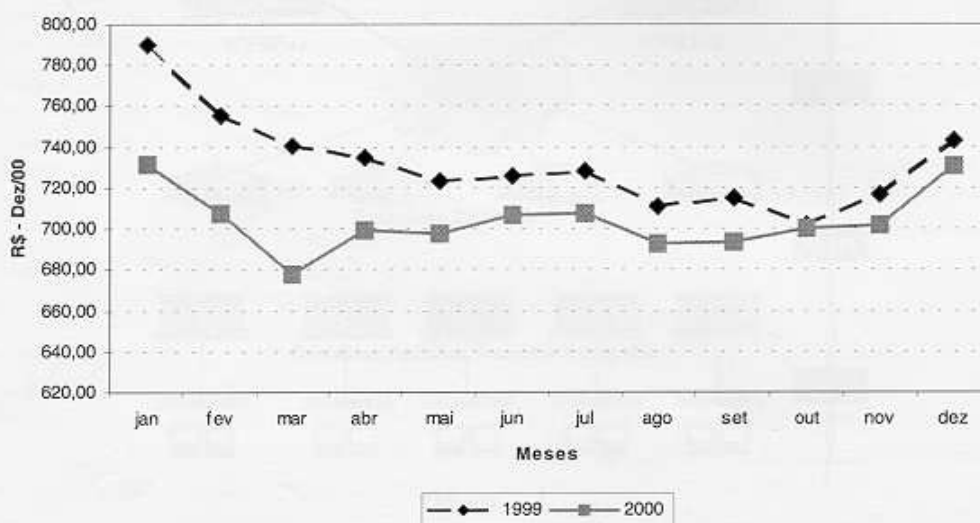
A média de estabelecimentos optantes pelo SIMPLES em 2000 foi de 975 mil estabelecimentos, superior à média de 1999, 917 mil. Esses estabelecimentos mantiveram, em média, 3,9 milhões de empregados no ano de 2000, contra os 3,64 milhões registrados em 1999.

1.b. Médias Salariais

Os salários nominais médios dos empregados do sistema SIMPLES apresentaram uma tendência de queda nos últimos três meses do ano, con-

Figura 1 - Evolução dos Salários Reais Médios - 1999 e 2000

(Valores em R\$ de dezembro de 2000)



* Secretário Executivo do MPAS

** Assessor da Secretaria Executiva do MPAS

¹ Deflacionado pela INPC do IBGE.

trariando a tendência observada para o mercado como um todo. O salário nominal médio de dezembro de 2000, R\$347,38, ficou abaixo do registrado no mesmo mês de 1999, R\$382,65.

1.c. Distribuição dos Estabelecimentos por Atividade Econômica

Os estabelecimentos do SIMPLES estão mais concentrados na atividade de comércio, setor que engloba 63,3% do total desses estabelecimentos, de acordo com os dados de dezembro de 2000. Nesse setor também está concentrada a maioria dos empregados, 46% do total.

1.d. Renúncia Fiscal

Os estabelecimentos optantes pelo SIMPLES trocam o pagamento de todos os seus impostos e contribuições por um percentual sobre o faturamento. Daí decorre uma renúncia fiscal à Previdência Social. Em 2000, o valor repassado pela Secretaria da Receita Federal para a Previdência referente aos estabelecimentos optantes do SIMPLES foi de R\$2 bilhões. A remuneração total paga aos empregados do sistema SIMPLES em 2000 foi de R\$17,6 bilhões, mais 1,4 bilhão de pagamentos do 13º salário, totalizando R\$19 bilhões. A cota patronal a ser paga para a Previdência, em média 22% da massa salarial, seria de R\$4,2 bilhões. Deduzindo o valor repassado à Previdência pela Receita Federal, a renúncia fiscal no ano de 2000 somou R\$2,2 bilhões, ligeiramente superior ao valor de 1999, que ficou em R\$2,1 bilhões.

2. Estabelecimentos de Acordo com o Total de Vínculos

2.a. Distribuição relativa dos Estabelecimentos e Empregados

As empresas de pequeno porte, que mantêm entre 1 e 5 vínculos, responderam por mais da metade do total de estabelecimentos, 57,4%, de acordo com os valores obtidos para o ano de 2000, percentual superior ao registrado para o ano de 1999, de 53,5%. Ainda assim, a maior concentração de empregados encontra-se nas grandes empresas, caracterizadas pelos estabelecimentos que mantêm mais de 250 vínculos. Em 2000, esses estabelecimentos empregaram, em média, 29,0% do total de vínculos. Importante ressaltar que a distribuição por porte de empresa vem se modificando ao longo do tempo. Em 1999 os estabelecimentos de grande porte, que empregaram mais de 100 pessoas, respondiam por 42,7% da força de trabalho formal, caindo para 41,9% em 2000. Por outro lado, os estabelecimentos de pequeno e médio porte, que empregam até 100 pessoas, aumentaram sua participação na força de trabalho total de 57,3% em 1999 para 58,1% em 2000.

2.b. Salários Nominais Médios

Os salários nominais médios apresentaram tendência de aumento durante os últimos três meses do ano para todos os portes de empresas. Considerando o mês de dezembro de 2000 contra dezembro de 1999, o aumento do salário médio em termos reais ocorreu somente entre os estabelecimentos de médio porte, que empregam entre 101 e 250 vínculos, 1,7% – ver Tabela 1.

Tabela 1 – Salários Médios por Porte de Estabelecimento – Dezembro de 1999 e 2000

Porte do Estabelecimento	Salário Nominal Dez/99	Salário Real Dez/99	Salário Nominal Dez/00	Variação (%)
De 1 a 5 Vínculos	342,16	360,20	360,07	-0,04
De 6 a 10 Vínculos	450,49	474,25	472,28	-0,41
De 11 a 50 Vínculos	595,05	626,42	615,82	-1,69
De 51 a 100 Vínculos	712,51	750,08	750,07	0,00
De 101 a 250 Vínculos	819,29	862,49	865,30	0,33
Mais de 250 Vínculos	997,96	1.050,58	1.033,44	-1,63

3. Estabelecimentos de Acordo com a Atividade Econômica

3.a. Distribuição Relativa dos Estabelecimentos e Vínculos

O setor de atividade econômica que concentra a maior parte dos estabelecimentos é o Comércio, respondendo por 37,8% do total em 2000. Esse percentual é praticamente igual ao que foi observado para o ano de 1999, 37,9%. O setor de Serviços, o segundo maior da economia, aumentou a sua participação relativa de 25,4% do total de estabelecimentos em para 27,1% em 2000. A distribuição relativa dos vínculos teve alterações apenas marginais entre os dois anos de análise. O setor de Serviços é o que mais emprega, respondendo por 31,2% do total de vínculos no ano de 2000, seguido pelo Comércio, com 21% do total.

3.b. Remunerações Médias

Os salários nominais médios apresentaram tendência de aumento nos quatro últimos meses do ano para todos os setores de atividade. Em termos reais, o maior aumento foi a Administração Pública, com um ganho real de 2,5% em relação ao ano anterior. O outro setor de atividade que obteve ganhos reais foi o dos Transportes, 0,7% – Tabela 2.

4. Entidades Filantrópicas

O número médio de estabelecimentos que declararam ser entidades filantrópicas em 2000 foi de 6.144, contra 6.133 em 1999. Foram empregadas, em média, 605 mil pessoas, com um salário nominal médio de R\$872,53, 27,3% superior à média de 2000 para todos os empregados, R\$685,36.

4.a. Renúncia Fiscal

Em razão das entidades filantrópicas serem isentas da cota patronal, surge uma renúncia fiscal. Em 1999, essa renúncia foi estimada em R\$1,4 bilhão. De acordo com a GFIP, em 2000, a massa salarial nominal total paga aos empregados pelas entidades filantrópicas foi de R\$6,46 bilhões. Adicionalmente, como 13º salário foi pago R\$543,9 milhões, acumulando R\$7 bilhões. Como a cota patronal das filantrópicas equivaleria, em média, a 21% da massa salarial, a renúncia fiscal em 2000 foi R\$1,47 bilhão, superior portanto à renúncia de 1999.

5. Vínculos de Acordo com o Tempo de Serviço

O tempo de permanência no mesmo emprego de aproximadamente 48% dos empregados é de, no mínimo, dois anos, sendo que aproximadamen-

Tabela 2 – Salários Médios por Atividade Econômica – Dezembro de 1999 e 2000

Setor de Atividade Econômica	Salário Nominal Dez/99	Salário Real Dez/99	Salário Nominal Dez/00	Variação (%)
Agropec./Extr.	395,70	416,57	404,22	-2,96
Indústria Leve	517,02	544,28	530,44	-2,54
Indústria Pesada	995,77	1.048,28	1.043,82	-0,43
Construção civil	514,11	541,22	530,60	-1,96
Comércio	490,29	516,14	510,58	-1,08
Serviços	731,91	770,50	761,88	-1,12
Transportes	839,11	883,35	889,06	0,65
Crédito	2.211,34	2.327,94	2.290,33	-1,62
Adm. Pública	651,44	685,79	702,75	2,47

te 25% do total de empregados permanecem no emprego por um período superior a cinco anos, de acordo com os dados de dezembro de 2000.

5.a. Diferenciais de Salários

O tempo de permanência no emprego tem uma relação direta com o salário médio recebido pelo empregado. O salário nominal médio de dezembro para os empregados que estão há pelo menos cinco anos no emprego foi de R\$ 1.292,18, enquanto que o salário médio pago

para aqueles que estão entre um e três meses no emprego – em período de experiência – é de R\$ 413,01, cerca de um terço do anterior.

6. Vínculos de Acordo com Estratos de Renda

Os empregados foram classificados de acordo com o seu salário padronizado pelo Salário Mínimo vigente, que em dezembro de 2000 era de R\$ 151,00. Os grupos de renda seguem a classificação abaixo:

Grupos	Remuneração	
	Em Salários Mínimos	Em Reais
1	Menos de 1 SM	De R\$ 0,00 até R\$ 150,00
2	Exatamente 1 SM	Igual a R\$ 151,00
3	Até 1,25 SM	De R\$ 151,01 até R\$ 188,75
4	Até 2 SM	De R\$ 188,76 até R\$ 302,00
5	Até 3 SM	De R\$ 302,01 até R\$ 453,00
6	Até 5 SM	De R\$ 453,01 até R\$ 755,00
7	Até 10 SM	De R\$ 755,01 até R\$ 1.510,00
8	Mais de 10 SM	A partir de R\$ 1.510,01

6.a. Distribuição dos Vínculos

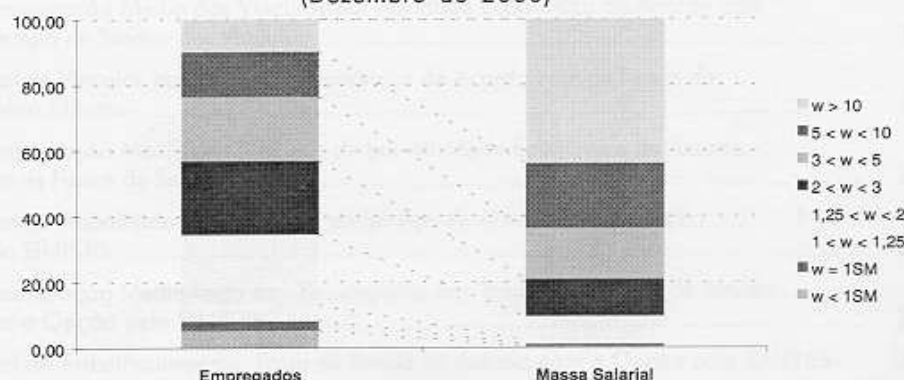
Os empregados que receberam entre dois e três salários mínimos representaram 22,6% do total de empregados em 2000. Essa faixa de renda engloba a maior parte dos empregados do setor formal. Logo a seguir estão os empregados que receberam entre 1,25 e 2 salários mínimos, respondendo por 21,8% do total. Durante o ano

de 2000, em média 3% dos empregados receberam exatamente R\$ 151,00.

6.b. Concentração de Renda

Os resultados levantados para dezembro de 2000 revelaram que 9,8% dos empregados apropriaram-se de 44% de toda a massa salarial paga, enquanto que 56,9% dos empregados apropriaram-se de apenas 20,9% da massa salarial – Figura 2.

Tabela 2 – Distribuição Relativa da Massa Salarial entre os Empregados (Dezembro de 2000)



Anexo Estatístico

TabelaPágina

Parte I – Dados Regionais – Dezembro de 2000

I.1.a – Quantidade Total de Estabelecimentos por UF de Acordo com a Opção Pelo SIMPLES	17
I.1.b – Quantidade Total de Vínculos por UF de Acordo com a Opção Pelo SIMPLES	17
I.1.d – Remuneração Média por UF de Acordo com a Opção pelo SIMPLES	18
I.2.a – Quantidade Total de Estabelecimentos por UF de Acordo com o Total de Vínculos	19
I.2.b – Quantidade Total de Vínculos por UF de Acordo com o Total de Vínculos	20
I.2.d – Remuneração Média por UF de Acordo com o Total de Vínculos	21
I.3.a – Quantidade Total de Estabelecimentos por UF de Acordo com a Atividade Econômica	22
I.3.b – Quantidade Total de Vínculos por UF de Acordo com a Atividade Econômica	23
I.3.d – Remuneração Média por UF de Acordo com a Atividade Econômica	24
I.4.e – Quantidade, Vínculos e Remunerações das Entidades Filantrópicas por UF	25
I.5.a – Total de Vínculos Expostos a Agentes Nocivos por UF de Acordo com o Tempo de contribuição para a Aposentadoria Especial	26
I.5.c – Remuneração Média dos Vínculos Expostos a Agentes Nocivos por UF de Acordo com o Tempo de contribuição para a Aposentadoria Especial	27
I.6.a – Quantidade Total de Vínculos das Empresas por UF de Acordo com o Tempo de Serviço	28
I.6.b – Remuneração Média dos Vínculos das Empresas por UF de Acordo com o Tempo de Serviço	29
I.7.a – Quantidade Total de Vínculos das Empresas por UF de Acordo com as Faixas de Salário Mínimo	30
I.7.b – Remuneração Média dos Vínculos das Empresas por UF de Acordo com as Faixas de Salário Mínimo	31
I.8.a – Total de Vínculos por Atividade Econômica de Acordo com o Tempo de Serviço dos Vínculos	32
I.8.b – Remuneração Média dos Vínculos por Atividade Econômica de Acordo com o Tempo de Serviço dos Vínculos	32
I.9.a – Total de Vínculos por Atividade Econômica de Acordo com as Faixas de Salário Mínimo	33
I.9.b – Remuneração Média dos Vínculos de por Atividade Econômica de Acordo com as Faixas de Salário Mínimo	33
I.10.a – Total de Trabalhadores por Tempo de Serviço de Acordo com a Opção pelo SIMPLES	34
I.10.b – Remuneração Média Paga aos Empregados por Tempo de Serviço de Acordo com a Opção pelo SIMPLES	34
I.11.a – Total de Trabalhadores por Faixa de Renda de Acordo com a Opção pelo SIMPLES ...	35

I.11.b – Salário Médio dos Empregados por Faixa de Renda de Acordo com a Opção pelo SIMPLES	35
I.12.a – Total de Estabelecimentos por Atividade Econômica de Acordo com a Opção pelo SIMPLES	36
I.12.b – Total de Empregados por Atividade Econômica de Acordo com a Opção pelo SIMPLES	36
I.12.c – Salário Médio dos Empregados por Atividade Econômica de Acordo com a Opção pelo SIMPLES	36

Parte II – Séries Temporais – Brasil

II.1.a – Quantidade Total de Estabelecimentos de Acordo com a Opção Pelo SIMPLES	37
II.1.b – Quantidade Total de Vínculos de Acordo com a Opção Pelo SIMPLES	37
II.1.d – Remuneração Média de Acordo com a Opção pelo SIMPLES	38
II.2.a – Quantidade Total de Estabelecimentos de Acordo com o Total de Vínculos	39
II.2.b – Quantidade Total de Vínculos de Acordo com o Total de Vínculos	40
II.2.d – Remuneração Média de Acordo com o Total de Vínculos	41
II.3.a – Quantidade Total de Estabelecimentos de Acordo com a Atividade Econômica	42
II.3.b – Quantidade Total de Vínculos de Acordo com a Atividade Econômica	43
II.3.d – Remuneração Média de Acordo com a Atividade Econômica	44
II.4.e – Quantidade, Vínculos e Remunerações das Entidades Filantrópicas	45
II.5.a – Total de Vínculos Expostos a Agentes Nocivos de Acordo com o Tempo de contribuição para a Aposentadoria Especial	46
II.5.b – Remuneração Total dos Vínculos Expostos a Agentes Nocivos de Acordo com o Tempo de contribuição para a Aposentadoria Especial	47
II.6.a – Quantidade Total de Vínculos das Empresas de Acordo com o Tempo de Serviço	48
II.6.b – Remuneração Média dos Vínculos das Empresas de Acordo com o Tempo de Serviço	48
II.7.a – Quantidade Total de Vínculos das Empresas de Acordo com a Faixa de Salário Mínimo	49
II.7.b – Remuneração Média dos Vínculos das Empresas de Acordo com as Faixas de Salário Mínimo	49

Anexo 2 - Meta-dados e meta-informações do CNIS disponíveis no CIPS

Catálogo de Informações da Previdência Social



DATAPREV

EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



INSS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



MPAS

Ministério da Previdência e Assistência Social

QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS EMPREGADORES**DESCRIÇÃO**

Corresponde à quantidade de estabelecimentos empregadores cadastrados no CNIS. Inclui estabelecimentos identificados pelo CGC e contribuintes da Previdência Social identificados pelo CEI. Estabelecimento é definido como as unidades de cada empresa podendo ser matriz ou filial.

UNIDADE

Estabelecimento empregador

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Mensal

PROCESSO DE OBTENÇÃO

O cadastro de empregadores do CNIS é formado pela confrontação de dados do cadastro do CGC (Receita Federal), do cadastro da Previdência Social (Área de Arrecadação), do cadastro da Lei 4.923/65 do Ministério do Trabalho (DATAMEC) e do FGTS (Caixa Econômica Federal).

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Cadastro CGC, cadastro CEI, cadastro da Lei 4.923/65 e cadastro do FGTS

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

MF/Receita Federal, INSS/Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Ministério do Trabalho e Caixa Econômica Federal

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARDC.P/Divisão do Cadastro de Empregadores - DICE.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Relatório "Estatística sobre a Base de Dados de Empregador"	Mensal	-UF -Microempresa -Natureza jurídica -Tipo de empregador (CGC e CEI)	DATAPREV/DECN.P/ ARDC.P/Divisão do Cadastro de Empregadores - DICE.P

GESTOR

MPAS/Secretaria Executiva e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

QUANTIDADE DE TRABALHADORES EMPREGADOS**DESCRIÇÃO**

Corresponde à quantidade de trabalhadores empregados que possuem ou possuíram vínculo empregatício.

UNIDADE

Trabalhador

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Mensal

PROCESSO DE OBTENÇÃO

A DATAPREV recebe movimento de atualização dos cadastros dos sistemas responsáveis pelo cadastramento dos trabalhadores - PIS e PASEP - e registra na Base de Trabalhadores do CNIS os trabalhadores incluídos, atualizando ou complementando os dados dos trabalhadores já existentes na Base. A partir da Base atualizada são extraídas estatísticas para acompanhamento do crescimento da base e para verificação da qualidade dos dados.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Cadastro PIS e Cadastro PASEP

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

Caixa Econômica Federal (PIS) e Banco do Brasil (PASEP)

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARDC.P/Divisão do Cadastro de Trabalhadores - DICT.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Relatório Estatístico da Qualidade das Informações da Base de Trabalhadores do CNIS	Mensal	-Ano do cadastramento -Ano de nascimento -Grau de instrução -Nacionalidade -Sistema Administrador da Conta (PIS/PASEP) -Sexo	DATAPREV/DECN.P/ ARDC.P/Divisão do Cadastro de Trabalhadores - DICT.P

GESTOR

MPAS/Secretaria Executiva e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

TOTAL DE CONTRIBUENTES INDIVIDUAIS CADASTRADOS**DESCRIÇÃO**

Corresponde à quantidade de contribuintes individuais inscritos a partir de 15/06/92 e contribuintes individuais cadastrados anteriormente a esta data que foram recadastrados. São considerados contribuintes individuais os trabalhadores das categorias: autônomo, empresário, facultativo, segurado especial, empregado doméstico e equiparado a autônomo.

UNIDADE

Contribuinte Individual

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Mensal

PROCESSO DE OBTENÇÃO

A DATAPREV recebe os documentos de cadastramento (DCT/CI) e de recadastramento (DR/CI) referentes aos contribuintes individuais, providencia a digitação e efetua a crítica e atualização da Base de Dados.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Base de Dados do Contribuinte Individual

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

INSS/Postos do Seguro Social

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARDC.P/Divisão do Contribuinte Individual - DICI.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Relatório de Distribuição dos Contribuintes Individuais	Mensal	-Órgão emissor do documento (PB ou ECT) -Tipo de contribuinte	DATAPREV/DECN.P/ ARDC.P/Divisão do Contribuinte Individual - DICI.P

GESTOR

INSS/DSS/CGB/Divisão de Inscrição e Cadastro de Beneficiários

TOTAL DE CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS RECADASTRADOS**DESCRIÇÃO**

Corresponde à quantidade de contribuintes individuais cadastrados até 14/06/92 e que foram recadastrados. São considerados contribuintes individuais os trabalhadores das categorias: autônomo, empresário, facultativo, segurado especial, empregado doméstico e equiparado a autônomo.

UNIDADE

Contribuinte Individual

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Mensal

PROCESSO DE OBTENÇÃO

A DATAPREV recebe os documentos de cadastramento (DR/CI) referentes aos contribuintes individuais, providencia a digitação e efetua a crítica e atualização da Base de Dados.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Base de Dados do Contribuinte Individual

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

INSS/Postos do Seguro Social

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARDC.P/Divisão do Contribuinte Individual - DICLP

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Relatório de Distribuição dos Contribuintes Individuais	Mensal	-UF -Tipo de contribuinte	DATAPREV/DECN.P/ ARDC.P/Divisão do Contribuinte Individual - DICLP

GESTOR

INSS/DSS/CGB/Divisão de Inscrição e Cadastro de Beneficiários

VALOR DA MASSA SALARIAL**DESCRIÇÃO**

Corresponde a soma do valor das remunerações mensais e 13º salário por estabelecimento empregador.

UNIDADE

Salário Mínimo

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Anual

PROCESSO DE OBTENÇÃO

A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS é preenchida anualmente pelos estabelecimentos empregadores, processada pelo SERPRO e uma cópia do resultado deste processamento é enviada para o CNIS. A informação é obtida a partir da agregação, por estabelecimento empregador, de remunerações mensais e 13º salário individualizados por vínculos empregatícios informados ao CNIS através da RAIS.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

MTb/SPES/Coordenação-Geral de Informações para o Trabalho - CGIT

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Sistema de consultas CNISA	Anual	-Competência (mês e ano) -Faixa de contribuição	DATAPREV/DECN.P/ ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P
Sistema GIRAFa	Anual	-Competência (mês e ano) -Faixa de contribuição	DATAPREV/DDE/ DEMS.E/ANAR.E/ Divisão de Fiscalização - DIFIE
Sistema cruzamento de informações CNIS x GRPS	Anual	-UF -GRAF	DATAPREV/DECN.P/ ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

GESTOR

MPAS/Secretaria Executiva - SE e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

QUANTIDADE DE ADMISSÕES**DESCRIÇÃO**

Corresponde à quantidade de admissões efetuadas por estabelecimento empregador, qualquer que seja sua origem. Inclui as transferências de empregados de um estabelecimento para outro da mesma empresa.

UNIDADE

Admissão

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Anual

PROCESSO DE OBTENÇÃO

A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS é preenchida anualmente pelos estabelecimentos empregadores, processada pelo SERPRO e uma cópia do resultado deste processamento é enviada para o CNIS. A informação é obtida pela agregação, por estabelecimento empregador, de vínculos empregatícios com datas de admissão corretamente informadas ao CNIS através da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

MTb/SPES/Coordenação-Geral de Informações para o Trabalho - CGIT

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Sistema de consultas CNISA	Anual	-Competência (mês e ano)	DATAPREV/DECN.P/ ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P
Sistema GIRAFa	Anual	-Competência (mês e ano)	DATAPREV/DDE/DEMSE/ ANARE/Divisão de Fiscalização - DIFIE

GESTOR

MPAS/Secretaria Executiva - SE e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

QUANTIDADE DE RESCISÕES**DESCRIÇÃO**

Corresponde à quantidade de rescisões contratuais de vínculos empregatícios por estabelecimento empregador, por qualquer motivo, seja por iniciativa do empregador ou do empregado.

UNIDADE

Rescisão

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Anual

PROCESSO DE OBTENÇÃO

A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS é preenchida anualmente pelos estabelecimentos empregadores, processada pelo SERPRO e uma cópia do resultado deste processamento é enviada para o CNIS. A informação é obtida pela agregação, por estabelecimento empregador, de vínculos empregatícios com datas de rescisão corretamente informadas ao CNIS através da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

MTb/SPES/Coordenação-Geral de Informações para o Trabalho - CGIT

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Sistema de consultas CNISA	Anual	-Competência (mês e ano)	DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P
Sistema GIRAFa	Anual	-Competência (mês e ano)	DATAPREV/DDE/DEMS.E/ANARE/Divisão de Fiscalização - DIFI.E

GESTOR

MPAS/Secretaria Executiva - SE e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

QUANTIDADE DE RESCISÕES**DESCRIÇÃO**

Corresponde à quantidade de rescisões contratuais de vínculos empregatícios por estabelecimento empregador, por qualquer motivo, seja por iniciativa do empregador ou do empregado.

UNIDADE

Rescisão

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Anual

PROCESSO DE OBTENÇÃO

A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS é preenchida anualmente pelos estabelecimentos empregadores, processada pelo SERPRO e uma cópia do resultado deste processamento é enviada para o CNIS. A informação é obtida pela agregação, por estabelecimento empregador, de vínculos empregatícios com datas de rescisão corretamente informadas ao CNIS através da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

MTb/SPES/Coordenação-Geral de Informações para o Trabalho - CGIT

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Sistema de consultas CNISA	Anual	-Competência (mês e ano)	DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P
Sistema GIRAFa	Anual	-Competência (mês e ano)	DATAPREV/DDE/DEMS.E/ANAR.E/Divisão de Fiscalização - DIFI.E

GESTOR

MPAS/Secretaria Executiva - SE e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

QUANTIDADE DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS**DESCRIÇÃO**

Corresponde à quantidade de vínculos empregatícios mantidos por estabelecimentos empregadores. Entende-se como vínculo empregatício o contrato formal de trabalho, segundo regras definidas em lei, através do qual um trabalhador exerce suas atividades laborativas, para um estabelecimento empregador, em troca de uma remuneração periódica.

UNIDADE

Vínculo empregatício

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Anual

PROCESSO DE OBTENÇÃO

A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS é preenchida anualmente pelos estabelecimentos empregadores, processada pelo SERPRO e uma cópia do resultado deste processamento é enviada para o CNIS. A informação é obtida pela agregação, por estabelecimento empregador, de vínculos empregatícios com remuneração(mes) mensal(is) informados ao CNIS através da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

MTb/SPES/Coordenação-Geral de Informações para o Trabalho - CGIT

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Sistema de consultas CNISA	Anual	-Competência (mês e ano)	DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P
Sistema GIRAFa	Anual	-Competência (mês e ano)	DATAPREV/DDE/DEMS.E/ANARE/Divisão de Fiscalização - DIFI.E

GESTOR

MPAS/Secretaria Executiva - SE e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA POTENCIAL**DESCRIÇÃO**

Corresponde ao valor potencial de contribuição previdenciária calculado por empresa de acordo com a legislação vigente à época.

UNIDADE

Salário mínimo

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Eventual

PROCESSO DE OBTENÇÃO

Agregação por estabelecimento empregador da soma das contribuições previdenciárias potenciais devidas pelo trabalhador empregado e pelo empregador, calculados individualmente sobre cada remuneração informada ao CNIS, de acordo com a legislação vigente à época, e referentes a aspectos tais como tetos de contribuição, 13º salário, SAT e FPAS.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Base de dados agregados do CNIS

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Sistema GIRAFa	Anual	-Competência (mês e ano) -Faixa de contribuição	DATAPREV/DDE/ DEMS.E/ANAR.E/Divi- são de Fiscalização - DIFI.E
Sistema de cruzamento de informações CNIS x GRPS	Eventual	-UF -GRAF	DATAPREV/DECN.P/ ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

GESTOR

MPAS/Secretaria Executiva - SE e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EFETIVA DO EMPREGADOR**DESCRIÇÃO**

Corresponde ao valor de contribuição previdenciária recolhida, via GRPS, calculado por empresa.

UNIDADE

Salário mínimo

PERIODICIDADE DE GERAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Eventual

PROCESSO DE OBTENÇÃO

Agregação por estabelecimento empregador da soma das contribuições previdenciárias efetivas recolhidas pelo estabelecimento empregador (referentes às parcelas devidas dos trabalhadores e do empregador) via GRPS. Não inclui, entre outras, as parcelas referentes a terceiros, deduções, débitos, juros e atualizações monetárias.

FONTE DOS DADOS PRIMÁRIOS

Base de dados agregados do CNIS e base de dados de arrecadação previdenciária

RESPONSÁVEL PELOS DADOS PRIMÁRIOS

DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO

DATAPREV/DECN.P/ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO

NOME	ATUALIZAÇÃO	CLASSIFICADORES	DISSEMINADOR
Aplicativo de cruzamento de informações CNIS x GRPS	Eventual	- UF - GRAF	DATAPREV/DECN.P/ ARVR.P/Divisão de Vínculos e Remunerações - DIVR.P

GESTOR

MPAS/Secretaria Executiva - SE e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Anexo 3 – Dados de CI no CNIS disponíveis no AEPS

Anuário Estatístico da Previdência Social

1999



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 31 - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS E FACULTATIVOS

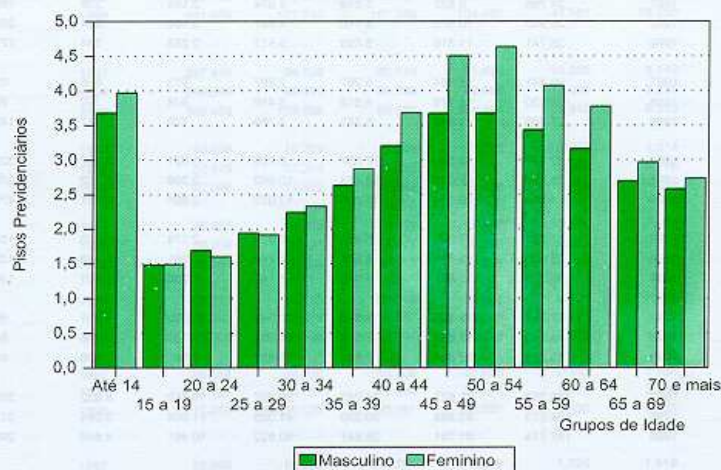
31.1 - Quantidade de contribuintes e valor da contribuição, por sexo, segundo o tipo de contribuinte - 1997/99

TIPO DE CONTRIBUINTE	Anos	CONTRIBUENTES							
		Quantidade				Valor da Contribuição (em Físos Previdenciários)			
		Total	Sexo			Total	Sexo		
			Masculino	Feminino	Ignorado		Masculino	Feminino	Ignorado
TOTAL.....	1997	6.365.345	2.688.063	3.195.324	481.958	17.830.237	8.665.065	7.688.381	1.476.790
	1998	6.057.073	2.473.918	3.160.975	422.180	17.349.620	8.217.175	7.799.885	1.332.560
	1999	6.260.760	2.576.815	3.290.680	393.257	17.837.555	8.482.948	8.087.781	1.266.826
Autônomo.....	1997	2.419.206	1.287.981	1.117.278	13.947	6.650.961	3.778.938	2.834.307	37.716
	1998	2.231.562	1.177.026	1.040.301	13.335	6.309.016	3.546.203	2.726.820	35.993
	1999	2.269.463	1.204.863	1.052.338	12.262	6.422.972	3.626.427	2.759.502	35.043
Empresário.....	1997	1.554.436	950.150	596.219	8.067	5.269.340	3.586.027	1.674.275	27.038
	1998	1.403.886	846.741	550.043	7.102	4.996.308	3.350.432	1.621.002	24.874
	1999	1.465.148	875.298	583.087	6.763	5.177.054	3.452.828	1.699.790	24.435
Doméstico.....	1997	1.201.621	149.044	1.041.740	10.837	2.578.939	396.501	2.157.199	25.239
	1998	1.286.649	148.996	1.126.282	11.371	2.819.328	409.859	2.382.960	26.509
	1999	1.328.537	145.671	1.172.379	10.487	2.936.905	410.772	2.500.064	26.069
Facultativo.....	1997	420.790	165.774	250.763	4.253	1.170.265	537.893	620.056	12.316
	1998	414.086	161.506	248.767	3.813	1.174.986	530.933	632.226	11.825
	1999	419.203	161.602	254.247	3.354	1.250.307	565.210	673.968	11.129
Contribuinte Individual.....	1997	142.078	56.261	84.408	1.409	262.421	110.310	149.334	2.777
	1998	164.105	66.422	96.005	1.678	337.668	144.918	189.363	3.367
	1999	151.471	64.565	85.426	1.480	334.272	150.605	180.330	3.337
Segurado Especial.....	1997	14.596	9.904	4.581	111	23.428	17.745	5.539	144
	1998	13.591	8.816	4.687	88	23.049	16.944	5.964	121
	1999	13.762	8.886	4.797	79	23.440	16.952	6.372	116
Equiparado a Autônomo.....	1997	48.101	29.362	17.454	1.285	144.591	94.504	46.914	3.172
	1998	45.252	27.789	16.325	1.138	142.093	92.998	46.254	2.841
	1999	44.904	28.146	15.782	976	145.278	96.792	45.717	2.769
Ignorado.....	1997	564.517	39.587	62.881	442.049	1.710.292	141.146	200.757	1.368.389
	1998	497.942	35.722	78.565	383.655	1.547.173	124.889	195.275	1.227.010
	1999	568.272	67.784	122.532	357.956	1.547.326	161.361	222.037	1.163.927

FONTE: DATAPREV, CNIS.

NOTA: As diferenças porventura existentes entre soma de parcelas e totais desta tabela, bem como entre totais de tabelas deste capítulo, são provenientes de arredondamento.

CONTRIBUIÇÃO ANUAL MÉDIA POR GRUPOS DE IDADE E SEXO - 1999



FONTE: DATAPREV, CNIS.

CAPÍTULO 31 - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS E FACULTATIVOS

31.2 - Quantidade de contribuintes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1997/99

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Anos	QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES								
		Total	Tipo							
			Autônomo	Empresário	Doméstico	Facultativo	Contribuinte Individual	Segurado Especial	Equiparado a Autônomo	Ignorado
BRASIL.....	1997	6.365.345	2.419.206	1.554.436	1.201.621	420.790	142.076	14.596	48.101	564.517
	1998	6.057.073	2.231.562	1.403.886	1.286.649	414.086	164.105	13.591	45.252	497.942
	1999	6.260.760	2.269.463	1.465.148	1.328.537	419.203	151.471	13.762	44.904	568.272
NORTE.....	1997	99.076	37.512	24.654	19.235	4.243	1.705	350	917	10.460
	1998	101.280	38.211	23.730	22.527	4.105	2.046	237	942	9.492
	1999	104.968	38.461	25.951	24.429	3.909	2.321	558	1.057	8.282
Rorônia.....	1997	10.394	3.575	2.126	2.778	506	312	44	126	627
	1998	11.817	3.026	3.302	3.409	533	367	42	143	965
	1999	15.004	2.976	6.135	3.774	521	432	73	171	922
Acre.....	1997	2.461	604	616	780	112	59	10	27	253
	1998	2.677	624	564	965	142	77	7	40	278
	1999	3.211	867	775	1.030	131	85	17	44	259
Amazonas.....	1997	28.919	10.566	9.810	2.942	1.789	341	68	308	3.074
	1998	28.497	11.061	9.172	3.364	1.596	474	54	288	2.488
	1999	26.678	10.668	8.272	3.434	1.397	594	152	347	1.994
Roraima.....	1997	3.019	722	1.479	378	82	27	11	34	286
	1998	4.519	2.182	1.356	472	89	113	4	26	277
	1999	4.677	2.298	1.330	499	91	156	4	28	271
Pará.....	1997	46.348	19.607	7.787	11.047	1.339	784	158	287	5.339
	1998	45.399	18.641	6.931	12.461	1.318	820	76	306	4.647
	1999	45.768	18.786	6.627	13.466	1.308	832	242	312	4.186
Amapá.....	1997	2.103	485	748	560	104	27	11	19	149
	1998	1.928	425	560	668	91	18	11	14	141
	1999	2.118	543	459	776	85	26	3	18	208
Tocantins.....	1997	5.632	1.933	2.086	750	311	155	48	115	432
	1998	6.443	2.252	1.855	1.198	336	177	43	126	456
	1999	7.312	2.303	2.353	1.450	376	193	67	137	433
NORDESTE.....	1997	651.256	282.313	111.494	121.085	41.665	14.913	3.175	4.025	72.596
	1998	625.005	265.600	98.598	134.103	38.190	16.943	2.717	3.923	64.941
	1999	630.262	268.416	105.962	143.090	35.697	16.146	2.527	4.090	54.334
Maranhão.....	1997	24.786	8.822	5.376	4.074	2.194	236	169	297	3.614
	1998	26.985	10.675	4.710	4.687	2.168	294	250	281	3.720
	1999	26.741	11.319	5.395	5.517	2.283	344	277	311	3.295
Piauí.....	1997	29.441	15.764	5.297	2.897	913	656	61	149	3.704
	1998	27.120	14.176	4.616	3.416	808	750	92	126	3.136
	1999	27.385	13.815	5.382	3.769	723	747	145	130	2.674
Ceará.....	1997	82.047	39.594	17.537	8.703	3.021	2.167	322	573	10.130
	1998	81.132	39.013	15.464	10.662	3.269	2.752	279	552	9.141
	1999	84.648	40.184	17.830	12.075	2.801	2.841	470	492	7.965
Rio Grande do Norte.....	1997	37.561	17.345	5.461	6.850	2.174	1.070	134	371	4.156
	1998	35.606	15.518	4.861	7.744	1.991	1.448	133	307	3.584
	1999	35.273	15.675	4.945	8.142	1.738	1.421	128	289	2.935
Paraíba.....	1997	47.693	19.806	8.699	10.347	3.080	661	56	251	4.763
	1998	44.510	17.654	7.578	11.502	2.709	736	64	246	4.019
	1999	43.236	16.686	7.531	11.637	2.561	828	86	270	3.437
Pernambuco.....	1997	178.252	71.627	34.743	39.307	13.310	4.832	330	873	13.230
	1998	164.573	63.869	30.230	41.085	11.504	5.094	312	864	11.615
	1999	157.774	61.751	28.641	40.922	10.461	4.645	299	848	10.207
Alagoas.....	1997	44.945	24.295	4.114	5.657	1.529	1.285	105	106	7.854
	1998	41.819	21.583	3.746	6.775	1.370	1.343	114	123	6.765
	1999	40.016	21.012	3.682	7.016	1.231	1.264	91	139	5.561

CAPÍTULO 31 - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS E FACULTATIVOS

31.2 - Quantidade de contribuintes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1997/99

(conclusão)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Anos	QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES								
		Total	Tipo							
			Autônomo	Empresário	Doméstico	Facultativo	Contribuinte Individual	Segurado Especial	Equiparado a Autônomo	Ignorado
Sergipe.....	1997	32.393	11.433	5.423	6.540	4.527	344	70	224	3.832
	1998	30.393	10.715	4.582	7.241	4.047	367	52	199	3.190
	1999	28.962	10.137	4.418	7.729	3.435	414	58	206	2.557
Bahia.....	1997	174.138	73.627	24.832	36.710	10.907	3.640	1.928	1.181	21.313
	1998	172.867	72.397	22.781	40.791	10.324	4.159	1.421	1.223	19.771
	1999	184.235	77.635	28.136	46.283	10.484	3.642	975	1.405	15.693
SUDESTE.....	1997	4.141.285	1.628.742	991.388	782.319	272.564	85.787	6.794	28.347	345.244
	1998	3.917.185	1.495.623	887.089	829.223	270.917	100.518	6.562	26.997	300.256
	1999	3.845.782	1.486.388	882.662	825.023	271.544	90.708	5.998	25.977	257.482
Minas Gerais.....	1997	862.175	345.332	199.711	175.318	39.368	18.532	2.510	8.443	74.961
	1998	809.979	313.045	180.254	185.645	36.515	17.750	2.371	7.814	68.585
	1999	800.629	307.766	186.970	185.510	34.834	18.132	2.183	7.451	58.103
Espírito Santo.....	1997	107.422	44.312	20.969	23.751	5.404	1.225	300	839	10.592
	1998	108.682	43.632	19.789	27.878	5.479	1.270	381	843	9.410
	1999	108.958	42.391	22.453	27.884	5.408	1.409	480	885	8.248
Rio de Janeiro.....	1997	947.959	531.805	131.141	144.649	20.873	40.035	650	2.856	75.950
	1998	901.836	492.173	116.148	153.615	20.532	45.577	662	2.798	70.331
	1999	881.596	493.430	112.222	155.368	21.095	36.223	507	2.840	59.923
São Paulo.....	1997	2.223.729	707.293	639.537	438.601	207.019	27.995	3.334	16.209	183.741
	1998	2.096.688	646.773	570.898	462.085	208.391	35.921	3.148	15.542	153.930
	1999	2.054.299	642.801	561.017	456.473	210.207	34.944	2.848	14.801	131.208
SUL.....	1997	1.178.083	365.792	367.546	202.728	85.197	32.013	3.253	11.185	110.379
	1998	1.132.724	340.390	342.515	216.142	84.827	35.786	3.151	10.422	99.501
	1999	1.118.941	335.599	357.225	208.761	85.342	30.189	3.267	10.081	88.477
Paraná.....	1997	317.505	87.927	104.804	62.084	24.712	4.130	837	4.387	28.614
	1998	308.949	83.307	96.600	68.857	24.414	5.298	827	4.218	25.428
	1999	307.715	82.339	101.811	66.158	24.085	5.770	776	3.985	22.781
Santa Catarina.....	1997	251.533	86.843	83.999	35.198	16.829	6.303	1.252	1.729	19.382
	1998	244.049	81.122	80.154	38.265	16.753	7.009	1.119	1.729	17.898
	1999	250.170	81.517	88.145	38.136	16.696	6.161	1.125	1.707	16.683
Rio Grande do Sul.....	1997	609.045	191.012	178.743	105.438	43.656	21.580	1.164	5.069	62.363
	1998	579.726	175.951	185.761	108.020	43.660	23.479	1.205	4.475	56.175
	1999	561.055	171.743	167.269	104.487	44.561	18.258	1.366	4.389	49.003
CENTRO-OESTE.....	1997	267.445	94.798	55.110	71.436	15.295	6.142	930	2.962	20.772
	1998	269.543	89.077	50.794	82.086	15.680	8.235	840	2.848	20.003
	1999	359.458	120.769	85.570	104.464	18.543	8.313	731	3.221	17.847
Mato Grosso do Sul.....	1997	53.838	18.224	12.864	13.716	2.673	1.074	168	688	4.433
	1998	52.575	17.254	11.826	15.183	2.583	1.178	172	683	3.736
	1999	52.096	17.412	12.109	14.968	2.376	1.263	155	710	3.103
Mato Grosso.....	1997	35.832	9.433	9.469	7.940	3.819	960	237	478	3.496
	1998	36.204	9.121	8.877	9.090	4.001	1.388	188	454	3.105
	1999	37.064	9.703	10.116	9.231	3.660	1.140	152	490	2.592
Goiás.....	1997	97.213	40.215	22.069	16.067	6.421	2.922	419	1.159	7.811
	1998	94.943	36.975	19.707	19.658	6.323	3.453	350	1.127	7.350
	1999	99.005	38.529	23.154	20.228	6.077	3.107	329	1.118	6.463
Distrito Federal.....	1997	80.562	26.826	10.708	33.683	2.382	1.186	106	639	4.932
	1998	85.821	25.727	10.384	38.175	2.773	2.236	130	584	5.812
	1999	171.273	55.125	40.191	60.037	6.430	2.803	95	903	5.689
Ignorada.....	1997	28.200	10.059	4.254	4.818	1.726	1.518	94	665	5.066
	1998	11.336	2.671	1.170	2.568	387	577	84	120	3.759
	1999	201.349	19.830	7.778	22.770	4.168	3.794	681	478	141.850

FONTE: DATAPREV, CNIS

CAPÍTULO 31 - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS E FACULTATIVOS

31.3 - Valor da contribuição, por tipo de contribuinte, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1997/99

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Anos	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO (EM PISOS PREVIDENCIÁRIOS)								
		Total	Tipo de Contribuinte							
			Autônomo	Empresário	Doméstico	Facultativo	Contribuinte Individual	Segurado Especial	Equiparado a Autônomo	Ignorado
BRASIL.....	1997	17.830.237	6.650.961	5.289.340	2.578.939	1.170.265	262.421	23.428	144.591	1.710.292
	1998	17.349.620	6.309.016	4.996.307	2.819.328	1.174.986	337.668	23.049	142.093	1.547.173
	1999	17.837.555	6.422.972	5.177.054	2.936.905	1.250.307	334.272	23.440	145.278	1.547.326
NORTE.....	1997	251.170	93.393	76.965	35.278	10.131	3.167	329	2.549	29.358
	1998	250.449	92.483	74.152	40.141	10.088	3.855	287	2.508	26.933
	1999	261.454	96.184	77.977	43.331	11.082	4.151	350	2.765	25.614
Roraima.....	1997	22.820	7.298	6.287	4.591	1.075	467	53	375	2.723
	1998	24.215	8.543	7.317	5.498	1.124	640	57	387	2.649
	1999	31.508	7.355	12.761	6.075	1.352	665	76	484	2.740
Acre.....	1997	6.548	1.645	2.091	1.331	350	115	15	86	913
	1998	8.779	1.866	1.952	1.586	461	139	23	77	875
	1999	7.760	1.983	2.333	1.706	610	152	23	64	888
Amazonas.....	1997	73.973	25.207	28.041	6.103	3.903	988	69	798	9.185
	1998	73.910	25.953	27.796	6.950	3.666	884	50	812	7.798
	1999	72.391	26.646	26.147	7.244	3.567	1.118	80	879	6.710
Roraima.....	1997	7.044	1.640	3.588	661	229	45	13	67	782
	1998	6.198	2.839	3.368	846	254	135	5	47	703
	1999	7.956	2.794	3.136	873	278	153	1	42	682
Pará.....	1997	122.080	51.740	29.629	20.399	3.581	1.548	101	855	14.226
	1998	117.985	49.143	27.007	22.331	3.590	1.899	84	859	13.271
	1999	120.589	50.570	26.426	24.020	4.049	1.678	101	928	12.799
Amapá.....	1997	4.880	1.336	1.832	990	234	39	7	49	383
	1998	4.541	1.174	1.534	1.153	227	33	4	43	372
	1999	4.653	1.302	1.358	1.177	243	41	3	45	483
Tocantins.....	1997	13.828	4.586	5.498	1.183	780	274	71	317	1.157
	1998	14.822	5.165	5.178	1.777	766	325	65	282	1.265
	1999	16.618	5.535	5.816	2.237	985	347	64	303	1.333
NORDESTE.....	1997	1.594.263	678.102	358.889	211.635	97.535	28.513	2.873	10.836	206.180
	1998	1.551.437	660.196	335.295	239.615	94.358	33.464	3.015	10.796	175.698
	1999	1.572.027	666.837	348.386	255.251	93.046	33.506	2.671	11.360	160.969
Maranhão.....	1997	60.131	20.092	15.462	7.615	4.861	407	102	809	10.783
	1998	60.807	21.228	14.415	8.803	4.805	544	119	774	10.117
	1999	65.245	23.486	15.484	9.974	5.008	627	159	828	9.701
Piauí.....	1997	67.960	34.795	15.230	5.236	2.128	1.235	68	437	8.829
	1998	64.451	32.886	13.938	6.156	1.907	1.445	89	397	7.838
	1999	65.105	31.939	15.391	6.871	1.775	1.383	118	387	7.231
Ceará.....	1997	208.565	94.450	58.240	16.118	8.652	3.718	221	1.451	27.704
	1998	215.146	98.217	55.394	19.984	7.546	5.105	195	1.398	26.327
	1999	228.984	103.539	60.052	22.678	7.963	5.779	292	1.353	25.328
Rio Grande do Norte.....	1997	96.505	44.779	20.202	11.856	5.370	2.037	147	870	11.244
	1998	91.751	41.660	18.585	13.208	5.089	2.430	142	757	9.879
	1999	92.652	42.342	18.792	14.104	4.733	2.616	153	782	9.140
Paraíba.....	1997	113.480	47.732	27.166	17.884	6.792	1.284	49	634	12.140
	1998	106.570	43.505	24.808	19.513	6.180	1.486	58	660	10.380
	1999	105.675	42.704	24.981	19.949	6.171	1.572	67	736	9.486
Pernambuco.....	1997	434.154	175.086	108.326	70.686	32.799	9.897	328	2.559	34.505
	1998	416.424	166.145	99.716	78.105	29.687	10.672	303	2.443	31.354
	1999	409.262	164.515	96.981	78.819	28.681	10.247	298	2.588	29.335
Alagoas.....	1997	138.396	64.278	17.258	10.290	3.634	2.485	133	298	40.022
	1998	97.656	49.538	12.521	11.684	3.243	2.742	128	315	17.705
	1999	92.950	48.439	12.245	12.884	3.053	2.253	123	342	15.802

CAPÍTULO 31 - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS E FACULTATIVOS

31.3 - Valor da contribuição, por tipo de contribuinte, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1997/99

(conclusão)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Anos	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO (EM PISOS PREVIDENCIÁRIOS)								
		Total	Tipo de Contribuinte							
			Autônomo	Empresário	Doméstico	Facultativo	Contribuinte Individual	Segurado Especial	Equiparado a Autônomo	Ignorado
Sergipe.....	1997	74.227	26.351	16.409	10.981	9.840	630	66	613	9.337
	1998	71.169	25.079	15.087	12.211	9.446	670	48	539	8.091
	1999	70.338	24.881	15.304	13.387	8.377	889	57	530	7.113
Bahia.....	1997	400.816	170.541	80.295	61.169	25.427	6.820	1.761	3.165	51.636
	1998	427.462	181.136	81.031	70.993	26.471	8.371	1.835	3.514	54.009
	1999	443.804	187.011	89.147	78.975	27.295	8.340	1.407	3.804	47.834
SUDESTE.....	1997	11.910.630	4.537.662	3.481.652	1.777.244	801.659	157.739	13.333	96.751	1.054.589
	1998	11.589.036	4.280.334	3.281.640	1.936.346	811.713	209.995	12.921	85.618	960.472
	1999	11.642.277	4.310.897	3.320.390	1.970.966	860.368	203.995	12.560	85.453	877.648
Minas Gerais.....	1997	2.113.539	841.266	585.139	321.506	103.345	31.277	4.265	23.494	203.216
	1998	2.015.664	785.629	545.824	343.742	97.641	34.787	3.967	22.354	181.750
	1999	2.017.993	778.007	562.022	349.679	98.753	38.588	3.745	22.085	169.116
Espírito Santo.....	1997	244.056	100.491	59.088	36.905	13.024	2.182	434	2.399	29.534
	1998	287.501	116.820	68.457	49.128	16.071	2.846	625	2.857	30.696
	1999	296.849	118.014	75.640	51.219	16.895	3.039	729	2.956	28.377
Rio de Janeiro.....	1997	2.640.845	1.440.259	520.489	331.233	59.052	68.527	841	9.243	211.201
	1998	2.539.637	1.343.395	475.985	356.804	59.218	92.778	802	8.922	201.732
	1999	2.551.089	1.357.724	473.684	371.895	68.675	83.058	828	9.393	185.831
São Paulo.....	1997	6.912.190	2.155.648	2.316.938	1.087.601	626.238	55.753	7.763	51.815	810.638
	1998	6.748.216	2.044.490	2.191.373	1.186.672	638.783	79.584	7.536	51.485	546.294
	1999	6.776.347	2.057.152	2.209.045	1.198.173	678.044	81.312	7.257	51.040	494.324
SUL.....	1997	3.360.229	1.076.909	1.196.769	409.472	222.933	59.711	5.335	34.719	354.381
	1998	3.257.677	1.019.793	1.142.985	438.461	221.132	73.938	5.370	33.902	322.095
	1999	3.366.477	1.045.697	1.216.138	443.697	237.480	70.532	6.001	35.025	311.908
Paraná.....	1997	904.154	257.041	333.730	124.051	65.343	6.693	1.552	13.936	99.806
	1998	887.278	247.806	320.056	159.080	65.277	10.910	1.585	14.026	88.536
	1999	932.532	259.384	344.016	142.218	71.789	12.731	1.731	14.507	88.158
Santa Catarina.....	1997	723.866	246.717	279.072	70.997	45.540	11.896	2.046	5.830	61.767
	1998	707.169	238.247	268.703	77.277	45.827	14.821	1.867	5.831	56.596
	1999	751.335	245.904	297.173	80.515	47.813	14.457	1.952	6.084	57.456
Rio Grande do Sul.....	1997	1.732.209	573.151	583.966	214.423	112.050	39.122	1.737	14.952	192.809
	1998	1.683.230	535.739	554.226	222.103	110.028	48.207	1.918	14.046	176.963
	1999	1.682.610	540.410	574.948	220.967	117.677	43.343	2.317	14.454	168.294
CENTRO-OESTE.....	1997	652.193	239.387	162.494	136.774	34.649	11.115	1.402	8.672	57.101
	1998	676.641	240.282	159.391	159.961	36.786	15.271	1.406	9.082	54.464
	1999	795.224	276.392	201.960	192.614	42.394	16.803	1.334	9.932	53.796
Mato Grosso do Sul.....	1997	129.901	46.860	36.527	24.180	6.190	2.057	304	2.299	11.485
	1998	127.786	44.915	35.047	28.683	5.877	2.444	349	2.475	9.995
	1999	129.602	45.802	36.086	27.026	5.810	2.583	353	2.627	9.333
Mato Grosso.....	1997	54.476	24.299	25.648	14.267	7.300	1.636	352	1.206	9.567
	1998	85.701	23.913	25.141	16.336	8.031	2.383	286	1.288	8.323
	1999	90.042	24.941	27.969	17.155	8.205	2.257	256	1.378	7.680
Goiás.....	1997	229.317	93.004	63.042	27.883	14.929	4.694	617	3.168	21.981
	1998	245.585	97.555	63.636	36.014	16.100	6.512	634	3.395	21.740
	1999	257.260	101.140	69.873	39.306	15.832	6.387	585	3.433	20.705
Distrito Federal.....	1997	208.498	75.824	37.077	70.444	6.230	2.728	129	1.999	14.088
	1998	217.589	73.899	35.568	80.928	6.778	3.932	137	1.923	14.405
	1999	318.319	104.509	66.053	109.127	12.547	5.575	138	2.493	15.877
Ignorada.....	1997	61.752	24.908	12.871	8.537	3.358	2.175	157	1.064	8.683
	1998	24.378	5.928	2.844	5.804	910	1.144	50	187	7.511
	1999	200.096	26.965	12.202	31.047	5.937	5.286	525	742	117.392

FONTE: DATAPREV, CNIS.

NOTA: As diferenças porventura existentes entre soma de parcelas e totais desta tabela, bem como entre totais de tabelas deste capítulo, são provenientes de arredondamento.

CAPÍTULO 31 - CONTRIBUINTE INDIVIDUAIS E FACULTATIVOS

31.4 - Quantidade de contribuintes e valor da contribuição, por sexo, segundo os grupos de idade - 1997/99

GRUPOS DE IDADE	Anos	CONTRIBUINTE							
		Quantidade				Valor da Contribuição (em Pisos Previdenciários)			
		Total	Sexo			Total	Sexo		
			Masculino	Feminino	Ignorado		Masculino	Feminino	Ignorado
TOTAL.....	1997	6.365.345	2.688.063	3.195.324	481.958	17.830.236	8.665.065	7.688.361	1.476.790
	1998	6.057.073	2.473.918	3.160.975	422.180	17.349.620	8.217.175	7.799.885	1.332.560
	1999	6.260.760	2.576.815	3.290.688	393.257	17.837.555	8.482.948	8.087.781	1.266.826
Até 14 anos.....	1997	6.048	3.179	2.787	82	15.620	9.304	6.101	215
	1998	5.376	2.852	2.448	76	14.312	8.544	5.579	189
	1999	3.321	1.911	1.357	53	12.211	7.587	4.453	171
15 a 19 anos.....	1997	143.613	38.849	103.955	809	221.632	61.464	158.995	1.173
	1998	140.943	39.800	100.270	873	212.908	61.164	150.518	1.227
	1999	127.841	39.115	88.181	545	189.289	58.305	130.101	883
20 a 24 anos.....	1997	418.917	139.983	276.532	2.402	744.484	242.236	497.953	4.285
	1998	435.361	141.027	291.627	2.727	771.522	240.618	526.234	4.469
	1999	475.922	163.547	310.033	2.342	806.685	262.197	540.195	4.283
25 a 29 anos.....	1997	595.010	242.810	349.053	3.147	1.191.214	489.628	696.448	6.140
	1998	586.274	224.979	357.909	3.386	1.169.322	459.968	722.775	6.579
	1999	637.366	247.865	388.506	3.195	1.239.482	475.276	757.599	6.607
30 a 34 anos.....	1997	738.128	338.941	398.623	3.564	1.675.006	804.461	862.955	7.589
	1998	702.977	304.077	395.216	3.684	1.630.025	744.911	877.223	7.891
	1999	737.033	315.786	417.785	3.462	1.649.187	735.788	905.453	7.945
35 a 39 anos.....	1997	798.043	381.079	413.390	3.574	2.070.591	1.073.604	988.542	8.445
	1998	770.082	351.536	414.610	3.746	2.085.250	1.034.857	1.021.342	9.050
	1999	818.159	370.397	444.102	3.660	2.151.213	1.064.706	1.077.422	9.085
40 a 44 anos.....	1997	600.864	362.752	404.694	3.438	2.488.343	1.389.926	1.088.684	9.734
	1998	765.488	358.898	403.025	3.567	2.459.187	1.327.636	1.121.288	10.263
	1999	799.981	370.856	425.657	3.478	2.558.775	1.364.788	1.183.530	10.457
45 a 49 anos.....	1997	732.859	366.975	362.869	3.015	2.554.043	1.553.257	891.369	9.417
	1998	695.102	334.221	357.844	3.037	2.505.808	1.475.168	1.021.154	9.486
	1999	725.611	344.465	376.058	2.988	2.662.012	1.549.296	1.102.851	9.885
50 a 54 anos.....	1997	598.181	278.716	316.935	2.530	2.063.888	1.205.739	850.783	7.366
	1998	571.450	259.371	309.489	2.560	2.034.305	1.158.545	867.986	7.774
	1999	589.988	268.365	319.085	2.518	2.162.602	1.242.975	911.277	8.349
55 a 59 anos.....	1997	508.881	201.047	305.504	2.330	1.653.793	773.226	873.637	6.930
	1998	488.153	182.948	283.035	2.170	1.571.735	729.462	835.823	6.449
	1999	463.057	164.406	276.631	2.020	1.586.392	751.038	829.122	6.232
60 a 64 anos.....	1997	303.785	147.945	154.540	1.300	941.315	547.307	390.562	3.448
	1998	285.546	137.233	146.987	1.326	901.690	516.092	361.732	3.856
	1999	283.617	135.206	147.163	1.248	895.705	510.170	381.751	3.784
65 a 69 anos.....	1997	94.306	56.948	36.969	389	258.615	173.525	82.129	961
	1998	87.167	51.700	35.096	371	234.723	152.643	81.143	937
	1999	90.002	53.247	36.372	383	242.064	157.703	83.319	1.032
70 anos e mais.....	1997	39.104	25.306	13.596	202	105.935	74.563	30.878	494
	1998	37.298	24.145	12.983	190	99.937	69.239	30.225	472
	1999	40.261	26.072	13.996	193	103.516	71.158	31.865	493
Ignorada.....	1997	586.586	73.533	57.677	455.176	1.847.758	266.824	170.367	1.410.565
	1998	505.826	61.163	50.256	394.407	1.658.905	238.126	156.882	1.263.918
	1999	468.691	55.757	45.782	367.172	1.578.434	231.960	148.842	1.197.632

FONTE: DATAPREV, CNIS.

NOTA: As diferenças porventura existentes entre soma de parcelas e totais desta tabela, bem como entre totais de tabelas deste capítulo, são provenientes de arredondamento.

Anexo 4 – Tabulações do IDEIA

Identificando o grupo de informações:

Dardo - Empresa 12/2000

Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help

Descrição do grupo de informações

Nome do grupo:	Data:	Versão
Empresa 12/2000	27/12/2000	0017

Descrição:

Contém os dados de empresa.

Dicionário:	EMPRESA.DIC	
Data:	27/12/2000	Versão dic: 0024

Tipo de arquivo:	TXT ->	Tamanho do registro:	1929
Turbinação:	Índices	Reg. turbinado:	684 bytes
Total de arquivos:	101		
Total de registros:	445.111		
Freq. acumulada:	Não		
Help das informações:	-		
Separador:	;	Não classificado:	{n class}
Máximo de decimais:	-		

Arquivos:

- emp00000.tbi - 23.942 registros
- emp02001.tbi - 2.439 registros
- emp03001.tbi - 3.182 registros
- emp04001.tbi - 8.706 registros
- emp04021.tbi - 397 registros
- emp04022.tbi - 2.011 registros
- emp04023.tbi - 1.591 registros

OK

Pág 1 Seção 1 1/1 Em 2,5 cm Lin 1 Col 1 GRA AUT EST SE Português (

Definindo a tabela:

Dardo - Empresa 12/2000

Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help

Definição de tabela

Nome da tabela
TABEMP

Grupo
Empresa 12/2000

Descrição
Tabela de Empresas

Autor
Cláudio

Arquivo Executada em

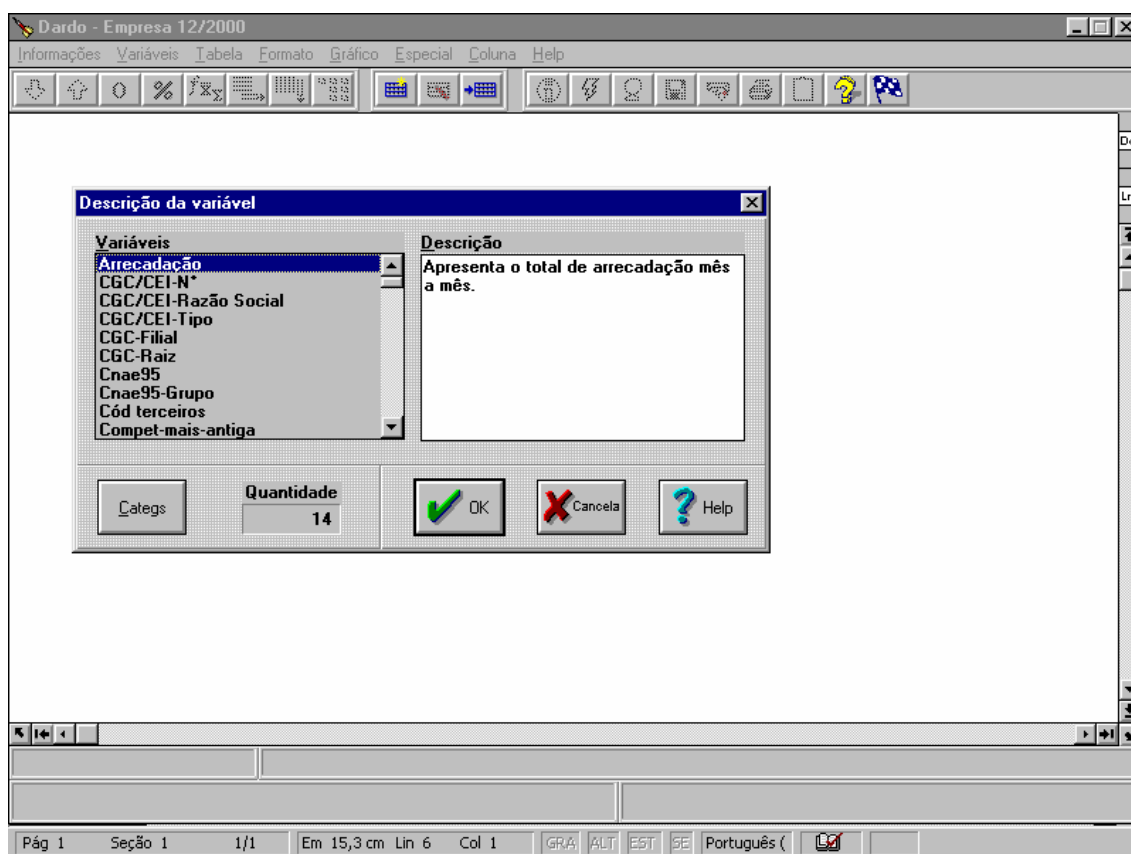
Quadro Sub-linha
Coluna Conteúdo
Linha Seleções

Variáveis da tabela

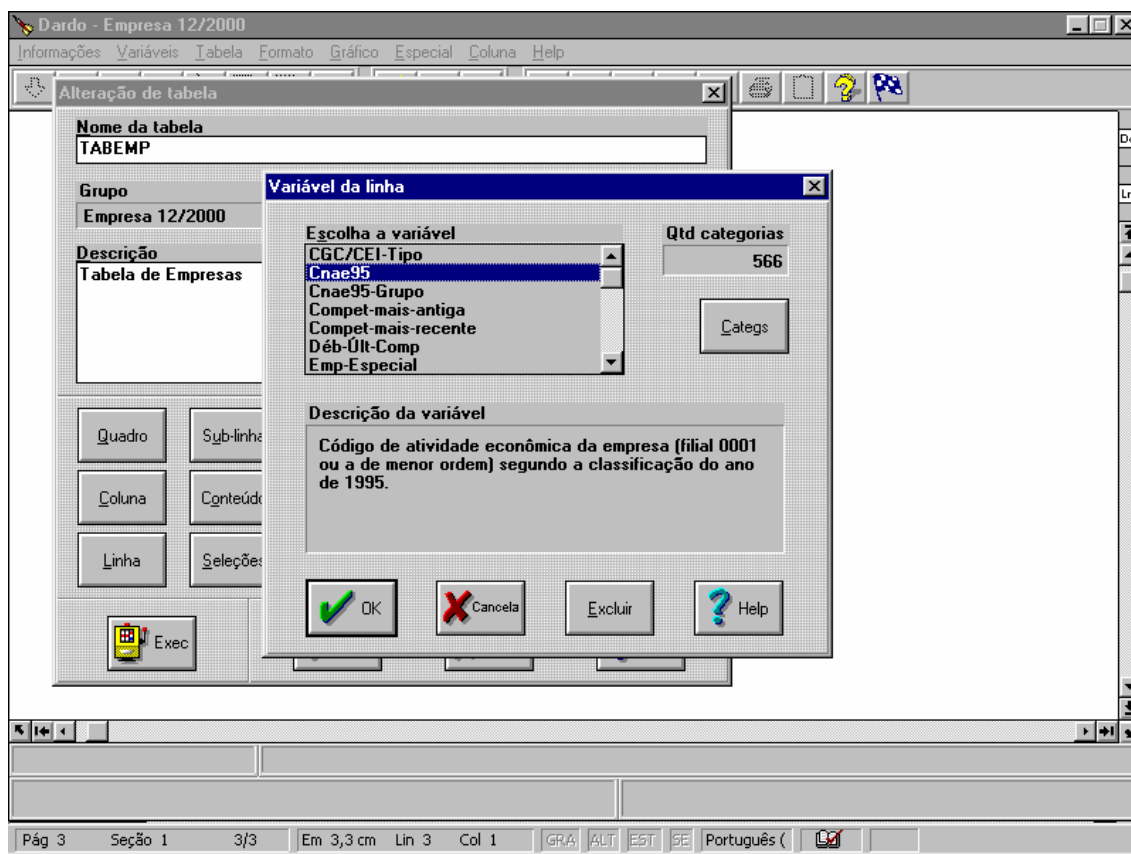
Quadro: -
Coluna: -
Linha: -
Sub-linha: -
Conteúdo: frequência
Seleção: 0 seleções

Exec OK Cancela Help

Pág 2 Seção 1 2/2 Em 14,1 cm Lin 3 Col 1 GRA AUT EST SE Português ()

Identificando as variáveis:

Identificando as variáveis



Exibindo a estrutura da tabulação:

Dardo - Empresa 12/2000

Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help

Alteração de tabela

Nome da tabela
TABEMP

Grupo
Empresa 12/2000

Descrição
Tabela de Empresas

Autor
Cláudio

Arquivo
TABEMP.TAB

Executada em

Quadro Sub-linha
Coluna Conteúdo
Linha Seleções

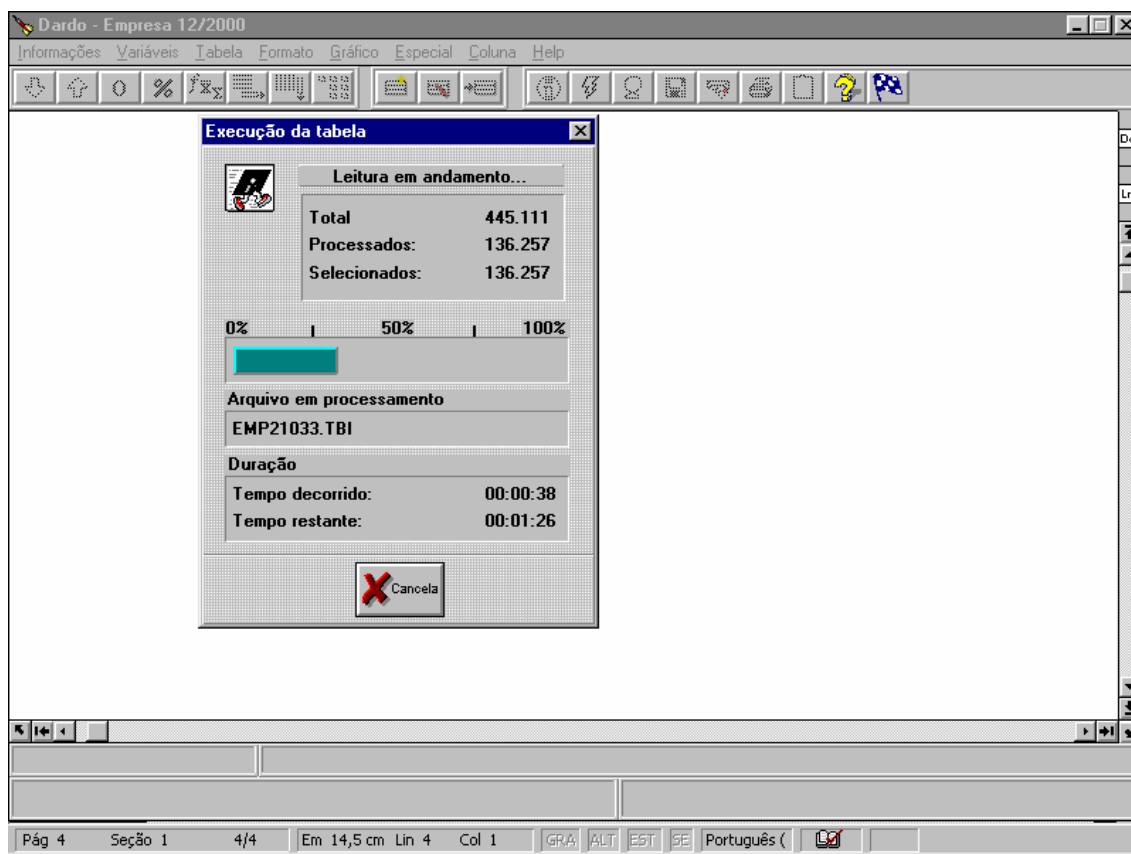
Variáveis da tabela

Quadro: -
Coluna: Arrecadação
Linha: Cnae95
Sub-linha: -
Conteúdo: frequência
Seleção: 0 seleções

Exec OK Cancela Help

Pág 3 Seção 1 3/3 Em 15,7 cm Lin 7 Col 1 GRÁ ALT EST SE Português ()

Executando a tabela selecionada:



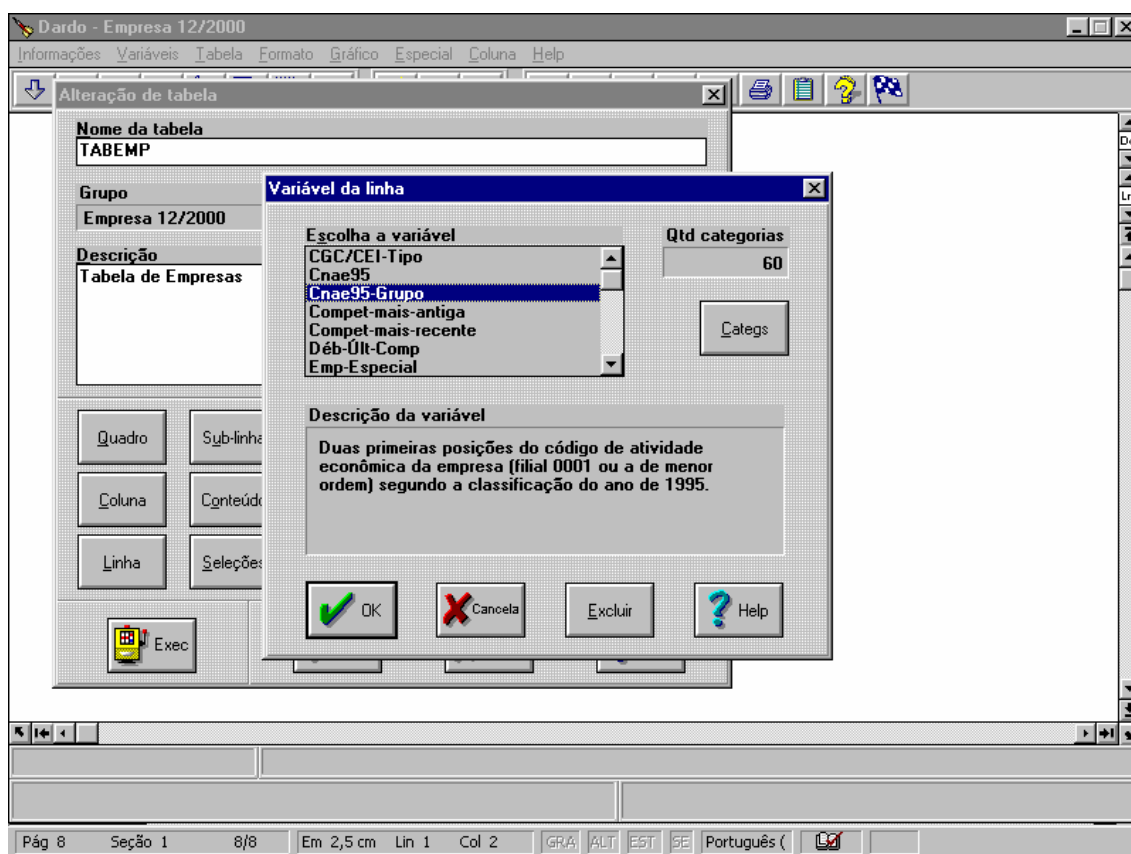
Exibindo o resultado da tabulação:

Dardo - Empresa 12/2000				
Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help				
Arrecadação				
Cnae95	VI-1999/11-11- Total	VI-1999/12-11- Total	VI-1999/13-11- Total	VI-2000/01-11- Total
2 Cultivo de Cereais	3.613.597	8.849.172	6.608.695	8.402.609
3 Cultivo de Algodao Herbaceo	77.546	150.213	13.859	110.851
4 Cultivo de Cana-De-Acucar	5.985.752	5.191.103	2.346.360	3.099.824
5 Cultivo de Fumo	149.609	157.023	71.983	104.941
6 Cultivo de Soja	201.663	152.024	29.579	79.960
7 Cultivo de Outros Produtos Temporarios	699.404	594.548	306.303	483.527
8 Cultivo de Hortalicas/ Legumes e Especiarias	99.272	136.486	31.037	93.784
9 Cultivo de Flores e Plantas Ornamentais	227.586	211.479	101.873	201.807
10 Cultivo de Frutas Citricas	1.601.285	1.265.903	413.046	873.283
11 Cultivo de Cafe	1.066.116	900.334	250.083	619.707
12 Cultivo de Cacau	57.185	63.564	38.511	45.923
13 Cultivo de Uva	80.913	83.393	19.567	36.859
14 Cult Outr Frutas/Fr Secos/Plantas p/ Preparo	1.410.813	1.421.907	604.820	1.131.794
15 Criacao de Bovinos	2.891.867	2.803.295	1.197.727	2.302.848
16 Criacao de Outros Animais de Grande Porte	142.754	167.491	86.274	134.185
17 Criacao de Ovinos	17.823	20.260	17.168	14.706
18 Criacao de Suinos	226.190	244.238	80.640	229.421
19 Criacao de Aves	3.782.453	3.378.771	2.391.753	4.144.784
20 Criacao de Outros Animais	350.063	307.508	112.041	295.427
21 Producao Mista: Lavoura e Pecuaria	2.078.024	1.925.395	868.213	1.556.805
22 Atividades de Servicos Relacionados com a Agr	6.740.183	4.938.182	2.639.067	4.799.003
TABEMP.TAB				
TABEMP				
Soma				
Total 0				
Pág 5	Seção 1	5/5	Em 14,1 cm Lin 3 Col 1	GRA AUT EST SE Português ()

Dardo - Empresa 12/2000					
Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help					
Arrecadação					
Cnae95	VI-1999/11-11- Total	VI-1999/12-11- Total	VI-1999/13-11- Total	VI-2000/01-11- Total	
22 Atividades de Servicos Relacionados com a Agr	6.740.183	4.938.182	2.639.067	4.799.003	
23 Ativ de Servicos Relac com a Pecuaria/ Exceto	593.518	619.148	351.542	585.880	
24 Silvicultura	1.743.973	1.972.713	879.522	1.717.046	
25 Exploracao Florestal	1.289.532	1.228.997	705.153	1.270.599	
26 Ativid dos Servicos Relac com a Silvicultura	570.921	566.771	244.320	589.801	
27 Pesca	575.857	598.521	397.454	547.408	
28 Aquicultura	162.670	217.743	100.313	168.251	
29 Extracao de Carvao Mineral	772.420	811.923	619.772	850.933	
30 Extracao de Petroleo e Gas Natural	1.281.114	1.416.769	797.602	1.358.048	
31 Serv Relac c/ Extrac Petroleo e Gas-Excet Pro	1.041.226	1.140.656	644.982	1.032.334	
32 Extracao de Minerio de Ferro	13.231.823	15.711.055	11.662.111	13.993.796	
33 Extracao de Minerio de Aluminio	777.591	797.200	1.234.450	1.339.319	
34 Extracao de Minerio de Estantho	100.679	110.828	79.804	105.051	
35 Extracao de Minerio de Manganes	31.383	31.195	21.101	25.764	
36 Extracao de Minerio de Metais Preciosos	1.545.182	2.060.535	909.382	1.696.406	
37 Extracao de Minerais Radioativos	603.705	632.484	533.861	596.874	
38 Extracao de Outros Minerais Metalicos Nao-Fer	867.172	961.208	664.748	920.784	
39 Extracao de Pedra/ Areia e Argila	3.893.517	3.965.470	2.795.406	3.734.418	
40 Extracao Minerais p/ Fabric de Adubos/ Fertil	766.179	726.792	505.658	620.734	
41 Extracao e Refino de Sal Marinho e Sal-Gema	180.596	172.440	132.859	171.459	
42 Extracao de Outros Minerais Nao-Metalicos	5.522.566	5.453.118	3.924.426	5.492.292	
TABEMP.TAB					
TABEMP Soma					
Total 0					
Pág 6 Seção 1 6/6 Em 14,5 cm Lin 4 Col 1 GRA ALT EST SE Português ()					

Dardo - Empresa 12/2000					
Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help					
Arrecadação					
Cnae95	VI-1999/11-11- Total	VI-1999/12-11- Total	VI-1999/13-11- Total	VI-2000/01-11- Total	
44 Abate de Aves e Outros Pequenos Animais e Pre	5.157.452	5.241.648	3.556.095	4.990.561	
45 Prepar de Carne/ Banha e Produt de Salsichari	1.723.400	1.598.334	1.276.678	1.365.176	
46 Prep e Preserv do Pescado e Fabr de Conserv D	794.727	816.680	519.874	720.615	
47 Processamento/ Preservacao e Producao de Cons	2.340.022	2.354.961	1.153.628	1.813.239	
48 Processam/ Preservac e Prod de Conservas de L	660.192	729.837	362.912	640.215	
49 Producao de Sucos de Frutas e de Legumes	2.199.624	1.962.160	870.449	1.663.104	
50 Producao de Oleos Vegetais em Bruto	3.540.932	3.551.617	1.767.908	2.887.551	
51 Refino de Oleos Vegetais	628.084	680.496	369.547	584.308	
52 Prep Margarina e Outr Gorduras Veget e Oleos	57.922	68.325	47.079	68.506	
53 Preparacao do Leite	1.362.910	1.430.639	779.825	990.966	
54 Fabricacao de Produtos do Laticinio	11.588.490	12.038.954	7.299.027	12.157.554	
55 Fabricacao de Sorvetes	431.869	475.557	326.820	482.281	
56 Beneficiamento de Arroz e Fabricacao de Produ	4.691.522	4.415.541	2.327.223	4.127.431	
57 Moagem de Trigo e Fabricacao de Derivados	4.965.408	5.083.703	3.601.211	4.859.600	
58 Fabricacao de Farinha de Mandioca e Derivados	515.210	519.009	266.102	432.588	
59 Fabricacao de Fuba e Farinha de Milho	326.495	365.322	207.520	314.937	
60 Fabricacao de Amidos e Feculas de Vegetais e	96.862	107.635	54.840	86.466	
61 Fabricacao de Racoes Balanceadas para Animais	5.876.928	5.762.017	3.808.115	5.653.839	
62 Beneficiamento/ Moagem e Prepar de Outros Ali	1.679.376	1.593.284	818.373	1.557.757	
63 Usinas de Acucar	11.414.048	12.452.132	6.603.537	8.841.677	
64 Refino e Moagem de Acucar	186.205	190.669	92.615	154.349	
TABEMP.TAB					
TABEMP Soma					
Total 0					
Pág 7 Seção 1 7/7 Em 14,9 cm Lin 5 Col 1 GRA ALT EST SE Português ()					

Alterando a estrutura da tabulação:



Exibindo a estrutura alterada da tabulação:

Dardo - Empresa 12/2000

Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help

Alteração de tabela

Nome da tabela
TABEMP

Grupo
Empresa 12/2000

Descrição
Tabela de Empresas

Autor
Cláudio

Arquivo
TABEMP.TAB

Executada em
29/09/2001

Quadro Sub-linha
Coluna Conteúdo
Linha Seleções

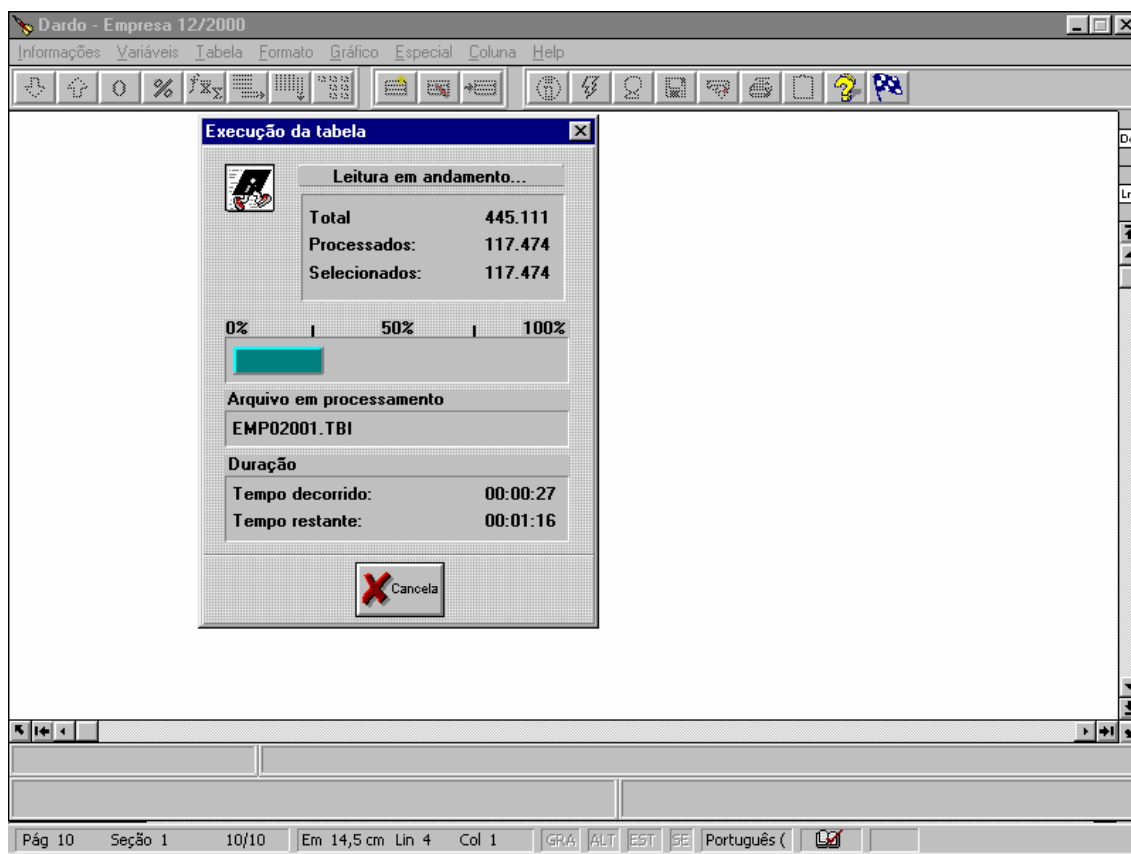
Variáveis da tabela

Quadro: -
Coluna: Arrecadação
Linha: Cnae95-Grupo
Sub-linha: -
Conteúdo: frequência
Seleção: 0 seleções

Exec OK Cancela Help

Pág 9 Seção 1 9/9 Em 2,5 cm Lin 1 Col 2 GRÁ AUT EST SE Português ()

Executando a tabela selecionada:



Exibindo o resultado da tabulação:

Dardo - Empresa 12/2000					
Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help					
Arrecadação					
Cnae95-Grupo	VI-1999/11-11- Total	VI-1999/12-11- Total	VI-1999/13-11- Total	VI-2000/01-11- Total	
2 Agricultura/ Pecuária/ e serviços relacionado	32.093.616	33.581.437	18.580.141	29.347.928	
3 Silvicultura/ Exploração Florestal e serviços	3.604.426	3.768.481	1.828.995	3.577.446	
4 Pesca /Agricultura e atividades dos serviços	738.527	816.264	497.767	715.659	
5 Extração de Carvão Mineral	772.420	811.923	619.772	850.933	
6 Extração de Petróleo e gás natural	2.322.340	2.557.425	1.442.584	2.390.382	
7 Extração de minerais metálicos	17.157.535	20.304.505	15.105.457	18.677.994	
8 Extração de outros minerais	10.362.858	10.317.820	7.358.349	10.018.903	
9 Fabricação de produtos alimentares e bebidas	142.026.527	147.494.072	91.693.989	132.350.003	
10 Fabricação de produtos de fumo	4.152.145	4.849.120	3.051.902	5.035.512	
11 Fabricação de produtos têxteis	36.566.950	41.132.110	28.881.298	36.825.153	
12 Confeção de artigos do vestuário e acessório	21.102.334	24.867.869	16.003.414	20.662.975	
13 Preparação de couros e fabricação de artefato	21.246.460	24.142.978	16.765.208	19.750.760	
14 Fabricação de produtos de madeira	14.155.573	14.707.535	10.445.379	13.680.665	
15 Fabricação de pastas/ papel e produtos de pap	26.970.433	31.208.228	21.540.427	28.035.296	
16 Edição/ impressão e reprodução de gravações	46.711.086	47.909.498	37.022.324	46.994.328	
17 Fabricação de coque/ refino de petróleo/ elab	37.933.266	42.951.377	35.265.879	42.178.149	
18 Fabricação de produtos químicos	104.576.044	116.351.255	84.526.404	110.612.325	
19 Fabricação de artigos de borracha e plástico	42.277.393	44.912.213	33.036.045	41.273.959	
20 Fabricação de produtos minerais não-metálicos	32.128.948	34.319.244	26.104.321	33.260.942	
21 Metalurgia básica	48.787.984	48.876.263	37.381.948	47.805.845	
22 Fabricação de produtos de metal - exclusive m	43.611.639	46.165.893	33.464.677	44.139.567	
TABEMP.TAB					
TABEMP Soma					
Total 0					
Pág 11	Seção 1	11/11	Em 2,5 cm	Lin 1	Col 2
GRA AUT EST SE Português ()					

Dardo - Empresa 12/2000				
Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help				
Arrecadação				
Cnae95-Grupo	VI-1999/11-11- Total	VI-1999/12-11- Total	VI-1999/13-11- Total	VI-2000/01-11- Total
23 Fabricação de máquinas e equipamentos	53.293.511	58.999.401	41.224.486	56.432.011
24 Fabricação de máquinas para escritório e equi	8.720.146	8.941.079	6.922.167	8.777.321
25 Fabricação de máquinas/ aparelhos e materiais	36.027.411	39.073.536	29.614.713	38.542.184
26 Fabricação de material eletrônico e de aparel	18.780.921	23.270.670	14.195.563	20.000.590
27 Fabricação de equipamentos de instrumentação	7.222.807	8.644.236	6.234.830	8.489.681
28 Fabricação e montagem de veículos automotores	90.175.696	99.936.661	78.410.290	89.417.100
29 Fabricação de outros equipamentos de transpor	10.998.218	10.797.743	8.644.009	10.232.846
30 Fabricação de móveis e indústrias diversas	28.262.313	31.035.857	21.768.233	28.428.974
31 Reciclagem	908.323	959.616	719.618	977.824
32 Eletricidade/ gás e água quente	74.896.888	84.803.642	56.671.200	75.113.676
33 Captação/ Purificação e Distribuição de água	35.686.627	33.184.523	28.086.902	32.450.758
34 Construção	177.578.851	184.909.463	93.046.958	164.174.571
35 Venda/ manutenção e reparação de veículos aut	76.759.573	81.565.310	57.757.214	79.420.003
36 Comércio por atacado e intermediários do comé	131.845.709	139.247.433	85.738.455	132.019.606
37 Comércio varejista/ exceto o comércio de veíc	203.148.853	224.906.054	148.155.617	208.929.507
38 Alojamento e alimentação	41.055.549	42.202.274	30.563.386	40.860.278
39 Transporte terrestre	125.963.714	133.350.429	87.990.806	125.581.293
40 Transporte aquaviário	5.042.698	5.550.773	3.021.136	5.058.235
41 Transporte aéreo	11.330.755	11.778.262	9.683.439	11.459.643
42 Atividades anexas e auxiliares do transporte	43.392.410	43.541.269	26.851.977	41.418.878
43 Correio e telecomunicações	110.082.424	90.404.313	62.280.121	84.765.852
TABEMP.TAB				
TABEMP Soma Total 0				
Pág 12 Seção 1 12/12 Em 14,9 cm Lin 5 Col 1 GRA ALT EST SE Português ()				

Dardo - Empresa 12/2000				
Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help				
Arrecadação				
Cnae95-Grupo	VI-1999/11-11- Total	VI-1999/12-11- Total	VI-1999/13-11- Total	VI-2000/01-11- Total
41 Transporte aéreo	11.330.755	11.778.262	9.683.439	11.459.643
42 Atividades anexas e auxiliares do transporte	43.392.410	43.541.269	26.851.977	41.418.878
43 Correio e telecomunicações	110.082.424	90.404.313	62.280.121	84.765.852
44 Intermediação financeira / exceto seguros e p	309.696.077	315.050.405	253.554.871	309.718.969
45 Seguros e previdência privada	32.421.066	34.877.683	22.115.374	32.373.579
46 Atividades auxiliares da intermediação financ	17.684.371	21.138.152	12.814.523	18.373.268
47 Atividades imobiliárias	60.234.770	60.979.123	44.504.343	59.684.882
48 Aluguel de veículos/ máquinas e equipamentos	4.757.162	5.174.860	3.174.314	4.769.368
49 Atividades de informática e conexas	50.348.779	55.598.405	27.683.420	49.253.872
50 Pesquisa e desenvolvimento	37.467.299	18.004.648	6.840.260	16.782.550
51 Outras atividades empresariais	347.027.115	372.030.447	199.005.185	339.930.494
52 Administração pública/ defesa e seguridade so	175.224.586	244.593.568	103.848.048	191.355.323
53 Ensino	118.922.833	125.179.781	90.821.039	117.520.840
54 Saúde e serviços sociais	112.001.036	111.139.635	79.391.937	107.530.867
55 Coleta de lixo e águas residuais/ esgoto domé	11.022.080	14.522.317	5.004.403	14.117.393
56 Atividades associativas	79.660.934	88.917.019	52.486.514	80.633.304
57 Atividades recreativas/ culturais e desportiv	41.046.474	47.925.687	32.266.489	46.954.553
58 Serviços pessoais de outros tipos	7.490.656	7.563.010	4.518.810	6.896.432
59 Residenciais particulares com empregados domé	264.726	266.664	131.989	328.812
60 Organismos internacionais e outras instituiçõ	166.647	216.295	117.875	162.409
61 Total	3.392.324.300	3.630.167.232	2.358.278.523	3.352.530.442
TABEMP.TAB				
TABEMP Soma Total 0				
Pág 13 Seção 1 13/13 Em 2,5 cm Lin 1 Col 2 GRA ALT EST SE Português ()				

Anexo 5 – Tabulações de Grupos de Informação GFIP

Definindo a tabela:

Dardo - Grupo 1- Maio/2001

Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help

Nome da tabela
Vínculos por categoria e região geográfica

Grupo
Grupo 1- Maio/2001

Descrição
Seleção Obtida por faixa de vínculo, compreendida entre 101 e 250

Autor
Cláudio

Arquivo Executada em

Quadro Sub-linha
Coluna Conteúdo
Linha Seleções

Variáveis da tabela
Quadro: -
Coluna: -
Linha: -
Sub-linha: -
Conteúdo: frequência
Seleção: 0 seleções

Exec OK Cancela Help

Pág 3 Seção 1 3/4 Em 16,2 cm Lin 6 Col 1 GRA ALT EST SE Português ()

Identificando as variáveis:

Dardo - Grupo 1- Maio/2001

Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help

↓ ↑ 0 % $f\bar{x}_\Sigma$ [Bar Chart] [Line Chart] [Area Chart] [Pie Chart] [3D Chart] [Help] [Print] [Save] [Open] [Find] [Copy] [Paste] [Undo] [Redo] [Zoom In] [Zoom Out] [Reset]

Categoria Gfip	Região						{n class}	Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste			
1 Empregado em Serviço Militar		302	921	105			1.328	
2 Avulso	383	1.091	4.650	1.074	520		7.718	
3 Empregado por Tempo Determinado	116	8.683	12.308	6.477	751		28.335	
4 Menor Aprendiz	587	3.397	22.618	9.503	1.087		37.192	
5 Empregado	5.680	15.076	49.222	17.137	6.967	122	94.204	
6 Diretor não Empregado Benef.Do Fgts	29.021	101.389	268.369	134.676	40.645	3.140	577.240	
7 {n class}	60.448	179.202	694.853	321.910	88.367	780	1.345.560	
8 Total	96.235	309.140	1.052.941	490.882	138.337	4.042	2.091.577	

Descrição da variável

Variáveis

- CNAE
- CNAE GFIP
- Cod Estabelecimento
- Compl Razao Social
- Data compet GFIP
- Dv-Estabelecimento
- Faixa de vínculos
- FPAS
- In GFIP sem Mov
- Múltipla[1]

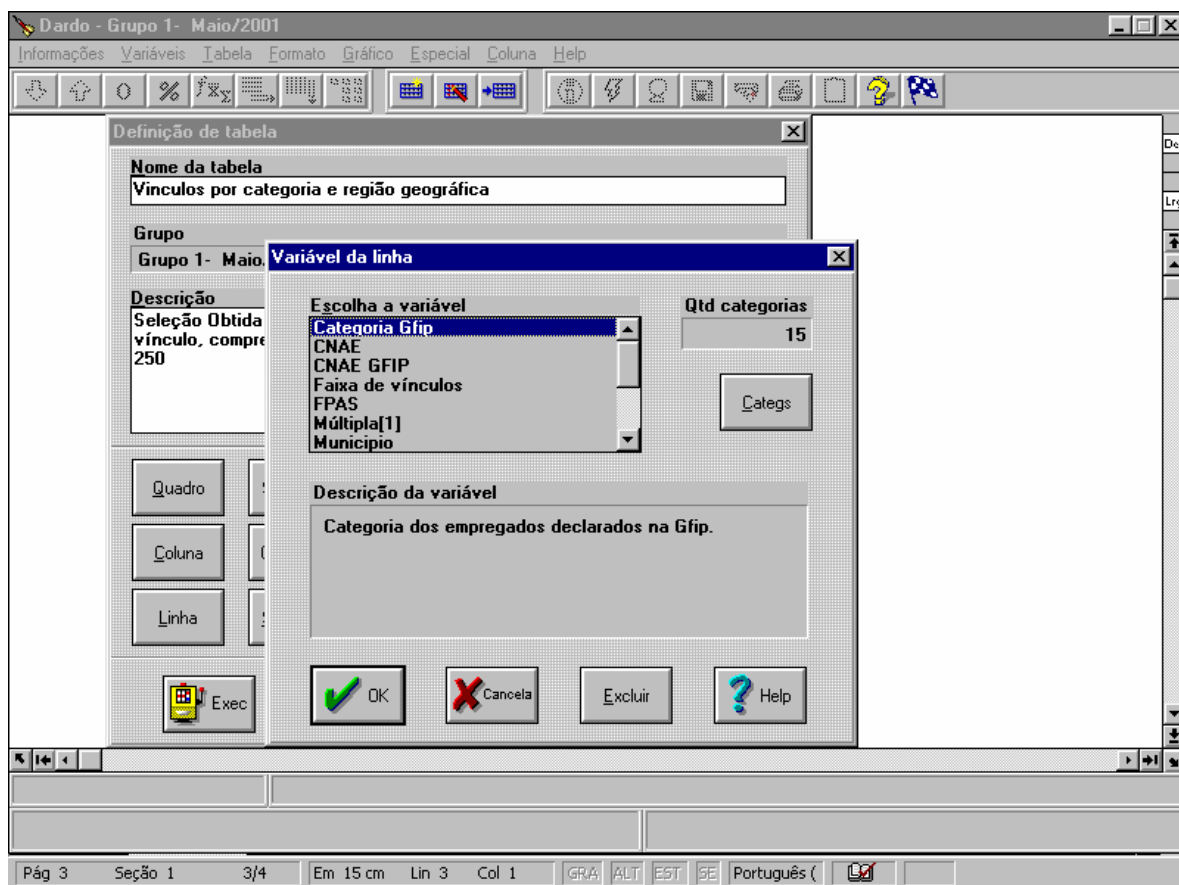
Descrição

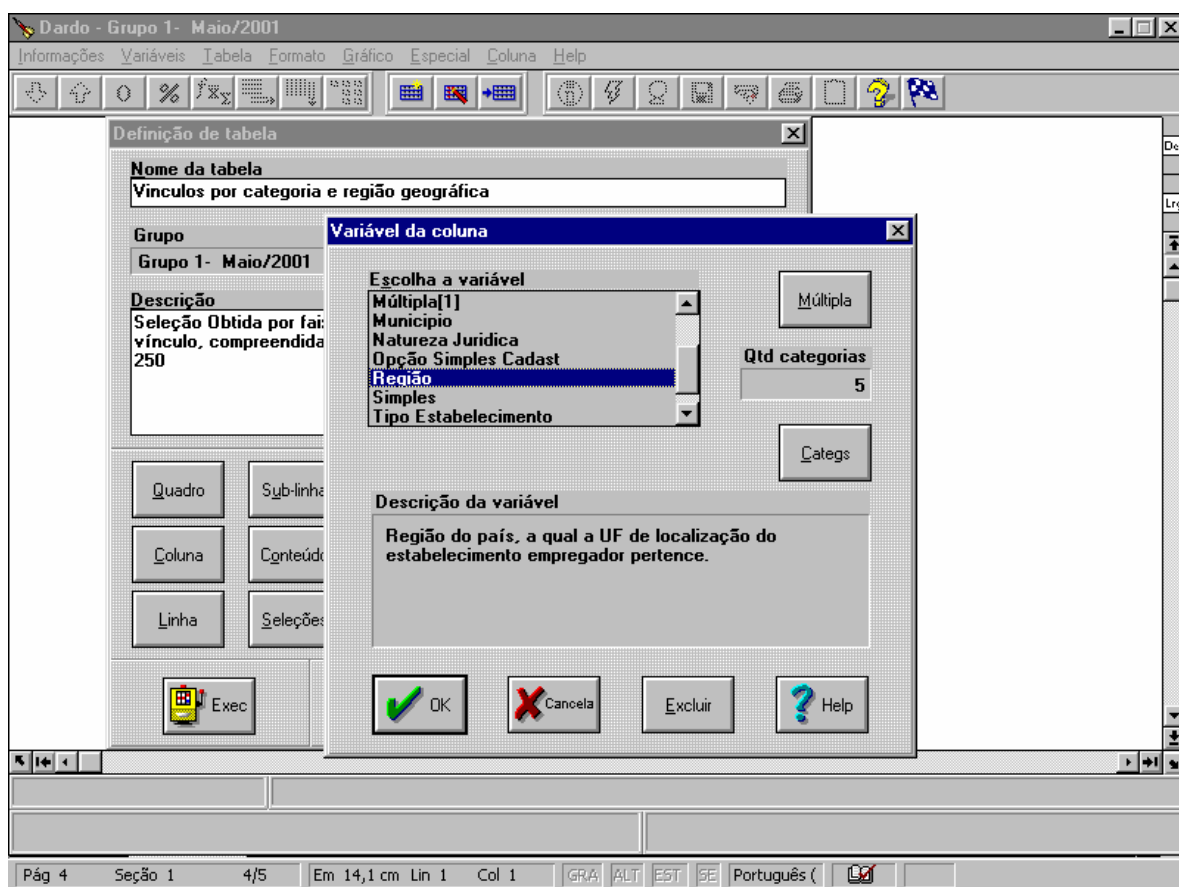
Faixa da quantidade de vínculos do empregador.

Categs Quantidade 7 OK Cancela Help

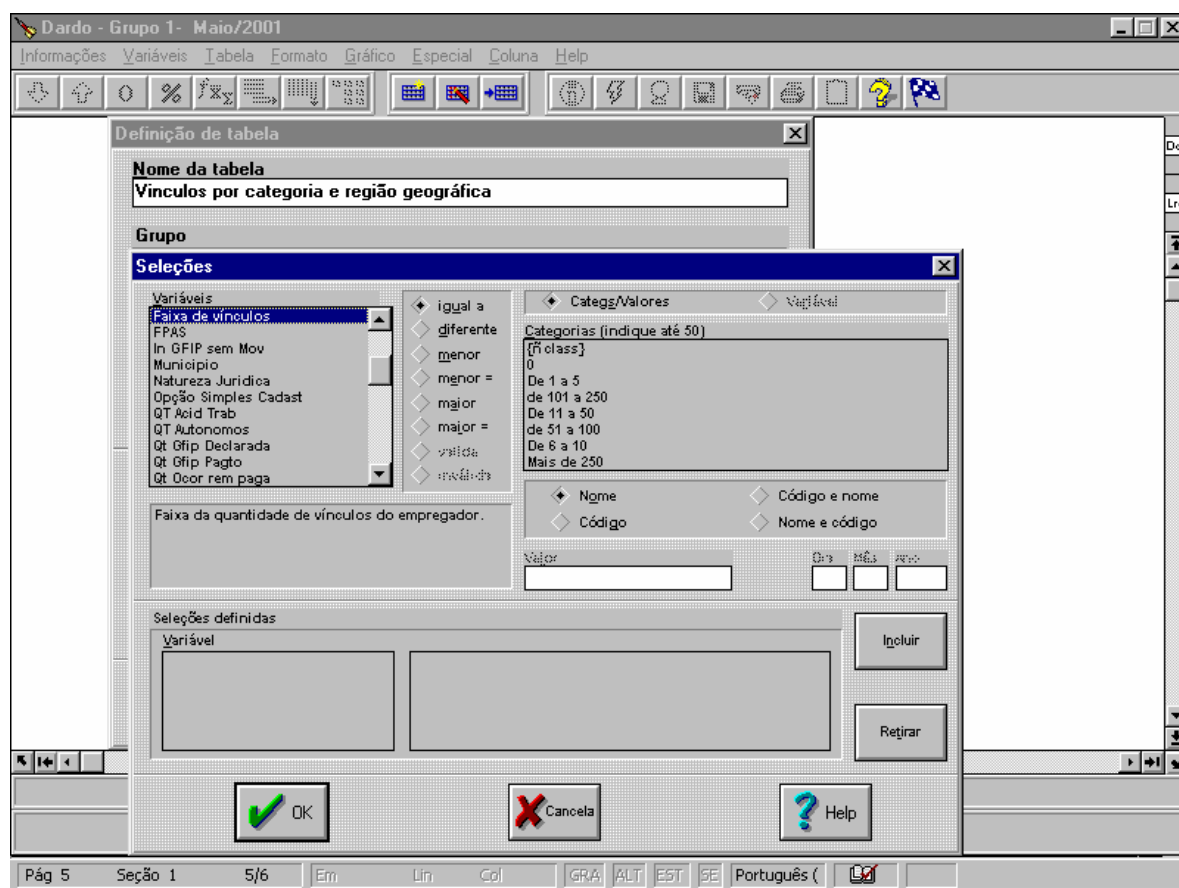
Região x Categoria Gfip
Soma de QT Tot Vinc Total 0

Pág 1 Seção 1 1/3 Em 3,3 cm Lin 3 Col 1 GRA ALT EST SE Português ()

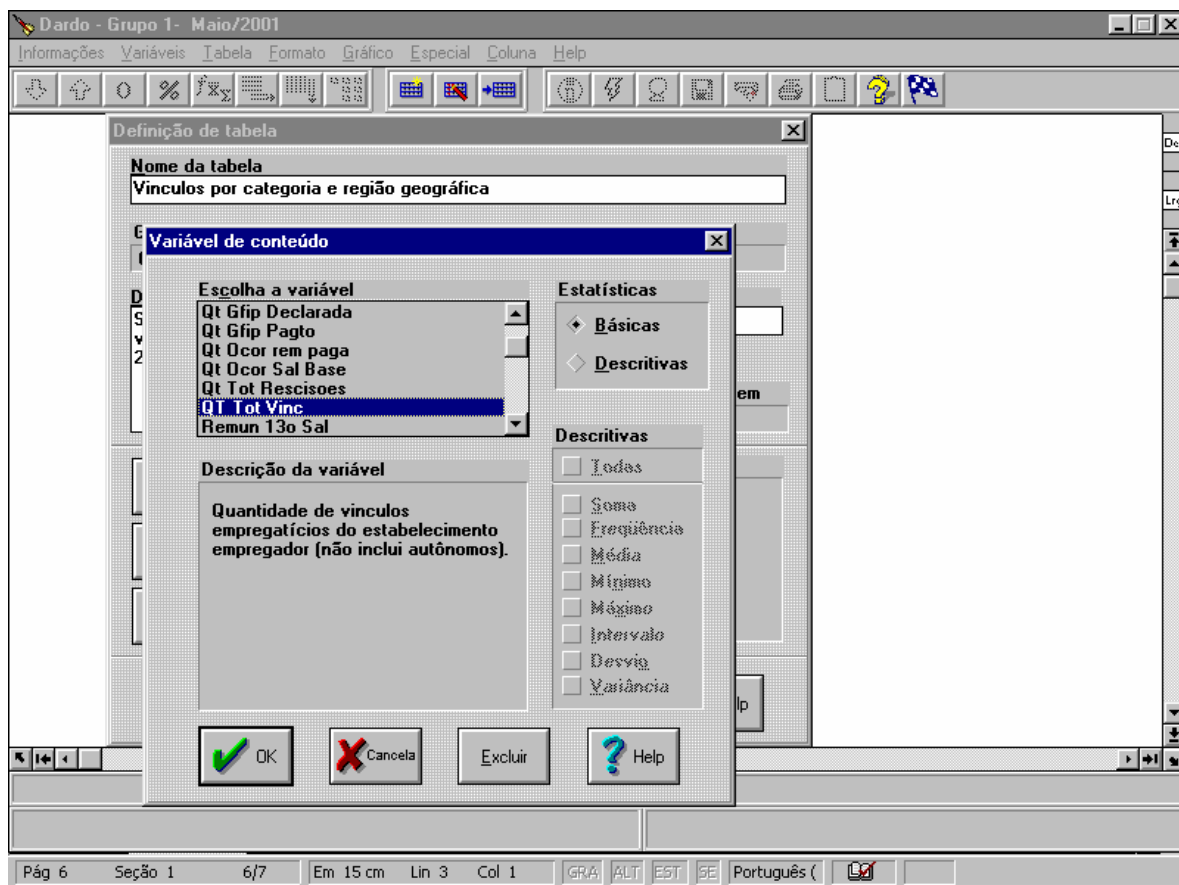
Identificando as variáveis:

Identificando as variáveis:

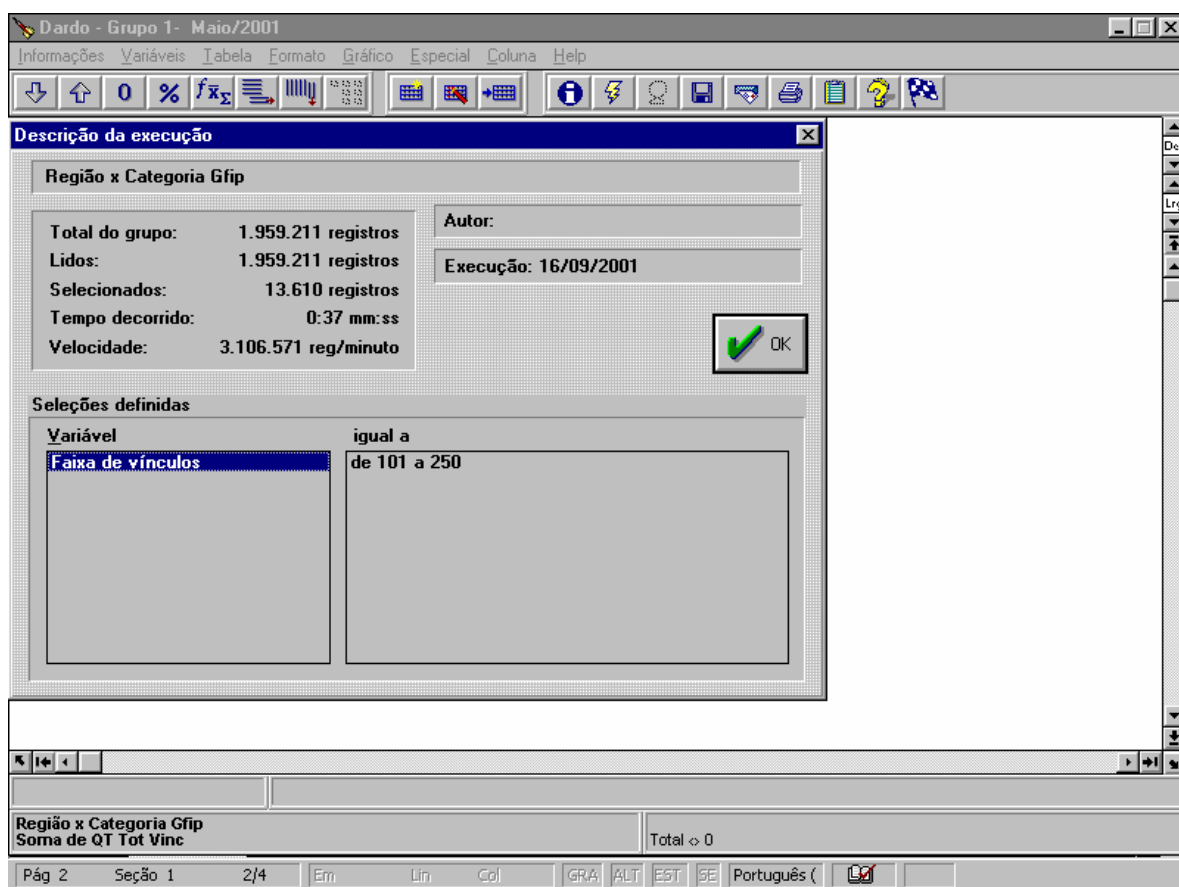
Crêterios de seleção



Critérios de seleção:



Executando a tabela selecionada:



Exibindo o resultado da tabulação:

Dardo - Grupo 1- Maio/2001							
Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help							
Categoria Gfip	Região					{n class}	
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste		
1 Empregado	30.283	117.918	438.660	139.779	53.185	2.975	
2 Avulso	2.678	15.471	64.663	50.099	7.480		
3 Empregado em Servico Militar	266	2.244	13.254	4.133	1.515	997	
4 Empregado por Tempo Determinado	5.213	101.619	176.881	105.339	30.029	4.283	
5 Diretor nao Empregado Benef.Do Fgts	286.544	1.089.570	3.312.798	1.631.146	545.555	88.441	
6 Menor Aprendiz	4.675	19.905	170.169	61.346	21.417	88	
7 {n class}	281.228	1.007.882	3.929.692	1.779.521	569.834	15.728	
8 Total	610.887	2.354.609	8.106.117	3.771.363	1.229.015	112.512	
Vínculos por categoria e região geográfica							
Soma de QT Tot Vinc				Total < 0			
Pág 7	Seção 1	7/8	Em 14,5 cm	Lin 2	Col 1	GRA ALT EST SE	Português ()

Exibindo o resultado da tabulação:

Dardo - Grupo 1- Maio/2001

Informações Variáveis Tabela Formato Gráfico Especial Coluna Help

	Região						
Categoria Gfip	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	{n class}	Total
1 Empregado em Serviço Militar		302	921	105			1.328
2 Avulso	383	1.091	4.650	1.074	520		7.718
3 Empregado por Tempo Determinado	116	8.683	12.308	6.477	751		28.335
4 Menor Aprendiz	587	3.397	22.618	9.503	1.087		37.192
5 Empregado	5.680	15.076	49.222	17.137	6.967	122	94.204
6 Diretor não Empregado Benef.Do Fgts	29.021	101.389	268.369	134.676	40.645	3.140	577.240
7 {n class}	60.448	179.202	694.853	321.910	88.367	780	1.345.560
8 Total	96.235	309.140	1.052.941	490.882	138.337	4.042	2.091.577

Região x Categoria Gfip
Soma de QT Tot Vinc

Total < 0

Pág 1 Seção 1 1/4 Em 2,5 cm Lin 1 Col 1 GRA ALT EST SE Português ()

Anexo 6 - Artigo Jornal do Brasil de 22/07/2001 sobre a Inversão do Ônus da Prova

JORNAL DO BRASIL

1ª PÁGINA **ECONOMIA** OPINIÃO INTERNACIONAL BRASIL ESPORTES CIDADE CADERNO B CIÊNCIA
DOMINGO PROGRAMA VIAGEM VIDA IDÉIAS INTERNET CARRO & MOTO ACHEI EDITORIAL COLUNAS
Domingo, 22 de Julho de 2001

■ **Vem aí a aposentadoria 'online'**

FERNANDO THOMPSON E GUSTAVO KRIEGER

O trabalhador brasileiro vai poder requerer sua aposentadoria via internet. A novidade está sendo preparada pelo governo e começa a valer já no ano que vem. A informação foi dada ao **Jornal do Brasil** por José Cechin, secretário-executivo do Ministério da Previdência. "Vamos usar a internet para que as pessoas possam pedir aposentadoria. O resultado sairá na hora, na tela do computador", explica Cechin.

A novidade é fruto de um projeto tocado nos últimos meses pelo secretário. Ele explica que a idéia é utilizar o enorme banco de dados sobre as informações que o ministério detém sobre a vida dos trabalhadores brasileiros, o Cnis - o cadastro nacional de informações sociais. Nele, estão os dados de 110 milhões de trabalhadores, desde 1976, ano em que o Cnis foi inaugurado.

Cadastro - O secretário explica que o cadastro é abastecido com informações enviadas pelas empresas, que comunicam os salários pagos, as datas de admissão e demissão, entre outras. A idéia é que o cadastro passe a ser usado para conceder, ou não, as aposentadorias solicitadas pelos contribuintes do Instituto Nacional de Previdência Social, o famoso INSS. "Pelas regras atuais, os trabalhadores têm que trazer todos os documentos necessários para a concessão da aposentadoria.

do Cnis, para fazer a análise do pedido", conta o secretário.

O modelo atual é quase medieval. O candidato a aposentado tem que percorrer uma via-crúcis para trazer de todas as empresas onde trabalhou ao longo da vida os documentos que comprovam o vínculo de trabalho, com as datas de admissão e de demissão. Além disso, os funcionários do INSS levam um tempo enorme verificando, manualmente, a autenticidade dos documentos e das informações.

Proibição - O projeto da Previdência é utilizar os dados que já constam do Cnis para saber se o candidato tem condições de se aposentar. "É muito mais racional. As empresas já enviaram as informações, basta apenas que as utilizemos", simplifica o secretário. Mas se isso é possível, porque não foi feito antes? A resposta é simples: a lei não permite ao INSS usar o Cnis para conceder aposentadorias.

Para contornar esse problema, o governo vai enviar um projeto de lei ao Congresso, pedindo autorização para o INSS usar o cadastro para conceder benefícios. O projeto permite ao INSS utilizar os dados sobre admissão e demissão desde 1976 para o cálculo do valor do benefício que vai ser pago ao futuro aposentado.

Auditoria - Além disso, a consultoria Boucinhas & Campos está concluindo uma auditoria no Cnis, que, segundo Cechin, constatou a boa qualidade das informações. "Posso adiantar que as informações do cadastro são confiáveis para que possamos usá-las, sem medo", afirmou o secretário.

As primeiras beneficiadas serão as mulheres que trabalham desde 1976, com carteira assinada. No ano que vem, elas completam 25 anos de trabalho e já podem utilizar, via internet, o banco de dados do Cnis para pedir aposentadoria proporcional. Já os homens, só vão poder usar a rede mundial de computadores para solicitar aposentadoria a partir de 2006, quando quem começou a trabalhar em 1976 chegará aos 30 anos de trabalho - limite para ter direito à aposentadoria proporcional. Até lá, continua valendo o sistema antigo e arcaico, lamenta Cechin.



[1ª PÁGINA](#) | [TEMPO REAL](#) | [EDITORIAIS](#) | [COLUNAS](#) | [ECONOMIA](#) | [OPINIÃO](#) | [BRASIL](#)
[INTERNACIONAL](#) | [ESPORTES](#) | [CIDADE](#) | [CIÊNCIA](#) | [CADERNO B](#) | [PROGRAMA](#) | [DOMINGO](#)
[VIAGEM](#) | [VIDA](#) | [IDÉIAS](#) | [INTERNET](#) | [CARRO & MOTO](#) | [ACHEI](#)

[E-mails e telefones](#) :: [EXPEDIENTE](#)

Copyright© 1995, 2001, Jornal do Brasil, Primeiro Jornal Brasileiro na Internet

JORNAL DO BRASIL

1ª PÁGINA **ECONOMIA** OPINIÃO INTERNACIONAL BRASIL ESPORTES CIDADE CADerno B CIÊNCIA
DOMINGO PROGRAMA VIAGEM VIDA IDÉIAS INTERNET CARRO & MOTO ACHEI EDITORIAL COLUNAS
Domingo, 22 de Julho de 2001

■ DF é o campeão em média salarial

Trabalhador com carteira assinada no setor privado ganha R\$ 972 na capital. Rio é o terceiro no ranking, com R\$ 791

FABIANO LANA

BRASÍLIA - O Distrito Federal é a região brasileira onde os trabalhadores com carteira assinada no setor privado têm a melhor média salarial do país: R\$ 972 (ou 5,4 salários mínimos de R\$ 180). São Paulo aparece em segundo lugar, com R\$ 937 (5,2 mínimos), seguido pelo Rio com R\$ 791 (4,4 mínimos). A média salarial brasileira é de R\$ 718,90 (4 mínimos). Esses dados, que não incluem servidores públicos, constam de levantamento feito pela Secretaria Executiva do Ministério da Previdência.

A média elevada do Distrito Federal é puxada principalmente pelo Plano Piloto, local em que a renda é muito maior quando comparada com as cidades-satélites que circundam Brasília. No Nordeste, a média salarial não chega a R\$ 450. No Piauí, ela é de R\$ 425,29. No Rio Grande do Norte, estado mais pobre, os trabalhadores ganham em média R\$ 416,44.

Empresa - Atualmente, os trabalhadores com carteira assinada na iniciativa privada são 19 milhões, menos da metade da força de trabalho do Brasil. Em um ano, o Ministério da Previdência registrou um aumento de 5,6% no número de trabalhadores com carteira assinada. Os profissionais são vinculados a 2,27 milhões de estabelecimentos que formam uma massa salarial de R\$ 13,7 bilhões. Em média, cada empresa brasileira tem 8,36 empregados.

"A expansão do emprego em taxa maior do que a do

à crescente conscientização de empregados e empregadores quanto à necessidade de cobertura do seguro social", conclui o estudo. A maioria dos brasileiros com carteira assinada ganha entre 1,25 e 2 salários mínimos. São 4,95 milhões de pessoas.

Os altos salários do Distrito Federal não são totalmente explicados pela economia da região. A indústria ainda é incipiente e só agora o setor de hortifrutigranjeiros se desenvolve. O valor dos salários é em parte explicado pelas transferências de recursos de empresas cujas sedes estão em outros estados, como São Paulo e Rio.

Agentes nocivos - A pesquisa também mostrou que 756 mil brasileiros com carteira assinada estão expostos aos chamados agentes nocivos, como produtos químicos, ou altos níveis de ruído. O número é considerado positivo. Em 1999, eram 899 mil. "O Ministério tem desestimulado que as empresas contratem trabalhadores para agentes nocivos aumentando as alíquotas de contribuição patronal", afirmou Marcelo Fernandes, técnico do Ministério. Hoje, o emprego considerado mais perigoso no Brasil é o de minerador subterrâneo, com 18,5 mil pessoas. Nesse tipo de profissão, a aposentadoria chega em 15 anos de trabalho.

O Ministério conseguiu as informações sobre mercado de trabalho a partir do cruzamento de dados da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Previdência Social. "A sociedade brasileira nunca teve uma fonte tão rica de informações, que permitirá uma análise mais profunda dos contornos do mercado de trabalho e das variáveis que interferem nas relações trabalhistas", afirmou o diretor de Arrecadação do INSS, Valdir Moisés Simão.

Menores de idade - Alguns dados do estudo, entretanto, revelam o grande número de trabalhadores menores de idade à margem da Previdência, principalmente na Região Norte. No Acre, por exemplo, só estão registrados 31 trabalhadores com menos de 17 anos. No Amapá, existem apenas 20. Qualquer cidadão que visite as cidades do interior da Floresta Amazônica ficará sabendo que o número de adolescentes trabalhando na informalidade é muito maior, destacam os técnicos da Previdência.

O levantamento também descobriu que, no ano passado, os empregados das empresas de pequeno e médio portes tiveram ganhos salariais de 3,5% entre junho e abril. Nas chamadas

1,8%. Esse aumento significativo observado entra as micro-empresas deve-se, em grande parte, ao aumento real do salário mínimo.

- [Situação não é boa nem ruim](#)
- [Entre 26 e 35 anos, 6,2 milhões](#)
- [A média salarial por regiões](#)
- [Trabalhadores com carteira](#)



[ENVIAR MATÉRIA](#) | [IMPRIMIR](#)

[1ª PÁGINA](#) | [TEMPO REAL](#) | [EDITORIAIS](#) | [COLUNAS](#) | [ECONOMIA](#) | [OPINIÃO](#) | [BRASIL INTERNACIONAL](#) | [ESPORTES](#) | [CIDADE](#) | [CIÊNCIA](#) | [CADERNO B](#) | [PROGRAMA](#) | [DOMINGO](#)
[VIAGEM](#) | [VIDA](#) | [IDÉIAS](#) | [INTERNET](#) | [CARRO & MOTO](#) | [ACHEI](#)

[E-mails e telefones](#) :: [EXPEDIENTE](#)

Copyright© 1995, 2001, Jornal do Brasil, Primeiro Jornal Brasileiro na Internet

JORNAL DO BRASIL

1ª PÁGINA **ECONOMIA** OPINIÃO INTERNACIONAL BRASIL ESPORTES CIDADE CADERNO B CIÊNCIA
DOMINGO PROGRAMA VIAGEM VIDA IDÉIAS INTERNET CARRO & MOTO ACHEI EDITORIAL COLUNAS
Domingo, 22 de Julho de 2001

A média salarial por regiões

	(em R\$)
Norte	570,32
RO	476,75
AC	589,22
AM	718,28
RR	604,57
PA	533,02
AP	540,41
TO	487,75
Nordeste	500,97
MA	517,63
PI	425,29
CE	456,81
RN	416,44
PB	453,75
PE	544,35
AL	444,83
SE	465,98
BA	552,05
Sudeste	822,95
MG	545,00
ES	556,52
RJ	791,72
SP	937,34
Sul	628,03
PR	615,40
SC	588,34
RS	662,74
Centro-Oeste	625,43
MS	504,00
MT	475,81
GO	492,19
DF	972,38
BRASIL	718,90

Fonte: Ministério da Previdência

■ **DF é o campeão em média salarial**



[ENVIAR MATÉRIA](#) | [IMPRIMIR](#)

[1ª PÁGINA](#) | [TEMPO REAL](#) | [EDITORIAIS](#) | [COLUNAS](#) | [ECONOMIA](#) | [OPINIÃO](#) | [BRASIL](#)
[INTERNACIONAL](#) | [ESPORTES](#) | [CIDADE](#) | [CIÊNCIA](#) | [CADERNO B](#) | [PROGRAMA](#) | [DOMINGO](#)
[VIAGEM](#) | [VIDA](#) | [IDÉIAS](#) | [INTERNET](#) | [CARRO & MOTO](#) | [ACHEI](#)

E-mails e telefones :: EXPEDIENTE

Copyright© 1995, 2001, Jornal do Brasil, Primeiro Jornal Brasileiro na Internet

JORNAL DO BRASIL

1ª PÁGINA **ECONOMIA** OPINIÃO INTERNACIONAL BRASIL ESPORTES CIDADE CADERNO B CIÊNCIA
DOMINGO PROGRAMA VIAGEM VIDA IDÉIAS INTERNET CARRO & MOTO ACHEI EDITORIAL COLUNAS
Domingo, 22 de Julho de 2001

Trabalhadores com carteira

	Menos 17 anos	Total
Norte	1.452	575.447
RO	549	77.268
AC	31	23.701
AM	183	137.678
RR	36	12.099
PA	391	259.192
AP	20	20.350
TO	242	45.159
Nordeste	3.342	2.465.099
MA	178	136.185
PI	179	104.373
CE	534	415.907
RN	261	180.315
PB	148	154.502
PE	555	477.902
AL	291	135.122
SE	152	122.855
BA	1044	737.938
Sudeste	58.062	10.873.651
MG	12.908	2.103.094
ES	1.928	363.548
RJ	4.414	1.924.467
SP	38.812	6.482.542
Sul	27.058	3.373.090
PR	6645	1.304.397
SC	7.536	914.453
RS	12.877	1.520.240
Centro-Oeste	8.159	1.195.559
MS	1422	198.641
MT	1782	223.425
GO	3993	439.010
DF	962	334.483
BRASIL	98.799	18.991.232

Fonte: Ministério da Previdência

■ [DF é o campeão em média salarial](#)



[ENVIAR MATÉRIA](#) | [IMPRIMIR](#)

[1ª PÁGINA](#) | [TEMPO REAL](#) | [EDITORIAIS](#) | [COLUNAS](#) | [ECONOMIA](#) | [OPINIÃO](#) | [BRASIL](#)
[INTERNACIONAL](#) | [ESPORTES](#) | [CIDADE](#) | [CIÊNCIA](#) | [CADERNO B](#) | [PROGRAMA](#) | [DOMINGO](#)
[VIAGEM](#) | [VIDA](#) | [IDÉIAS](#) | [INTERNET](#) | [CARRO & MOTO](#) | [ACHEI](#)

[E-mails e telefones](#) :: [EXPEDIENTE](#)

Copyright© 1995, 2001, Jornal do Brasil, Primeiro Jornal Brasileiro na Internet

Anexo 7 - Artigo Jornal do Brasil de 07/08/2001 sobre a redução da burocracia na aposentadoria



Cai a burocracia para aposentadoria

INSS revoga 586 normas que emperravam concessão de benefícios aos trabalhadores, agilizando a análise dos pedidos

LUCIANO PIRES

[06/AGO/2001]

BRASÍLIA - A Diretoria de Benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) vai revogar, de uma vez só, esta semana, 586 normas internas. Essas determinações são responsáveis pelo atraso na liberação dos rendimentos a que tem direito o trabalhador impedido de exercer a função (por ter sofrido acidente de trabalho, por exemplo) ou prestes a se aposentar. Hoje, o tempo médio de espera para quem quer obter sua aposentadoria é de 17 dias.

"O INSS é a única seguradora do país que pede ao indivíduo que prove e comprove que contribuiu. Isso está baseado na inversão do ônus da prova. Não vamos mais deixar que essa responsabilidade recaia sobre o cidadão", confirma a diretora de Benefícios do INSS, Patrícia Audi.

Melhoria dos serviços - A iniciativa faz parte do programa de melhoria no atendimento ao público, em curso no INSS há três anos. Esse programa acaba de receber um reforço de caixa. Boa parte dos US\$ 188 milhões negociados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) será aplicada na otimização dos serviços prestados à população.

Em dois anos, garante Patrícia Audi, as pessoas poderão sentir na pele as mudanças. "De dentro de casa, o cidadão poderá consultar tudo o que quiser". O sistema *online* também estará disponível nas agências do órgão e em locais de grande circulação.

Informação dispersa - Pensar nisso nos dias de hoje é mera ficção. O INSS não dispõe de um sistema de informações integrado. Os cerca de R\$ 6 bilhões em pagamentos destinados aos 20 milhões de trabalhadores ativos e aos 35 milhões inativos são distribuídos quase que artesanalmente.

Para piorar, o INSS passa atualmente por uma crise aguda de profissionais habilitados para o exercício da função. Todos os anos, dois mil funcionários se aposentam, enquanto a demanda sofre um aumento da ordem de 10%. Por mês, 350 mil pessoas engrossam as filas do órgão para dar entrada em pedidos de aposentadoria. "Há 17 anos, o Setor de Benefícios não promove um concurso público para a renovação dos quadros", completa Patrícia Audi, que revela ainda que 90% dos 39 mil funcionários do INSS têm mais de 41

anos. "O ideal seria poder contar com mais 18 mil", afirma a diretora.

Foco no funcionário - Nos últimos três anos, o INSS investiu pesado na melhoria da infra-estrutura dedicada ao atendimento nas agências. Essa ótica mudou. A partir deste ano, todas as políticas internas estarão voltadas para o funcionário.

"Mas isso não deve impedir a greve geral prevista para começar na semana que vem", reconhece Patrícia Audi, referindo-se à expectativa de paralisação dos servidores devido à suspensão da previsão de reajuste para a categoria, no Orçamento da União, para o próximo ano.

Copyright © 1995, 2000, Jornal do Brasil. É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo do JB Online para fins comerciais

<http://www.jb.com.br/jb/papel/economia/2001/08/05/joreco20010805006.html>



Provar vínculo é um pesadelo

[06/AGO/2001]

BRASÍLIA - Passar por vários empregos antes de requerer o benefício junto ao INSS pode ser muito gratificante profissionalmente, mas pode significar também dor-de-cabeça na certa para o trabalhador brasileiro. Principalmente se sua carteira de trabalho for extraviada. "Se uma pessoa que tem 20 vínculos empregatícios na vida perder a carteira de trabalho não há como comprovar qualquer contribuição", adverte Patrícia Audi, diretora de Benefícios do INSS.

O governo não sabe ao certo quantas pessoas se enquadram na categoria daqueles segurados conhecidos como "muito experientes". O INSS classifica como trabalhador médio aquele brasileiro que passou por dez empregos diferentes durante toda sua vida profissional antes de requerer o benefício.

"Sofrimento" - Sem a carteira em mãos, o procedimento, que hoje é demorado e ineficiente, torna-se cruel. Para dar entrada no processo de recebimento do benefício, o cidadão terá de confiar nas empresas pelas quais passou ou ter guardado, um a um, todos os contra-cheques emitidos. "É muito sofrimento. Se alguma empresa faliu, então, o processo tende a se estender mais ainda", observa Patrícia.

Patrícia Audi recomenda que, cinco anos antes de alcançar o prazo de contribuição, o trabalhador comece a juntar os documentos, inclusive a carteira de trabalho. Muitos dados que podem ser importantes na hora da aposentadoria estão no *site* do INSS (www.previdenciasocial.gov.br). **(L.P.)**

Copyright © 1995, 2000, Jornal do Brasil. É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo do JB Online para fins comerciais

<http://www.jb.com.br/jb/papel/economia/2001/08/05/joreco20010805007.html>